boletim boep
estatístico do emprego público

N.º 24

2011 - 2022

JUNHO **2023**

dgaep
direção-geral da administração
e do emprego público

Nota introdutória

O BOEP — Boletim Estatístico do Emprego Público — é uma publicação semestral através da qual a Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) divulga dados, indicadores e análises estatísticas sobre emprego público, no âmbito das estatísticas do mercado de trabalho. Na nova série do BOEP, a partir do número 07, a informação disponibilizada é complementar à informação de síntese divulgada trimestralmente na SIEP – Síntese Estatística do Emprego Público. Em particular neste número do BOEP é disponibilizado um conjunto de indicadores detalhados de caracterização do emprego público complementar aos dados publicados na SIEP 1.º trimestre 2023.

A informação disponibilizada centra-se no universo de entidades que compõem o sector das administrações públicas na ótica da contabilidade nacional e no conjunto das empresas e demais entidades públicas ou maioritariamente participadas pelo sector público que compõem os subsectores das sociedades financeiras e não financeiras públicas, consistente com o respetivo universo definido pelo Instituto Nacional de Estatística, IP. O conjunto de dados e indicadores estatísticos de caracterização apresentados utilizam como fonte privilegiada a informação sobre emprego recolhida através do Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE) da DGAEP, em paralelo com outras fontes produzidas por entidades estatísticas nacionais e internacionais. Em notas técnicas, no final, são apresentadas referências sobre o universo, tratamento e validação dos dados e principais conceitos.

O presente BOEP é consistente com os dados de emprego e remunerações da série, desde o 4.º trimestre 2011, publicada na SIEP do 1.º trimestre 2023, incluindo a revisão de toda a série de dados e indicadores de acordo com as alterações no universo de entidades definidas pelo INE, IP na aplicação do referencial metodológico do Sistema Europeu de Contas 2010 (SEC 2010), em vigor e obrigatório em todos os Estados Membros da União Europeia desde setembro de 2014 (cf. *IV. Notas Técnicas*).

A informação referente à administração central é apresentada de acordo com a estrutura orgânica do XXIII Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 32/2022, de 9 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 7/2023, de 27 de janeiro, e pelo Decreto-Lei n.º 17/2023, de 27 de fevereiro.

A informação estatística mais detalhada é apresentada em ficheiros *Excel*.

Boletim estatístico do emprego público

Editor: Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP)

Realização: Departamento de Informação da Organização do Estado e do Emprego Público (DIOEP)

Rua da Alfândega, n.º 5, 2.º
1149-095 Lisboa

deep@dgaep.gov.pt

http://www.dgaep.gov.pt/

ISSN: 2182-7303

dgaep
direção-geral da administração
e do emprego público

Neste número

I. ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS 5

1. Emprego nas administrações públicas no quadro do mercado de trabalho e na economia 5
2. Caracterização do emprego e remunerações nas administrações públicas por subsector 10
   2.1 Estrutura etária e sexo nas administrações públicas por subsector 10
   2.2 Nível de escolaridade e sexo nas administrações públicas por subsector 15
3. Caracterização do emprego e remunerações nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo 17
   3.1 Dirigentes nas administrações públicas 17
   3.2 Estrutura etária e sexo nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo 19
   3.3 Nível de escolaridade por cargo, carreira e grupo 22
   3.4 Remunerações por cargo, carreira e grupo 23
4. Emprego e remunerações nas administrações públicas por classificação de atividade económica 24
5. Trabalhadores com deficiência 28

II. ENTIDADES DO SECTOR PÚBLICO, EXCETO ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS 29

6. Emprego e remunerações em empresas públicas e demais entidades do sector público 29
7. Estrutura etária nas empresas públicas e demais entidades do sector público 30
8. Nível de escolaridade dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades do sector público 32
9. Remunerações dos trabalhadores nas empresas públicas e demais entidades do sector público 34

III. OUTROS INDICADORES 35

10. Distribuição geográfica do emprego e remunerações por NUTS I 35
11. Distribuição geográfica do emprego e remunerações nas atividades de educação e saúde por NUTS 37
12. Distribuição geográfica do emprego e remunerações nas câmaras municipais por NUTS 42
13. Prestações de serviços em entidades da administração direta e indireta do Estado 46

IV. NOTAS TÉCNICAS 47

ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS 51

SIGLAS, ABREVIATURAS E SINAIS CONVENCIONAIS

Países da União Europeia (UE-27): Alemanha; Áustria; Bélgica; Bulgária, Chipre; Croácia; Dinamarca; Eslováquia; Eslovénia; Espanha; Estónia; Finlândia; França; Grécia; Hungria; Irlanda; Itália; Letónia; Lituânia; Luxemburgo; Malta; Países Baixos; Polónia; Portugal; República Checa; Roménia; Suécia.

AC - Administração Central
Adm. – Administração/Administrações
AE – Área do Euro
AL – Administração Local
A.M. Lisboa – Área Metropolitana de Lisboa
AP – Administrações Públicas
AR – Administração Regional
Bachar. - Bacharelato
BDAP – Base de Dados dos Recursos Humanos da Administração Pública de 2005
BRAP - Base Remuneratória da Administração Pública
CAE Rev.3 - Classificação portuguesa das atividades económicas, revisão 3
CSM – Conselho Superior de Magistratura
DEEP - Departamento de Estatística do Emprego Público
dez. - dezembro
DGAEP – Direção-Geral da Administração e do Emprego Público
DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais
DIOEP - Departamento de Informação da Organização do Estado e do Emprego Público
DL – Decreto-Lei
DLR – Decreto Legislativo Regional
EPE – Entidade Pública Empresarial
Equiv. - Equivalente
EUROSTAT – Serviço de Estatística da União Europeia
FAS – Forças armadas e de segurança
GMM – Ganho médio mensal
H - Homens
INE – Instituto Nacional de Estatística
INE/DCN – INE/Departamento de Contas Nacionais
IP – Instituto Público
Licenc. – Licenciatura
LOE – Lei do Orçamento do Estado
M – Mulheres
N.º - Número
n.d. – Não disponível
NUTS - Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (***OECD** em inglês*)
out. - outubro
PIB – Produto Interno Bruto (***GDP** em inglês*)
Pop. - População
p.p. – Pontos percentuais
PT - Portugal
RAA – Região Autónoma dos Açores
RAM – Região Autónoma da Madeira
RBMM – Remuneração base média mensal
RMMG - Retribuição Mínima Mensal Garantida
S.A. – Sociedade Anónima
SEC – Sistema Europeu de Contas
Secund. – Secundário
Seg. - Segurança
SIEP – Síntese Estatística do Emprego Público
SIOE – Sistema de Informação da Organização do Estado
SME – Situação de Mobilidade Especial
T – Trimestre
TRU – Tabela Remuneratória Única
UE – União Europeia
Var. – Variação
VH – Variação homóloga
VT – Variação trimestral
% - Percentagem
€ - Euro

Sinais convencionais:

(-) Não aplicável ou valor sem expressão estatística dada a relação muito elevada entre o numerador e o denominador.

NOTAS:
Por razões de arredondamento, a soma das parcelas pode não corresponder ao total.

Os quadros detalhados encontram-se disponíveis em formato Excel em www.dgaep.gov.pt.

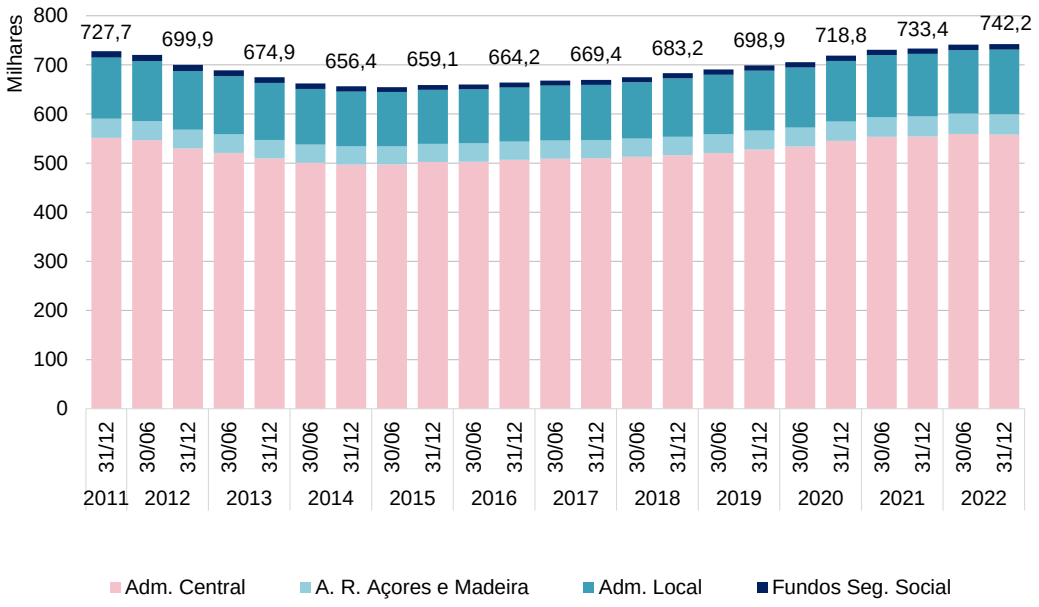
Consulte os Quadros Excel BOEP n.º 24.

I. ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

1. Emprego nas administrações públicas no quadro do mercado de trabalho e na economia

Em 31 de dezembro de 2022, o emprego nas administrações públicas situava-se em 742 194 postos de trabalho, o que representa um aumento de 2,0% face a 31 de dezembro de 2011 (mais 14 493 postos de trabalho) e um aumento de 1,2% em termos homólogos (mais 8 747 postos de trabalho). Para este comportamento contribuiu essencialmente o subsector da administração central, o qual representava 75,2% do emprego no sector das administrações públicas (Gráficos 1.1 e 1.2).

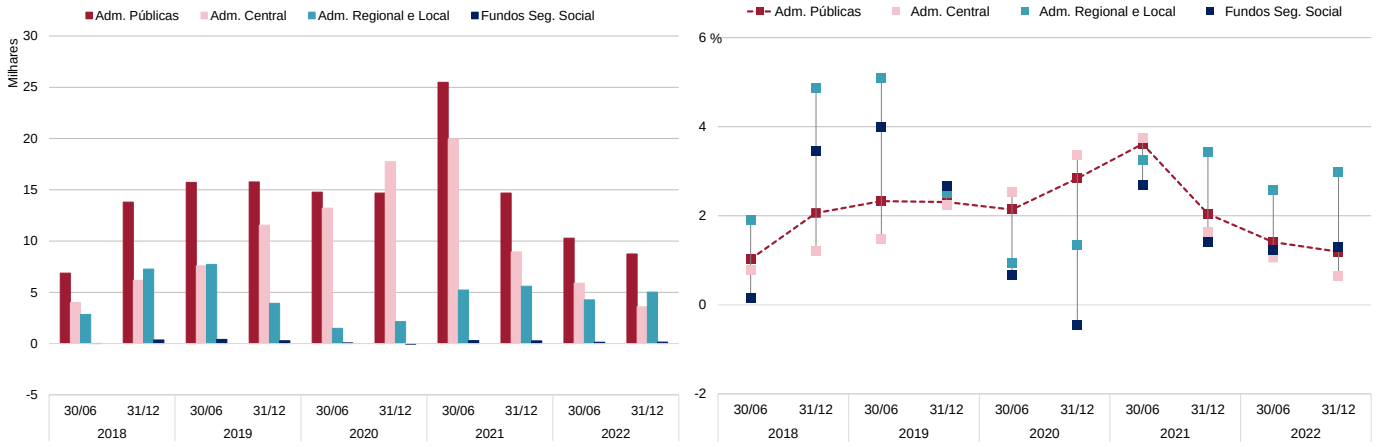
Gráfico 1.1 Emprego nas administrações públicas por subsector, 31 de dezembro de 2011 a 31 de dezembro de 2022



Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

Por subsector, em 31 de dezembro de 2022, o sector das administrações públicas registou uma variação positiva de 1,2% face ao final do semestre homólogo (Gráfico 1.2). O subsetor da administração regional e local contribuiu para esse aumento com uma variação de 3,0% (mais 5 017 postos de trabalho) e o subsetor da administração central com uma variação de 0,7% (mais 3 587 postos de trabalho), face ao último semestre de 2021.

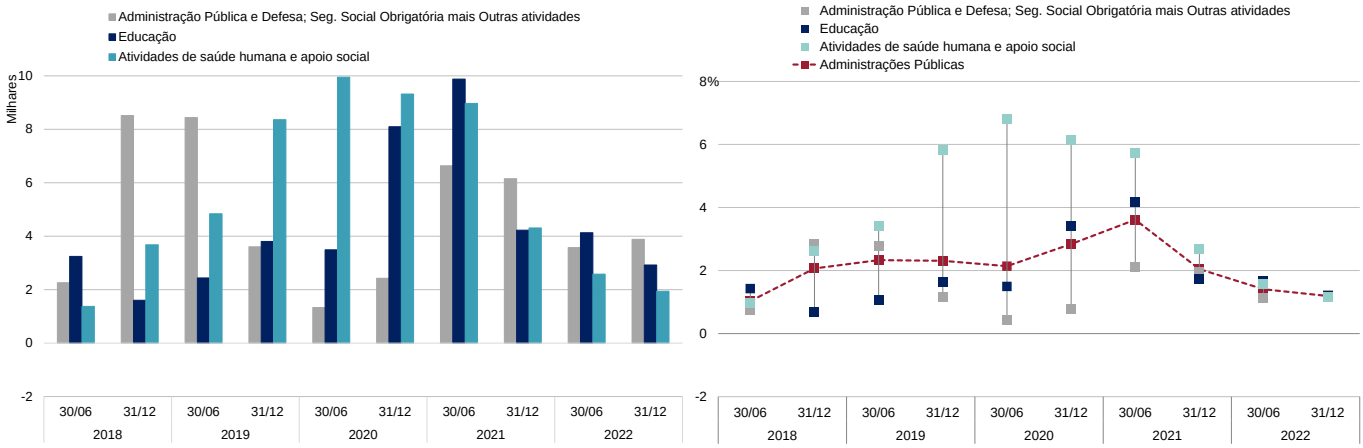
Gráfico 1.2 Emprego nas administrações públicas por subsector - variação homóloga no final do semestre, 30 de junho de 2018 a 31 de dezembro de 2022



Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

Na análise da variação homóloga do emprego **por atividade económica** salienta-se, no final de 2022, o contributo positivo do emprego em todas as áreas de atividade económica com uma variação igual de +1,2%. Nas atividades de "Administração Pública, defesa e seg. social obrigatória e outras atividades" o aumento foi de 3 883 postos de trabalho, nas atividades de "Educação" de 2 924 postos de trabalho e nas "Atividades de saúde humana e apoio social" de 1 940 postos de trabalho.

Gráfico 1.3 Emprego nas administrações públicas por CAE - variação homóloga no final do semestre, 30 de junho de 2018 a 31 de dezembro de 2022

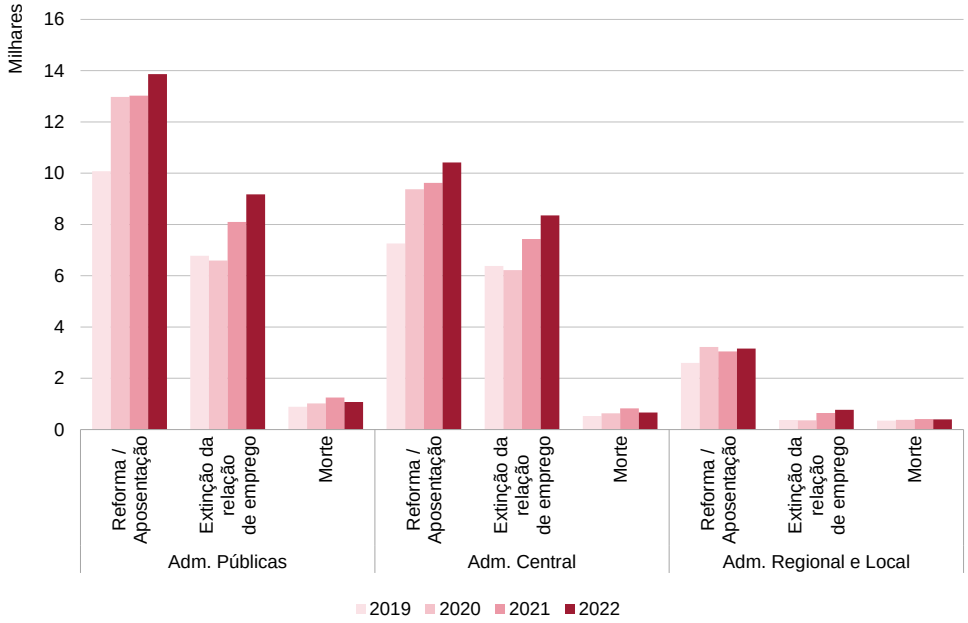


***Fonte**: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

Não considerando as **saídas de trabalhadores** por caducidade de contrato a termo (certo ou incerto), no ano de 2022, a passagem à situação de reforma/aposentação representa 57,5% das saídas definitivas de trabalhadores nas administrações públicas (13 861 saídas), rácio que se situou em 53,6% e 73,1% das saídas definitivas de trabalhadores na administração central e na administração regional e local, respetivamente (Gráfico 1.4).

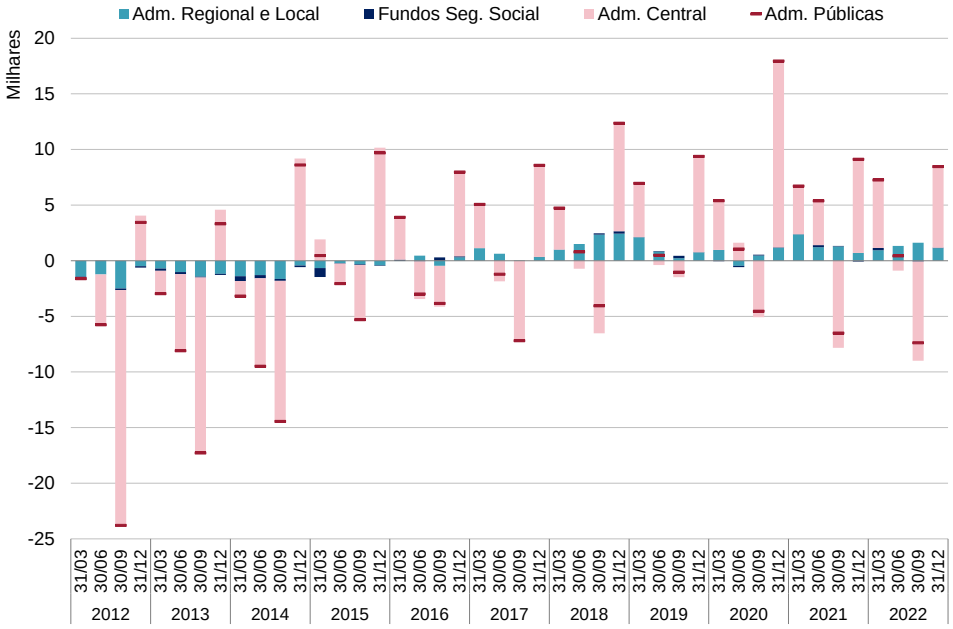
Os fluxos trimestrais de entradas e saídas de trabalhadores ao longo da série evidenciam, em particular, o impacto na variação do emprego público, do início e do fim de cada ano escolar (Gráfico 1.5).

Gráfico 1.4 Principais motivos de saída definitiva de trabalhadores das administrações públicas, fluxos trimestrais acumulados, 2019 a 2022



***Fonte**: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*
Nota: Fundos de segurança social incluídos no respetivo subsector

Gráfico 1.5 Saldo global dos fluxos trimestrais de entradas e saídas dos trabalhadores por subsector, 31 de março de 2012 a 31 de dezembro de 2022



Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

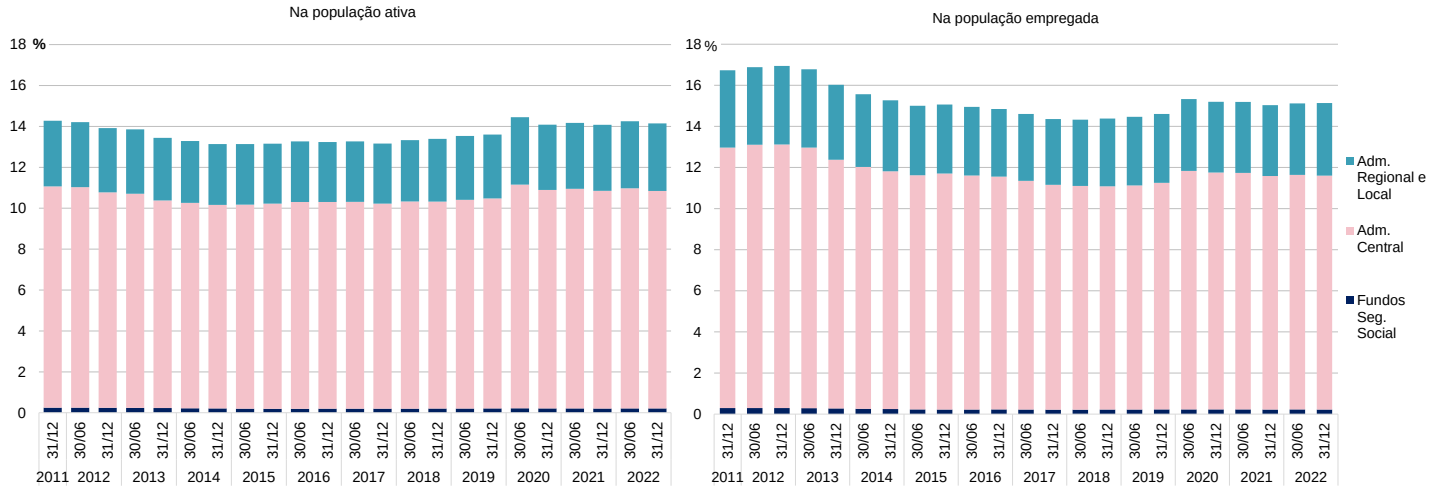
No final de 2022, em cada 100 trabalhadores que constituem a população ativa (empregados e desempregados) 14,1 trabalhavam numa entidade das administrações públicas (Quadro 1.1). O efeito das variações do emprego na administração central contribui significativamente para a evolução deste indicador ao longo da série (Gráfico 1.6).

Quadro 1.1 Peso do emprego nas administrações públicas no mercado de trabalho por sexo, 31 dezembro / 4.º trimestre 2022

Unidade: posto de trabalho	Emprego nas administrações públicas por sexo 31 dez 2022			Peso na população residente por sexo (%)			Peso na população ativa por sexo (%)			Peso na população empregada por sexo (%)		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Administrações públicas	**283 486**	**458 708**	**742 194**	**5,9**	**8,4**	**7,2**	**10,8**	**17,5**	**14,1**	**11,5**	**18,8**	**15,1**
Administração central	195 819	362 103	**557 922**	4,0	6,7	**5,4**	7,5	13,8	**10,6**	7,9	14,9	**11,4**
Administração regional e local	85 692	87 510	**173 202**	1,8	1,6	**1,7**	3,3	3,3	**3,3**	3,5	3,6	**3,5**
Administração regional dos Açores	6 971	13 679	**20 650**	0,1	0,3	**0,2**	0,3	0,5	**0,4**	0,3	0,6	**0,4**
Administração regional da Madeira	6 298	14 603	**20 901**	0,1	0,3	**0,2**	0,2	0,6	**0,4**	0,3	0,6	**0,4**
Administração local	72 423	59 228	**131 651**	1,5	1,1	**1,3**	2,8	2,3	**2,5**	2,9	2,4	**2,7**
Fundos de Segurança Social	1975	9 095	**11 070**	0,0	0,2	**0,1**	0,1	0,3	**0,2**	0,1	0,4	**0,2**

Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023); INE – Inquérito ao Emprego*

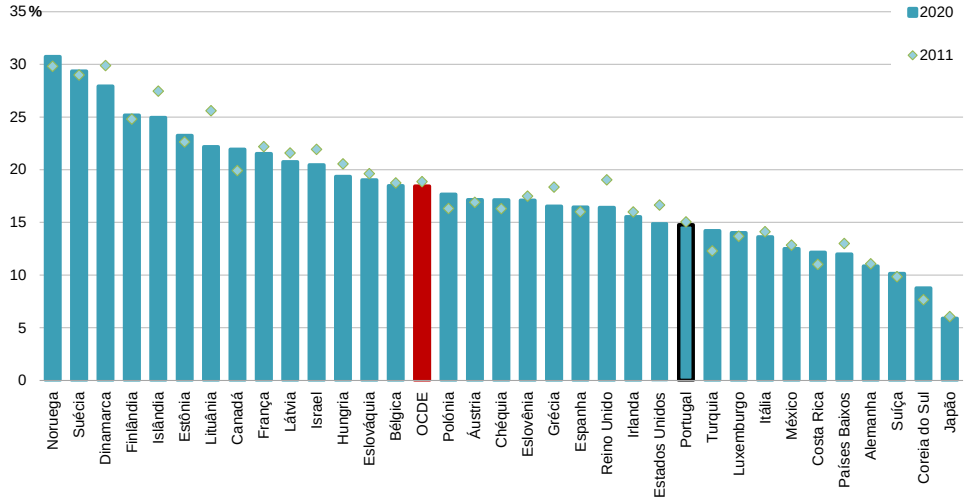
Gráfico 1.6 Evolução do peso do emprego nas administrações públicas na população ativa e na população empregada, 31 dezembro/4º trimestre 2011 a 31 dezembro/4ºtrimestre 2022



Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023); INE – Inquérito ao Emprego*

A importância do emprego nas administrações públicas varia significativamente entre os **países da OCDE**. Nos anos 2011 e 2020, os países nórdicos, como Noruega, Suécia e Dinamarca apresentaram os níveis mais altos de emprego público (próximos de 30% da população empregada), enquanto os países da OCDE da região asiática, Japão e Coreia do Sul, apresentaram os níveis mais baixos. Embora a maior parte dos países da OCDE registem reduções da importância do emprego público em 2020, a média do emprego nas administrações públicas em percentagem da população empregada nos países da OCDE manteve-se relativamente estável, passando de 18,9% em 2011 para 18,5% em 2020. De acordo com os dados da OCDE, em Portugal o peso do emprego público na população empregada também diminuiu no período em causa, situando-se, em 2020, 3,7 p.p. abaixo da média da OCDE (Gráfico 1.7).

Gráfico 1.7 Emprego nas administrações públicas em percentagem da população empregada em Portugal e países da OCDE, 2011 e 2020 (*)



Fontes: *OECD, 2021, Dataset: Government at a Glance - yearly updates, Indicator: Employment in general government as a percentage of total employment; Dados extraídos a 07.06.2023 de OECD.Stat; DGAEP-DIOEP*

Nota: (*)A informação para Austrália, Chile, Colômbia e Nova Zelândia não está disponível. Os dados da Coreia do Sul e da Suíça não são considerados no cálculo da média de OCDE, devido a falhas nas respetivas séries temporais. A Costa Rica não foi incluída, porque na altura da extração e compilação dos dados não pertencia à OCDE. Para a Suíça utilizaram-se os dados de 2018, em vez de 2020 e, para o Japão os dados de 2017 em vez de 2020 e para a Islândia, Estados Unidos e México os dados de 2019 em vez de 2020. Em vez de 2011, utilizaram-se os dados de 2016 para a Coreia do Sul.

Em Portugal, em dezembro de 2022, por cada 10 trabalhadores nas administrações públicas, mais de 6 são mulheres, em resultado de uma **elevada taxa de participação feminina nas administrações públicas (61,8%), quando comparada com o índice de participação das mulheres no mercado de trabalho em geral (49,9%)**. Nas administrações regionais dos Açores e da Madeira a taxa de feminização é mais elevada, respetivamente de 66,2% e 69,9% (Gráfico 1.8). Por outro lado, **o nível de tecnicidade do emprego nas administrações públicas, medido pelo peso dos trabalhadores com ensino superior, é elevado (55,3%), situando-se 23,0 p.p. acima do mesmo indicador registado para a população ativa**. O valor máximo deste indicador regista-se na administração central (61,3%) e o mínimo na administração local (30,0%) (Gráfico 1.9).

Gráfico 1.8 Taxa de feminização nas administrações públicas e na população ativa, 31 dezembro / 4.º trimestre 2022

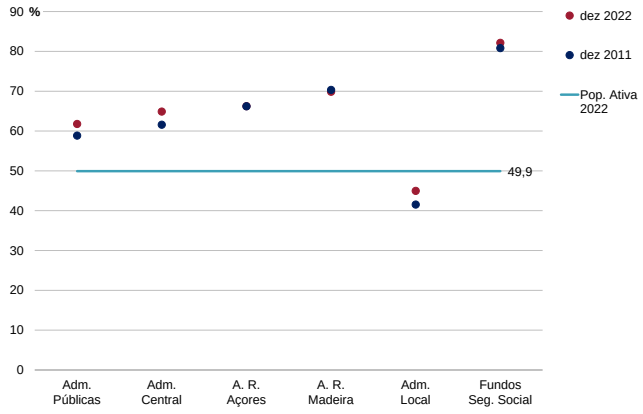
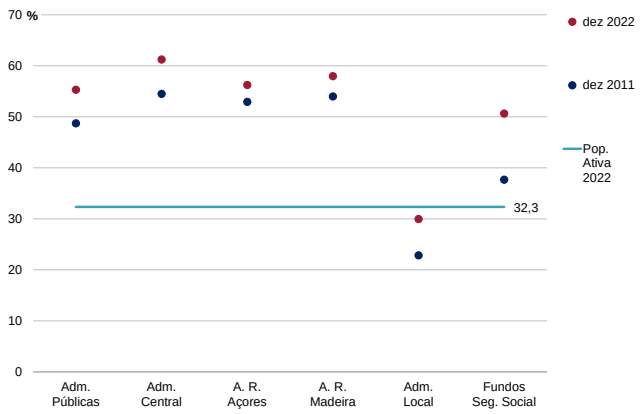


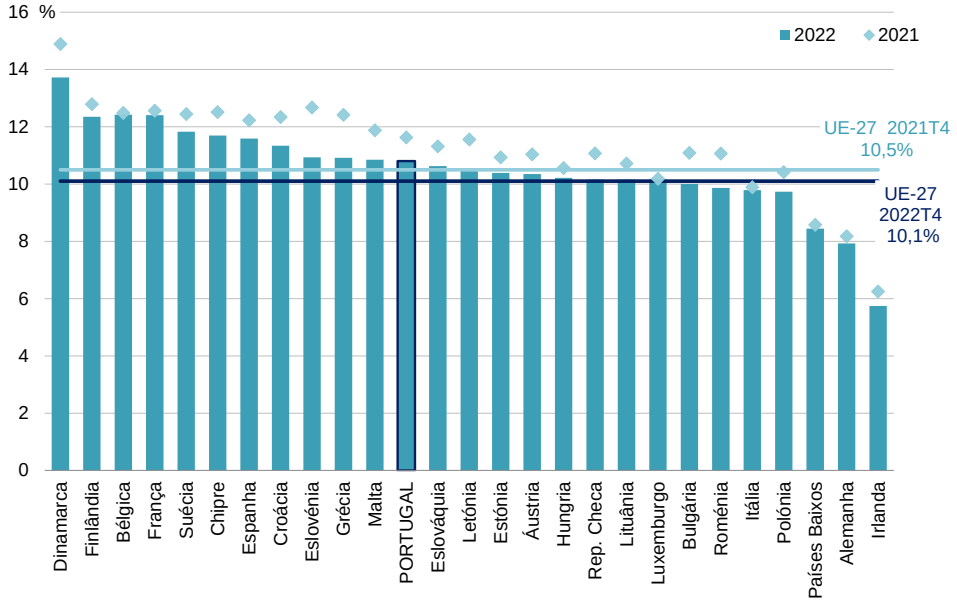
Gráfico 1.9 Peso dos trabalhadores com ensino superior nas administrações públicas e na população ativa, 31 dezembro / 4.ºtrimestre 2022



Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023); INE - Inquérito ao Emprego*

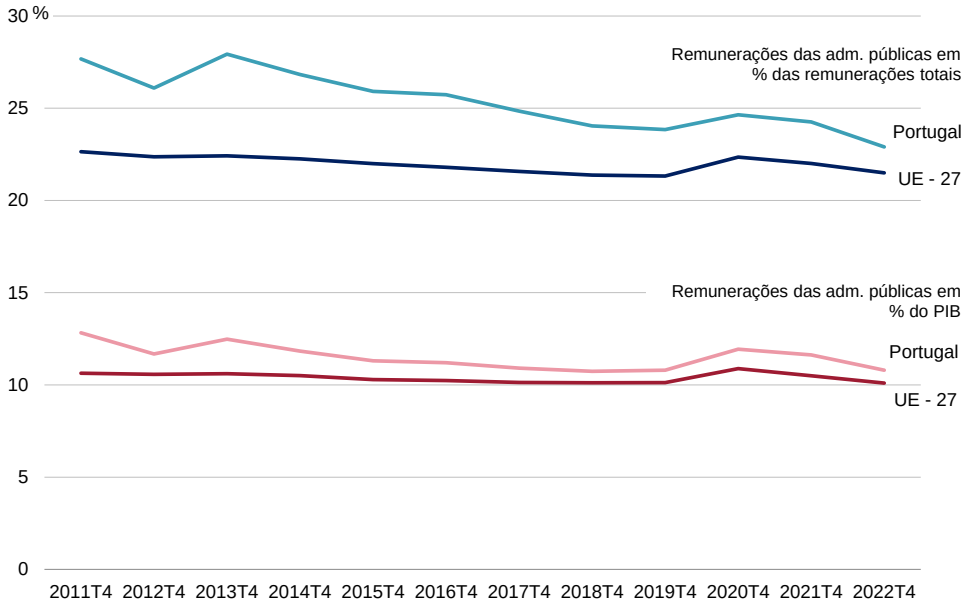
As remunerações das administrações públicas em contas nacionais em Portugal, no ano terminado no 4.º trimestre de 2022, representavam 10,8% do PIB a preços correntes, situando-se 0,7 p.p. acima da média dos países da União Europeia. Dos 27 países da UE, vinte apresentavam um **rácio das remunerações das administrações públicas no PIB** superior à média estimada para a UE (Gráficos 1.10 e 1.11).

Gráfico 1.10 Remunerações das administrações públicas em percentagem do PIB, Portugal e UE, 4.º trimestre 2021 e 4º trimestre 2022 (ano terminado no trimestre)



Desde dezembro de 2011, segundo a série de contas nacionais, com a aplicação do SEC 2010, Portugal tem apresentado um rácio das remunerações das administrações públicas nas remunerações do total da economia acima da média estimada para os países da UE. Portugal tem seguido a tendência dos países da UE de evolução do peso das remunerações das administrações públicas nas remunerações totais, verificando-se que nos últimos anos a diferença para os países da UE tem vindo a diminuir. No ano terminado no 4º trimestre de 2022, o peso das remunerações das administrações públicas nas remunerações totais em Portugal foi 22,9%, o que representa a menor diferença de toda a série para o conjunto dos 27 países da UE (+1,4 p.p.).

Gráfico 1.11 Evolução das remunerações das administrações públicas em percentagem das remunerações totais e do PIB, em Portugal e na UE, 4º trimestre 2011 ao 4º trimestre 2022 (ano terminado no trimestre)



***Fontes** (Gráficos 1.10 e 1.11): EUROSTAT - Quarterly non-financial accounts for general government, SEC 2010, dados disponíveis em 21-04-2023, e GDP and main components (output, expenditure and income), SEC 2010, dados disponíveis em 25-05-2023.*
Ano terminado no trimestre = soma de 4 trimestres; DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)

2. Caracterização do emprego e remunerações nas administrações públicas por subsector

2.1 Estrutura etária e sexo nas administrações públicas por subsector

No final do 2.º semestre de 2022, 32,6% dos trabalhadores do conjunto das entidades das administrações públicas encontravam-se na faixa etária dos 45 aos 54 anos de idade. Com base na análise do quadro seguinte verifica-se, que 65,0% dos trabalhadores das administrações públicas tinham mais de 45 anos de idade. As áreas governativas das Finanças e da Agricultura e Alimentação apresentavam o emprego mais envelhecido, verificando-se que mais de metade dos trabalhadores tinham mais de 55 anos (55,6% na Agricultura e Alimentação e 53,7% nas Finanças). Por outro lado, na área governativa da Defesa nacional verificava-se a maior proporção de trabalhadores com menos de 24 anos (23,6%), enquanto no conjunto das administrações públicas era de 2,3%. Apenas na área governativa das Infraestruturas não existiam trabalhadores neste escalão etário.

Quadro 2.1.1 Estrutura etária dos trabalhadores por subsector e área governativa, 31 dezembro 2022

Unidade: posto de trabalho	Total Emprego	Estrutura (%)						
		Até aos 24 anos	Dos 25 aos 34	Dos 35 aos 44	Dos 45 aos 54	Dos 55 aos 64	65 e mais anos	Total
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	**742 194**	**2,3**	**10,9**	**21,8**	**32,6**	**28,5**	**4,0**	**100,0**
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	**557 922**	**2,8**	**11,7**	**21,9**	**32,0**	**27,6**	**3,9**	**100,0**
Estado	315 807	3,5	8,2	19,1	34,6	30,6	4,0	100,0
Serviços e Fundos Autónomos	233 169	2,0	16,6	25,7	28,6	23,5	3,8	100,0
Estado e Serviços e Fundos Autónomos	548 976	2,9	11,7	21,9	32,1	27,6	3,9	100,0
Órgãos de Soberania e Entidades Independentes (i)	13 886	0,2	7,4	13,3	35,0	39,1	5,1	100,0
Presidência do Conselho de Ministros	3 546	0,4	7,5	20,1	39,0	28,7	4,4	100,0
Negócios Estrangeiros	2 885	0,6	10,8	20,9	31,6	27,6	8,6	100,0
Defesa Nacional	30 398	23,6	21,0	22,3	20,7	11,2	1,2	100,0
Administração Interna	48 405	6,3	19,1	29,0	35,2	10,1	0,3	100,0
Justiça	14 974	0,1	7,2	12,8	40,6	35,8	3,5	100,0
Finanças	11 195	0,1	0,9	6,5	38,9	45,4	8,2	100,0
Economia e Mar	3 356	0,3	3,9	17,3	39,8	33,5	5,3	100,0
Cultura	2 103	0,1	3,9	11,1	36,0	42,1	6,9	100,0
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	47 371	1,3	10,6	24,7	32,3	26,7	4,5	100,0
Educação	188 838	0,4	4,0	18,0	36,0	36,7	4,9	100,0
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	5 783	0,1	3,0	14,9	45,6	33,0	3,5	100,0
Saúde	31 703	0,8	13,8	26,9	29,4	23,0	6,1	100,0
Ambiente e Ação Climática	3 306	1,5	8,4	15,4	30,0	37,9	6,8	100,0
Infraestruturas	1 367	0,0	5,1	17,1	32,6	37,2	8,1	100,0
Habitação	401	0,3	6,7	18,0	36,4	34,7	4,0	100,0
Coesão Territorial	1 339	0,1	3,6	12,3	35,2	40,1	8,8	100,0
Agricultura e Alimentação	4 165	0,1	2,1	9,3	32,9	45,7	9,9	100,0
Sector Empresarial do Estado - Entidades Reclassificadas (ii)	133 944	2,7	21,0	27,0	25,7	20,8	2,7	100,0
Regimes de Requalificação/Valorização Profissional (iii)	11	0,0	0,0	9,1	18,2	45,5	27,3	100,0
Instituições sem Fim Lucrativo da Administração Central	8 946	0,8	11,7	25,2	30,9	27,8	3,5	100,0
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL	**173 202**	**0,7**	**8,6**	**21,9**	**33,8**	**31,0**	**4,1**	**100,0**
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DOS AÇORES	**20 650**	**1,3**	**13,8**	**24,9**	**30,6**	**25,6**	**3,8**	**100,0**
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA MADEIRA	**20 901**	**0,5**	**8,8**	**22,8**	**35,2**	**28,9**	**3,9**	**100,0**
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	**131 651**	**0,6**	**7,8**	**21,3**	**34,0**	**32,1**	**4,1**	**100,0**
FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL	**11 070**	**0,2**	**3,7**	**13,6**	**42,9**	**34,1**	**5,6**	**100,0**
Fundos de Segurança Social da Administração Central	9 085	0,1	3,1	12,9	45,1	33,1	5,7	100,0
Fundos de Segurança Social da Adm. Regional dos Açores	587	0,5	6,8	23,0	34,8	31,4	3,6	100,0
Fundos de Segurança Social da Adm. Regional da Madeira	1 398	0,5	5,7	14,5	31,8	41,7	5,9	100,0

Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

Notas: (i) Inclui tribunais e magistrados; dados não disponíveis para Assembleia da República e Serviços de apoio direto ao Presidente da República; (ii) Sector Empresarial inclui todas as entidades reclassificadas no sector das administrações públicas em contas nacionais (SEC 2010); (iii) Todos os trabalhadores ex-SME, os trabalhadores no regime de requalificação e no novo regime da valorização profissional (instituído pela Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, que revoga o anterior regime de requalificação) disponíveis para o reinício de funções.

Entre 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2022 verificou-se uma diminuição do número de trabalhadores das administrações públicas em todos os escalões etários abaixo dos 55 anos. Esta diminuição foi mais acentuada nas classes etárias dos 25-34 e dos 35-44 anos (em 2022, respetivamente menos 7,6 p.p. e menos 8,3 p.p. face à importância de 2011). Em contrapartida, as classes etárias acima dos 55 anos ganharam importância na estrutura etária da AP (mais 16,4 p.p. face a 2011) (Gráfico 2.1.1).

A análise da estrutura etária por subsetor em dezembro de 2022 revela o emprego menos envelhecido na administração regional dos Açores (39,9% dos trabalhadores tinham menos de 45 anos), enquanto na Administração local e nos Fundos da segurança Social tinham maior importância os escalões etários com 45 e mais anos (Gráfico 2.1.2).

Gráfico 2.1.1 Estrutura etária em 31 dezembro, 2011 e 2022

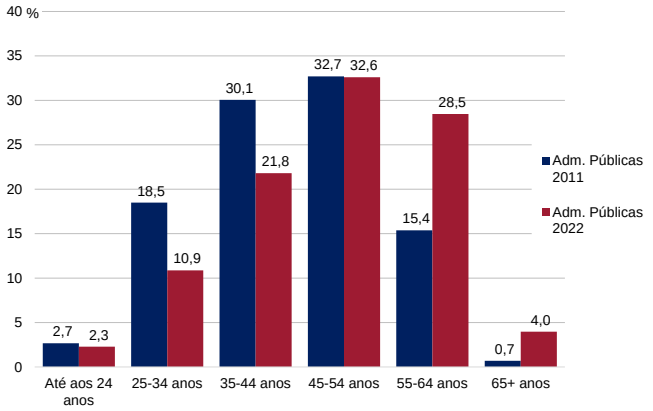
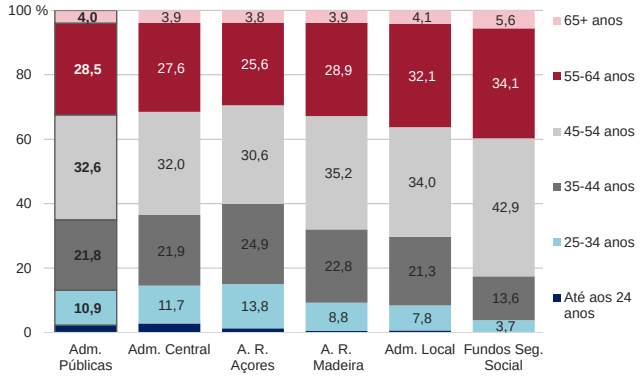


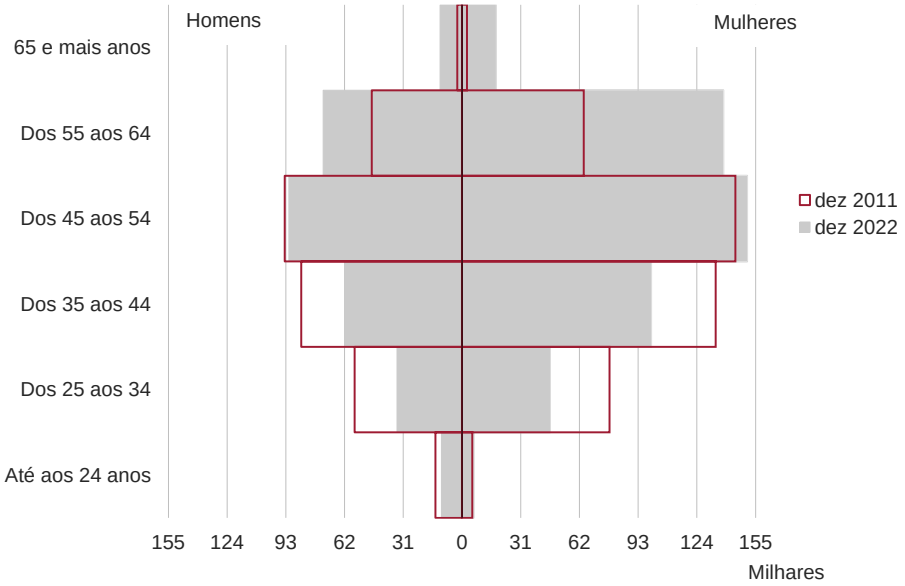
Gráfico 2.1.2 Estrutura etária por subsetor, 31 dezembro 2022



Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

Quando comparada com o início da série (dezembro de 2011), a base da pirâmide etária do emprego nas AP tornou-se mais estreita e o topo mais largo, com o aumento do número de trabalhadores em idades mais avançadas, particularmente mulheres entre os 55 e os 64 anos. Assim, em 31 de dezembro de 2022, 61,8% dos postos de trabalho nas AP eram ocupados por mulheres, proporção que aumentou face a 2011 (58,9%). A distribuição do emprego por sexo e escalão etário revela uma quebra acentuada do número de trabalhadores entre os 25 e os 34 anos e entre os 35 e os 44 anos, mais evidente no caso das mulheres (-31,5 milhares e -34,0 milhares respetivamente, em 2022 face a 2011). O aumento do número de trabalhadores nas faixas etárias mais elevadas (a partir dos 55 anos) também foi mais evidente nas mulheres, passando de 66,8 milhares em 2011 para 155,8 milhares em 2022 (Gráfico 2.1.3).

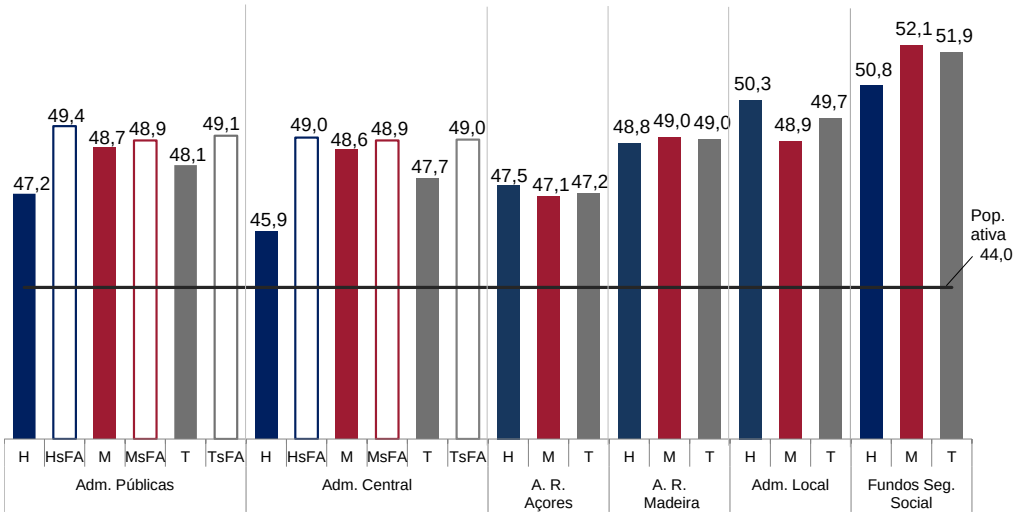
Gráfico 2.1.3 Pirâmide etária do emprego nas administrações públicas em 31 de dezembro, 2011 e 2022



Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

Em 31 de dezembro de 2022, a idade média estimada no conjunto dos trabalhadores das administrações públicas (48,1 anos) e em cada um dos seus subsetores, era superior à idade média da população ativa do país (44,0 anos). Os valores mais elevados para este indicador registavam-se no subsetor dos fundos de segurança social (51,9 anos) e na administração local (49,7 anos) (Gráfico 2.1.4). Em termos globais, a idade média das mulheres nas administrações públicas era superior à dos homens em 1,5 anos, facto que é explicado sobretudo pela diferença de idades médias no subsetor da administração central (2,7 anos). Excluindo as carreiras das forças armadas e de segurança, a idade média dos trabalhadores das administrações públicas e da administração central cresce em pelo menos um ano: de 48,1 anos para 49,1 anos no caso do indicador global para as administrações públicas e de 47,7 anos para 49,0 anos no caso da administração central (Gráficos 2.1.4 e 2.1.5; Quadro 2.1.2).

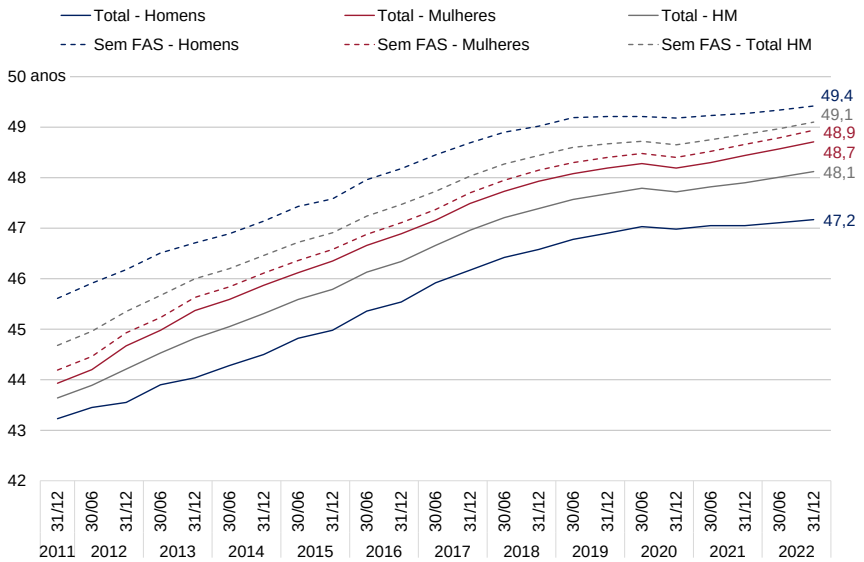
Gráfico 2.1.4 Idade média dos trabalhadores nas administrações públicas (com e sem forças armadas e de segurança) por sexo a 31 de dezembro 2022, em comparação com a população ativa no 4.º trimestre 2022



***HsFA** - Homens excluindo Forças Armadas e de Segurança* ***MsFA** - Mulheres excluindo Forças Armadas e de Segurança*
***TsFA**- Total excluindo Forças Armadas e de Segurança*
***Fontes:** INE - Censos 2021 e Inquérito ao Emprego 1.ºT 2023 (cálculos DGAEP/DIOEP- ver IV. Notas Técnicas); DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

A idade média estimada para o total dos trabalhadores das administrações públicas em 2022 aumentou 4,5 anos em comparação com o final de 2011, verificando-se que em 2022, a idade média das mulheres (48,7) era mais elevada do que a dos homens (47,2). Não considerando as carreiras das forças armadas e de segurança, a idade média dos trabalhadores civis das administrações públicas aumentou, de forma geral, para os 49,1 anos de idade, sendo mais elevada nos homens (49,4 anos) do que mulheres (48,9 anos) (Gráfico 2.1.5 e Quadro 2.1.2).

Gráfico 2.1.5 Evolução da idade média estimada dos trabalhadores das administrações públicas, total e sem FAS, 31 dezembro 2011 a 31 dezembro 2022



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)

A idade média estimada dos trabalhadores da administração central situa-se nos 47,7 anos, verificando-se valores mais baixos nos trabalhadores das áreas governativas da defesa nacional e da administração interna (37,7 e 41,9 anos respetivamente), o que está patente nos elevados índices de renovação e de juventude, verificado em particular nos homens. Por outro lado, as áreas governativas das finanças e da agricultura são as que apresentam idades médias estimadas mais elevadas (55,0 e 54,7 anos respetivamente) com índices de renovação muito baixos.

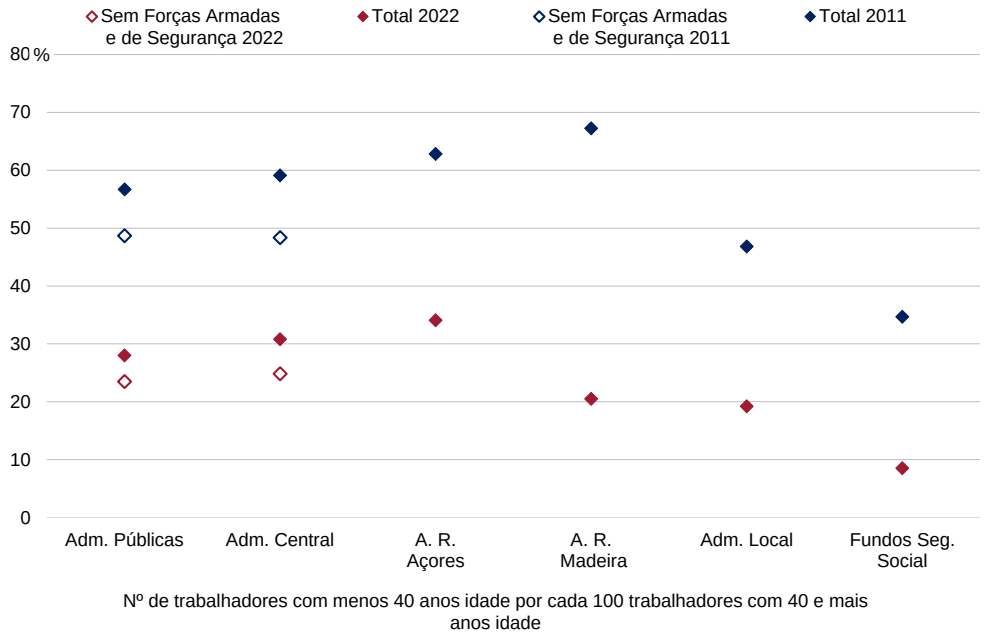
Quadro 2.1.2 Principais indicadores etários dos trabalhadores por subsector, área governativa e sexo, 31 dezembro 2022

	Idade média estimada (em anos)			Índice de renovação (em número índice) base = 100			Índice de juventude (em número índice) base = 100		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	**47,2**	**48,7**	**48,1**	**34,5**	**18,7**	**24,2**	**33,3**	**24,9**	**28,0**
- Excluindo Forças Armadas e de Segurança -	*49,4*	*48,9*	*49,1*	*16,0*	*16,8*	*16,5*	*23,0*	*23,7*	*23,5*
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	**45,9**	**48,6**	**47,7**	**50,2**	**20,2**	**28,7**	**40,6**	**26,1**	**30,8**
- Excluindo Forças Armadas e de Segurança -	*49,0*	*48,9*	*49,0*	*19,6*	*17,9*	*18,3*	*25,5*	*24,6*	*24,8*
Estado	45,2	51,1	48,9	64,0	8,3	22,4	42,1	13,1	22,5
Serviços e Fundos Autónomos	47,0	45,6	46,1	33,2	44,2	40,5	38,6	46,7	44,0
Estado e Serviços e Fundos Autónomos	45,9	48,7	47,7	50,7	20,3	28,9	40,7	26,0	30,8
Órgãos de Soberania e Entidades Independentes (i)	52,7	51,1	51,7	4,8	7,9	6,8	11,0	18,2	15,5
Presidência do Conselho de Ministros	48,5	50,4	49,6	15,4	5,7	9,0	23,0	14,5	17,7
Negócios Estrangeiros	49,7	49,5	49,6	15,8	17,8	17,0	25,2	21,4	22,9
Defesa Nacional	36,5	41,8	37,7	422,6	116,7	289,1	140,7	81,8	124,5
Administração Interna	41,7	43,1	41,9	170,3	80,7	148,6	62,8	64,5	63,0
Justiça	49,2	52,5	51,0	8,6	5,5	6,6	18,6	11,0	14,4
Finanças	54,3	55,5	55,0	1,0	0,6	0,8	3,0	3,0	3,0
Economia e Mar	50,9	51,6	51,3	5,0	3,4	4,0	12,5	10,0	10,9
Cultura	52,3	53,7	53,3	3,8	1,4	2,1	10,5	7,5	8,5
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	48,3	48,0	48,1	21,3	17,8	19,4	28,8	27,7	28,2
Educação	51,7	51,5	51,5	6,8	4,8	5,1	10,4	10,4	10,4
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	51,6	51,4	51,5	3,9	1,5	2,2	8,8	7,6	7,9
Saúde	46,8	47,4	47,3	39,9	25,1	27,7	44,6	34,9	36,8
Ambiente e Ação Climática	50,3	51,6	51,0	18,5	6,9	12,4	23,0	14,7	18,5
Infraestruturas	51,6	52,4	52,1	2,1	2,2	2,2	18,8	9,8	13,4
Habitação	49,5	51,3	50,6	4,2	3,3	3,6	19,7	13,2	15,6
Coesão Territorial	53,9	52,9	53,3	2,8	2,5	2,6	7,7	7,2	7,4
Agricultura e Alimentação	55,4	54,2	54,7	1,3	0,9	1,1	5,5	6,1	5,9
Sector Empresarial do Estado - Entidades Reclassificadas (ii)	45,6	43,8	44,3	48,1	68,2	62,0	49,9	63,7	59,5
Regimes de Requalificação/Valorização Profissional (iii)	62,0	55,3	58,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Instituições sem Fim Lucrativo da Administração Central	48,2	47,8	47,9	16,1	18,0	17,5	28,1	29,7	29,3
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL	**50,0**	**48,6**	**49,3**	**11,6**	**13,7**	**12,5**	**19,7**	**22,2**	**21,0**
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DOS AÇORES	**47,5**	**47,1**	**47,2**	**25,6**	**27,7**	**27,0**	**32,3**	**35,0**	**34,1**
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA MADEIRA	**48,8**	**49,0**	**49,0**	**16,5**	**13,9**	**14,6**	**22,1**	**19,8**	**20,5**
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	**50,3**	**48,9**	**49,7**	**10,2**	**10,7**	**10,4**	**18,5**	**20,2**	**19,2**
FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL	**50,8**	**52,1**	**51,9**	**6,3**	**3,8**	**4,2**	**9,6**	**8,3**	**8,5**
Fundos de Segurança Social da Administração Central	51,0	52,2	52,0	4,5	3,0	3,2	8,4	7,0	7,3
Fundos de Segurança Social da Adm. Regional dos Açores	48,2	49,9	49,6	7,7	8,9	8,7	20,2	19,4	19,6
Fundos de Segurança Social da Adm. Regional da Madeira	50,6	52,3	52,1	17,9	6,4	7,7	14,7	12,5	12,8

Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*
Notas: (i) a (iii) Ver notas Quadro 2.1.1. Ver também IV. Notas Técnicas – Conceitos

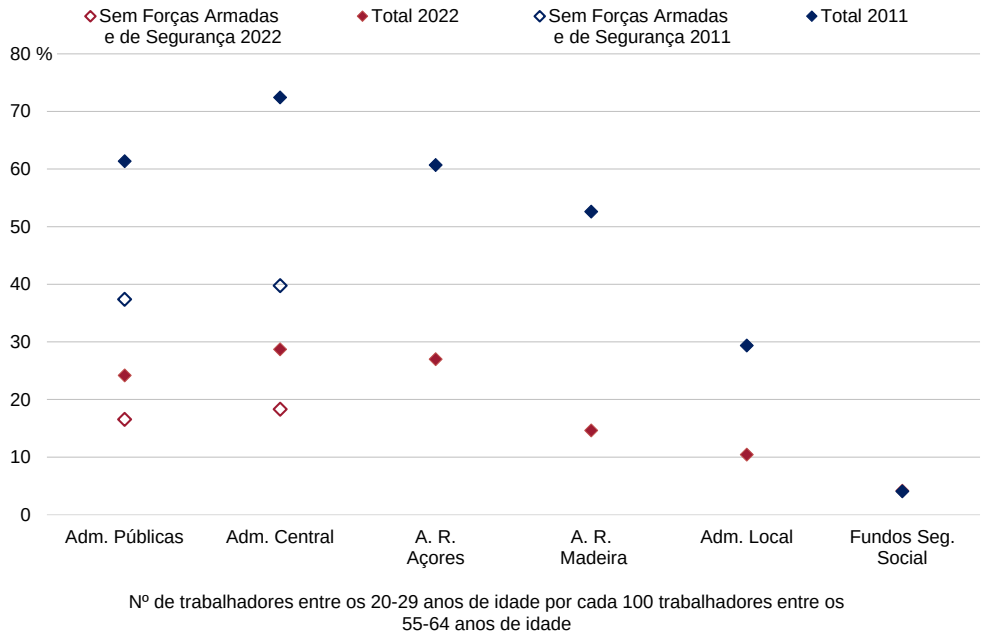
Todos os subsectores das administrações públicas apresentavam um índice de juventude inferior a 100, isto é, o número de trabalhadores com menos de 40 anos era inferior ao número de trabalhadores com 40 e mais anos de idade, situação que se tem vindo a agravar desde 2011. O indicador era particularmente baixo nos fundos da segurança social, subsetor em que a idade média era também a mais elevada. Nos subsetores da administração local e da administração regional da Madeira registaram-se igualmente índices de juventude abaixo do valor médio das administrações públicas (28,0): respetivamente 19,2 e 20,5 trabalhadores com menos de 40 anos por cada 100 trabalhadores com mais de 40 anos (Quadro 2.1.2 e Gráfico 2.1.6).

Gráfico 2.1.6 Índice de juventude dos trabalhadores das administrações públicas (com e sem forças armadas e de segurança) em 31 dezembro, 2011 e 2022



Com exceção dos Fundos de Segurança Social, a renovação dos trabalhadores diminuiu em todos os outros subsectores das administrações públicas entre 2011 e 2022: **em 31 de dezembro de 2022, por cada 100 trabalhadores com idades compreendidas entre os 55 anos e os 64 anos existiam apenas 24,2 com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos**, índice que era bastante inferior ao registado a 31 de dezembro de 2011 (61,4). Em ambos os momentos, o índice de renovação reduz-se quando se excluem as forças armadas e de segurança, com maior número de trabalhadores jovens (Quadro 2.1.2 e Gráfico 2.1.7).

Gráfico 2.1.7 Índice de renovação dos trabalhadores das administrações públicas (com e sem forças armadas e de segurança) em 31 dezembro, 2011 e 2022



Fonte: *(Gráficos 2.1.6 e 2.1.7): DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*
Notas: *Para mais informação sobre o cálculo de índices ver também IV. Notas Técnicas.*

2.2 Nível de escolaridade e sexo nas administrações públicas por subsector

No final do segundo semestre de 2022, em termos globais, no sector das administrações públicas mais de metade dos trabalhadores detinham habilitações ao nível do ensino superior (55,3% face 32,3% na população ativa total). Ainda assim, 133,5 mil postos de trabalho (18,0%) das administrações públicas estavam ocupados por trabalhadores que detinham apenas o ensino básico (Quadro 2.2.1).

Na administração central, a proporção de trabalhadores com ensino superior era 61,3%. As áreas governativas que apresentavam maior proporção de trabalhadores com ensino superior (acima de 70%) eram: Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (85,9%), Coesão Territorial (76,0%), Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (75,9%), Habitação (74,6%), Economia e Mar (73,6%), Presidência do Conselho de Ministros (72,7%) e Educação (72,5%).

Na administração local, o nível de escolaridade dos trabalhadores era mais baixo: 30,0% detinham ensino superior, 31,5% ensino secundário e 38,5% apenas o ensino básico.

Nas administrações regionais dos Açores e da Madeira, os trabalhadores com ensino superior representavam a maioria dos trabalhadores: respetivamente, 56,3% e 58,0%.

Quadro 2.2.1 Emprego por subsector e área governativa segundo o nível de escolaridade, 31 dezembro 2022

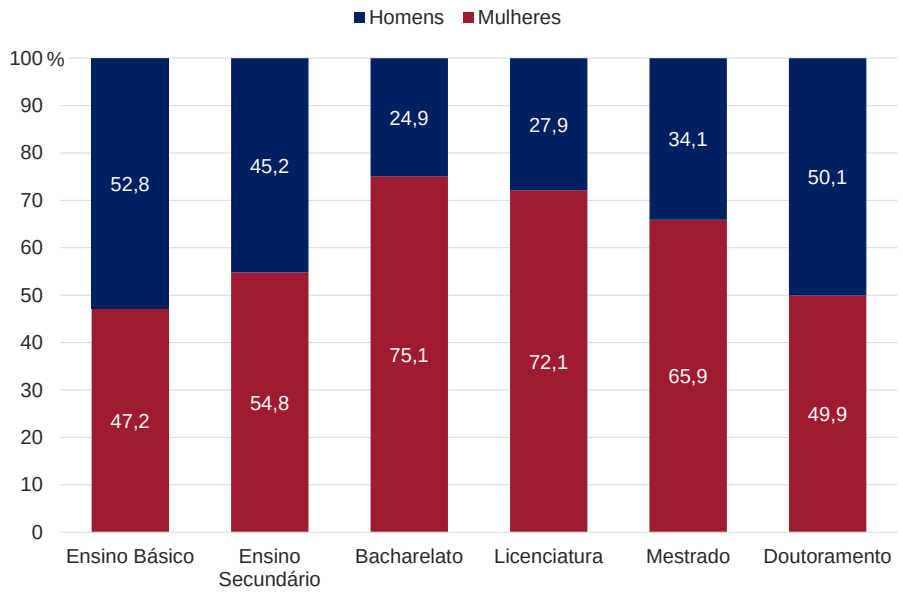
Unidade: posto de trabalho

	Ensino básico		Ensino secundário		Ensino Superior			Total	Estrutura por subsector e área governativa (%)			
	Até ao 2.º ciclo	3.º ciclo	11.º ano	12.º ano ou equiv.	Bachar.	Licenc.	Mestre e Doutor		Ensino básico	Ensino secund.	Ensino superior	Total
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	**59 407**	**74 090**	**23 942**	**174 214**	**16 989**	**301 471**	**92 081**	**742 194**	**18,0**	**26,7**	**55,3**	**100,0**
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	**23 095**	**48 262**	**18 271**	**126 556**	**14 498**	**242 964**	**84 276**	**557 922**	**12,8**	**26,0**	**61,3**	**100,0**
Estado	**11 234**	**30 046**	**13 677**	**84 203**	**6 247**	**141 898**	**28 502**	**315 807**	**13,1**	**31,0**	**55,9**	**100,0**
Serviços e Fundos Autónomos	**11 104**	**17 023**	**4 564**	**40 207**	**8 093**	**97 221**	**54 957**	**233 169**	**12,1**	**19,2**	**68,7**	**100,0**
Estado e Serviços e Fundos Autónomos	**22 338**	**47 069**	**18 241**	**124 410**	**14 340**	**239 119**	**83 459**	**548 976**	**12,6**	**26,0**	**61,4**	**100,0**
Órgãos de Soberania e Entidades Independentes (i)	215	884	3 962	2 454	75	5 738	558	13 886	7,9	46,2	45,9	100,0
Presidência do Conselho de Ministros	46	142	96	684	37	1 936	605	3 546	5,3	22,0	72,7	100,0
Negócios Estrangeiros	186	161	71	517	98	1 415	437	2 885	12,0	20,4	67,6	100,0
Defesa Nacional	869	2 849	661	16 685	492	7 456	1 386	30 398	12,2	57,1	30,7	100,0
Administração Interna	969	9 106	5 079	27 128	161	4 444	1 518	48 405	20,8	66,5	12,6	100,0
Justiça	682	1 824	1 163	5 725	184	4 838	558	14 974	16,7	46,0	37,3	100,0
Finanças	224	251	836	3 642	310	5 293	639	11 195	4,2	40,0	55,8	100,0
Economia e Mar	76	149	86	576	50	1 824	595	3 356	6,7	19,7	73,6	100,0
Cultura	83	206	51	548	27	852	336	2 103	13,7	28,5	57,8	100,0
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	1 124	1 427	424	3 712	229	11 072	29 383	47 371	5,4	8,7	85,9	100,0
Educação	7 986	14 825	1 764	27 380	4 814	109 274	22 795	188 838	12,1	15,4	72,5	100,0
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	52	140	103	1 099	75	3 781	533	5 783	3,3	20,8	75,9	100,0
Saúde	935	1 558	685	6 655	1 280	15 032	5 558	31 703	7,9	23,2	69,0	100,0
Ambiente e Ação Climática	256	222	78	633	41	1 480	596	3 306	14,5	21,5	64,0	100,0
Infraestruturas	27	46	69	411	23	505	286	1 367	5,3	35,1	59,5	100,0
Habitação	6	22	7	67	7	248	44	401	7,0	18,5	74,6	100,0
Coesão Territorial	24	62	30	205	12	786	220	1 339	6,4	17,6	76,0	100,0
Agricultura e Alimentação	203	286	107	874	119	2 085	491	4 165	11,7	23,6	64,7	100,0
Sector Empresarial do Estado - Entidades Reclassificadas	8 375	12 909	2 969	25 413	6 306	61 051	16 921	133 944	15,9	21,2	62,9	100,0
Regimes de Requalificação/Valorização Profissional (iii)	0	0	0	2	0	9	0	11	0,0	18,2	81,8	100,0
Instituições Sem Fim Lucrativo da Administração Central	**757**	**1 193**	**30**	**2 146**	**158**	**3 845**	**817**	**8 946**	**21,8**	**24,3**	**53,9**	**100,0**
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL	**35 605**	**25 171**	**5 152**	**44 078**	**2 384**	**53 488**	**7 324**	**173 202**	**35,1**	**28,4**	**36,5**	**100,0**
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DOS AÇORES	**3 161**	**2 170**	**543**	**3 160**	**497**	**9 873**	**1 246**	**20 650**	**25,8**	**17,9**	**56,3**	**100,0**
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA MADEIRA	**2 852**	**1 878**	**618**	**3 435**	**534**	**10 312**	**1 272**	**20 901**	**22,6**	**19,4**	**58,0**	**100,0**
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	**29 592**	**21 123**	**3 991**	**37 483**	**1 353**	**33 303**	**4 806**	**131 651**	**38,5**	**31,5**	**30,0**	**100,0**
FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL	**707**	**657**	**519**	**3 580**	**107**	**5 019**	**481**	**11 070**	**12,3**	**37,0**	**50,7**	**100,0**
Fundos de Segurança Social da Administração Central	249	306	344	3 171	96	4 465	454	9 085	6,1	38,7	55,2	100,0
Fundos de Segurança Social da Adm. Regional dos Açores	23	120	93	132	0	199	20	587	24,4	38,3	37,3	100,0
Fundos de Segurança Social da Adm. Regional da Madeira	435	231	82	277	11	355	7	1 398	47,6	25,7	26,7	100,0

Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*
Notas: (i) a (iii) Ver Notas Quadro 2.1.1

Em 31 de dezembro de 2022, em todos os níveis de escolaridade, com exceção dos níveis habilitacionais extremos (ensino básico e doutoramento), existiam mais mulheres do que homens, com destaque para o ensino superior: bacharelato, licenciatura e mestrado (Gráfico 2.2.1).

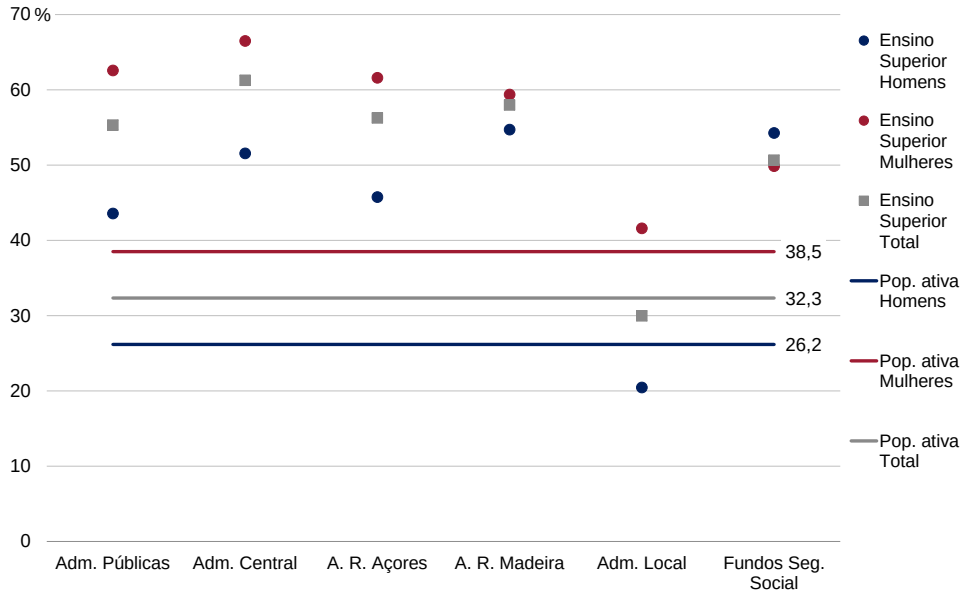
Gráfico 2.2.1 Nível de escolaridade do emprego na administração pública por sexo em 31 dezembro 2022



Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

O nível de tecnicidade (proporção de trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior) das mulheres nas administrações públicas era superior ao verificado para os homens: 62,6% e 43,6%, respetivamente. Com exceção dos fundos da segurança social, esta situação verificava-se em todos os subsetores da administração pública, sendo que na administração local a diferença entre o peso do ensino superior nas mulheres (41,6%) e nos homens (20,5%) era maior (Gráfico 2.2.2).

Gráfico 2.2.2 Peso dos trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior nas administrações públicas por sexo e na população ativa, 31 dezembro / 4.º trimestre 2022



Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023); INE - Inquérito ao Emprego*

3. Caracterização do emprego e remunerações nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo

3.1 Dirigentes nas administrações públicas

Em comparação com o período homólogo, em 31 de dezembro de 2022 observou-se um aumento de 6,5% do número total de dirigentes nas administrações públicas, mais significativo na administração regional e local (12,8%) (Quadro e Gráfico 3.1.1). A idade média global dos dirigentes nos diversos níveis de administração era de 50,9 anos, sendo mais elevada a dos dirigentes superiores de 1.º grau: 55,3 anos. A administração regional dos Açores e administração local eram os subsetores com a idade média dos dirigentes mais baixa: 47,5 anos e 49,7 anos, respetivamente (Gráfico 3.1.2).

Quadro 3.1.1 Dirigentes nas administrações públicas por cargo em 31 dezembro, 2021 e 2022

Unidade: posto de trabalho	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS			ADMINISTRAÇÃO CENTRAL			ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL			FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL		
Designação	31 dez 2021	31 dez 2022	VH (%)	31 dez 2021	31 dez 2022	VH (%)	31 dez 2021	31 dez 2022	VH (%)	31 dez 2021	31 dez 2022	VH (%)
Total Dirigentes	13 937	14 838	6,5	7 803	8 040	3,0	5 093	5 746	12,8	1 041	1 052	1,1
Dirigente superior:	**1 773**	**1 826**	**3,0**	**1 322**	**1 337**	**1,1**	**433**	**469**	**8,3**	**18**	**20**	**11,1**
Dirigente Superior de 1.º grau	*661*	*687*	*3,9*	*398*	*404*	*1,5*	*257*	*277*	*7,8*	*6*	*6*	*0,0*
Dirigente Superior de 2.º grau	*1 112*	*1 139*	*2,4*	*924*	*933*	*1,0*	*176*	*192*	*9,1*	*12*	*14*	*16,7*
Dirigente intermédio:	**12 164**	**13 012**	**7,0**	**6 481**	**6 703**	**3,4**	**4 660**	**5 277**	**13,2**	**1 023**	**1 032**	**0,9**
Dirigente Intermédio de 1.º grau	*2 993*	*3 165*	*5,7*	*2 069*	*2 128*	*2,9*	*860*	*975*	*13,4*	*64*	*62*	*-3,1*
Dirigente Intermédio de 2.º grau	*6 056*	*6 479*	*7,0*	*2 924*	*2 998*	*2,5*	*2 717*	*3 054*	*12,4*	*415*	*427*	*2,9*
Dirigente Intermédio de 3.º e mais graus	*3 115*	*3 368*	*8,1*	*1 488*	*1 577*	*6,0*	*1 083*	*1 248*	*15,2*	*544*	*543*	*-0,2*

***Fonte**: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

Gráfico 3.1.1 Dirigentes nas administrações públicas segundo o cargo e sexo em 31 dezembro, 2011 a 2022

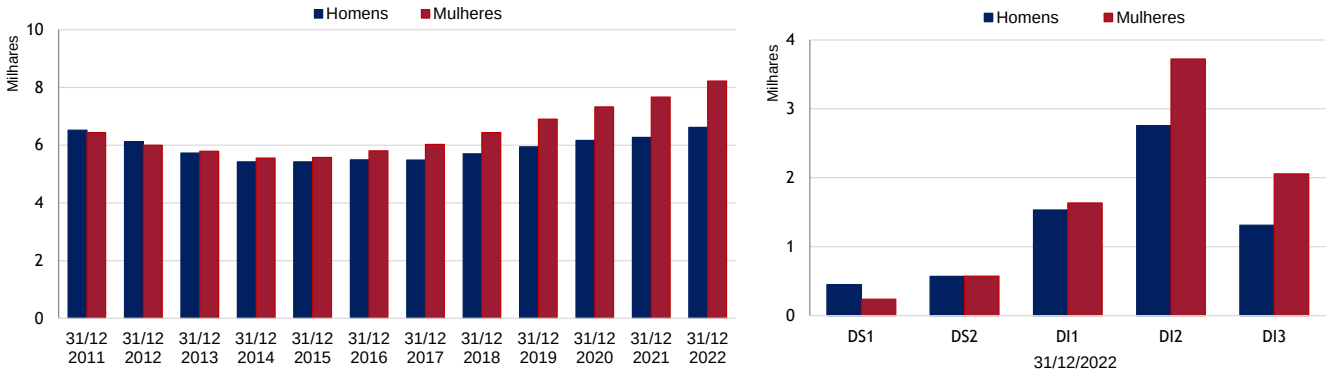
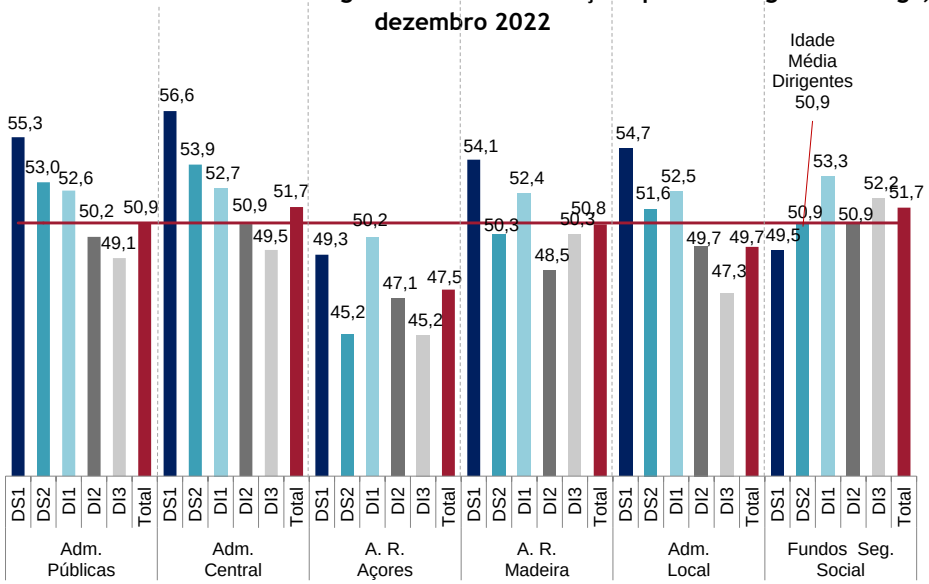


Gráfico 3.1.2 Idade média dos dirigentes nas administrações públicas segundo o cargo, 31 dezembro 2022



***Fonte** (Gráficos 3.1.1 e 3.1.2): DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

***Notas: DS1** - Dirigente superior de 1º grau **DS2** - Dirigente superior de 2º grau **DI1** - Dirigente intermédio de 1º grau*
***DI2** - Dirigente intermédio de 2º grau **DI3** - Dirigente intermédio de 3.º e mais graus*

O valor estimado da remuneração base média mensal do total dos dirigentes no sector das administrações públicas, em outubro 2022 era de 2 820,4€, tendo registado um aumento de 0,5%, face ao período homólogo, enquanto o ganho médio mensal pouco se alterou (3 345,6€). Na administração central salientam-se os aumentos registados nas remunerações e ganhos dos dirigentes superiores de 1º e 2º graus. Na administração regional e local salientam-se os aumentos registados nas remunerações e ganhos dos dirigentes superiores de 2º grau, bem como nos dirigentes intermédios de 3º e mais graus (Quadro 3.1.2, Gráficos 3.1.3 a 3.1.4).

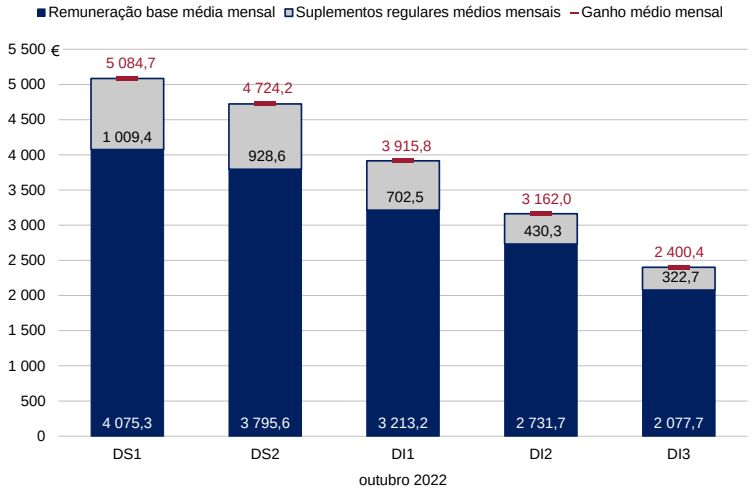
Quadro 3.1.2 Remuneração base média mensal e ganho médio mensal dos dirigentes nas administrações públicas em outubro, 2021 e 2022

Unidade: euro

Designação	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS						ADMINISTRAÇÃO CENTRAL						ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL						FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL					
	Remuneração base média mensal			Ganho médio mensal			Remuneração base média mensal			Ganho médio mensal			Remuneração base média mensal			Ganho médio mensal			Remuneração base média mensal			Ganho médio mensal		
	out 2021	out 2022	VH (%)	out 2021	out 2022	VH (%)	out 2021	out 2022	VH (%)	out 2021	out 2022	VH (%)	out 2021	out 2022	VH (%)	out 2021	out 2022	VH (%)	out 2021	out 2022	VH (%)	out 2021	out 2022	VH (%)
Total Dirigentes	**2 807,6**	**2 820,4**	**0,5**	**3 346,8**	**3 345,6**	**0,0**	**3 034,9**	**3 050,0**	**0,5**	**3 664,2**	**3 665,8**	**0,0**	**2 623,8**	**2 639,5**	**0,6**	**2 971,7**	**2 978,5**	**0,2**	**2 014,4**	**2 031,7**	**0,9**	**2 802,2**	**2 829,0**	**1,0**
Dirigente superior:	**3 817,5**	**3 902,9**	**2,2**	**4 763,5**	**4 862,4**	**2,1**	**3 955,8**	**4 081,5**	**3,2**	**4 953,2**	**5 106,5**	**3,1**	**3 354,4**	**3 354,2**	**0,0**	**4 098,5**	**4 087,2**	**-0,3**	**4 222,0**	**4 198,9**	**-0,6**	**5 971,0**	**5 837,2**	**-2,2**
Dirigente Superior de 1.º grau	*4 026,4*	*4 075,3*	*1,2*	*5 041,5*	*5 084,7*	*0,9*	*4 293,0*	*4 411,2*	*2,8*	*5 439,7*	*5 585,7*	*2,7*	*3 595,2*	*3 571,1*	*-0,7*	*4 381,3*	*4 316,0*	*-1,5*	*4 681,9*	*4 540,7*	*-3,0*	*6 676,6*	*6 469,2*	*-3,1*
Dirigente Superior de 2.º grau	*3 688,7*	*3 795,6*	*2,9*	*4 592,1*	*4 724,2*	*2,9*	*3 807,9*	*3 937,1*	*3,4*	*4 739,7*	*4 896,6*	*3,3*	*2 946,4*	*2 997,5*	*1,7*	*3 619,2*	*3 711,0*	*2,5*	*3 992,1*	*4 028,0*	*0,9*	*5 618,2*	*5 521,1*	*-1,7*
Dirigente intermédio:	**2 667,9**	**2 680,7**	**0,5**	**3 150,9**	**3 149,9**	**0,0**	**2 855,0**	**2 862,2**	**0,3**	**3 412,3**	**3 403,5**	**-0,3**	**2 561,4**	**2 581,3**	**0,8**	**2 875,6**	**2 888,3**	**0,4**	**1 975,5**	**1 993,9**	**0,9**	**2 746,4**	**2 776,6**	**1,1**
Dirigente Intermédio de 1.º grau	*3 203,3*	*3 213,2*	*0,3*	*3 928,2*	*3 915,8*	*-0,3*	*3 284,0*	*3 288,3*	*0,1*	*4 009,8*	*4 002,6*	*-0,2*	*3 001,6*	*3 039,2*	*1,3*	*3 689,8*	*3 683,8*	*-0,2*	*3 284,0*	*3 305,0*	*0,6*	*4 465,9*	*4 482,5*	*0,4*
Dirigente Intermédio de 2.º grau	*2 707,7*	*2 731,7*	*0,9*	*3 152,8*	*3 162,0*	*0,3*	*2 806,2*	*2 849,8*	*1,6*	*3 333,1*	*3 351,8*	*0,6*	*2 641,2*	*2 648,6*	*0,3*	*2 915,1*	*2 923,1*	*0,3*	*2 444,4*	*2 472,7*	*1,2*	*3 416,6*	*3 450,0*	*1,0*
Dirigente Int. de 3.º e mais graus	*2 063,8*	*2 077,7*	*0,7*	*2 384,7*	*2 400,4*	*0,7*	*2 338,9*	*2 318,7*	*-0,9*	*2 716,3*	*2 703,9*	*-0,5*	*2 000,6*	*2 036,8*	*1,8*	*2 114,6*	*2 149,2*	*1,6*	*1 463,9*	*1 466,0*	*0,1*	*2 032,9*	*2 049,8*	*0,8*

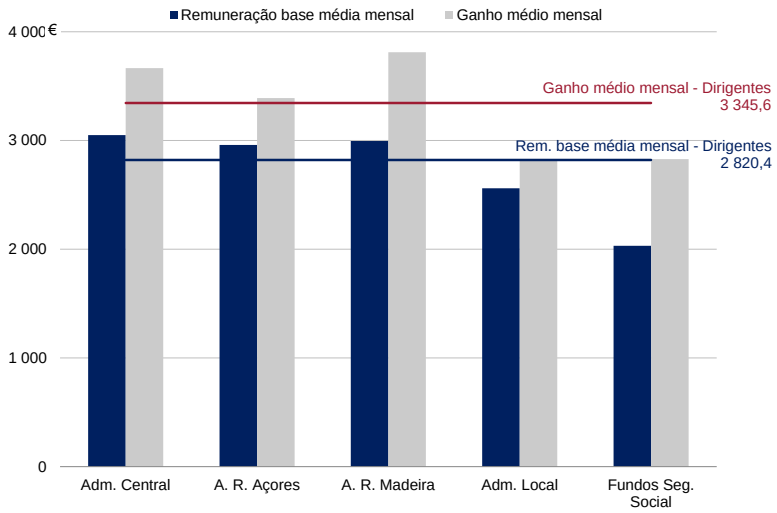
Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

Gráfico 3.1.3 Remunerações dos dirigentes nas administrações públicas, outubro 2022



Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

Gráfico 3.1.4 Remunerações dos dirigentes nas administrações públicas, por cargo, outubro 2022



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)

3.2 Estrutura etária e sexo nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo

O escalão etário dos 45 aos 54 anos é o mais representativo dos trabalhadores das administrações públicas, sendo as carreiras gerais (assistente operacional, assistente técnico, técnico superior) e de docente do ensino básico e secundário as mais representadas neste escalão etário e no total de emprego.

No total das administrações públicas, as carreiras de administração tributária e aduaneira e de oficial dos registos e notariado apresentam as idades médias estimadas dos trabalhadores mais elevadas (55,2 e 56,9 anos, respetivamente). As carreiras das forças armadas, bombeiro, polícia municipal, forças de segurança e médico apresentam um índice de renovação superior a 100 e as idades médias mais baixas. As carreiras no sector da saúde, de enfermagem, médica e técnicos de diagnóstico e terapêutica revelam índices de renovação e de juventude bastante acima da média por via da entrada de novos profissionais, em particular da carreira médica que apresenta um índice de juventude superior a 100 (97,2 para os homens e 139,8 para as mulheres). A carreira das forças armadas destaca-se por ter o índice de juventude mais alto (174,3 para os homens e 341,8 para as mulheres).

Quadro 3.2.1 Distribuição e indicadores etários dos trabalhadores das administrações públicas por cargo, carreira e grupo, 31 dezembro 2022

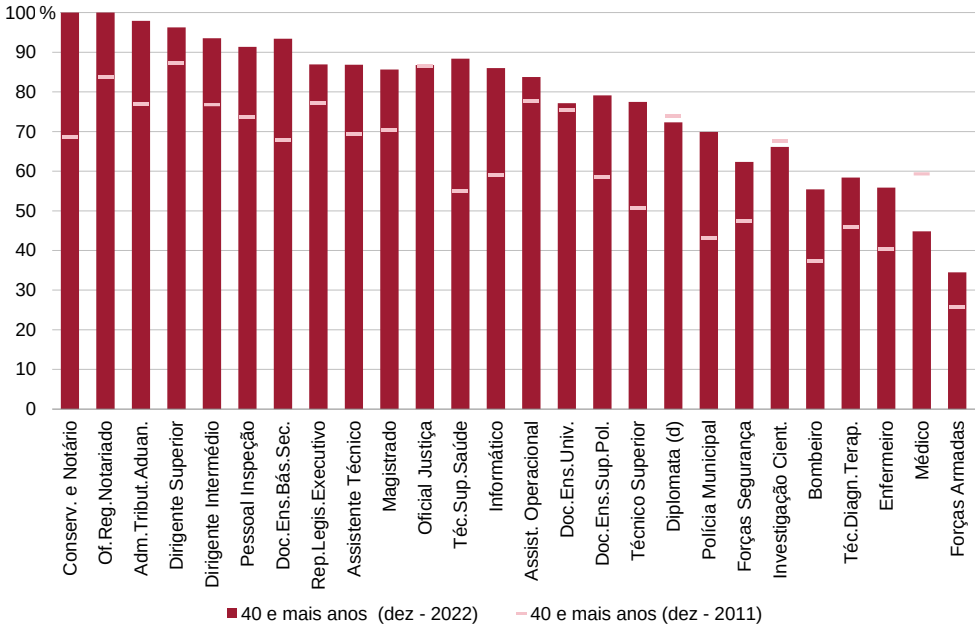
	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS														
	Até aos 24 anos	Dos 25 aos 34	Dos 35 aos 44	Dos 45 aos 54	Dos 55 aos 64	65 e mais anos	Total	Idade média estimada (em anos)			Índice de renovação (em número índice) base = 100			Índice de juventude (em número índice) base = 100		
CARGO / CARREIRA / GRUPO								H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
Total	**16 978**	**80 706**	**161 856**	**241 975**	**211 196**	**29 483**	**742 194**	**47,2**	**48,7**	**48,1**	**34,5**	**18,7**	**24,2**	**33,3**	**24,9**	**28,0**
- Excluindo Forças Armadas e de Segurança	***6 746***	***64 952***	***141 204***	***218 333***	***204 726***	***29 361***	***665 322***	***49,4***	***48,9***	***49,1***	***16,0***	***16,8***	***16,5***	***23,0***	***23,7***	***23,5***
Representantes do poder legislativo (a)	16	190	867	1 456	888	354	3 771	51,2	47,4	50,3	5,0	12,6	6,4	12,7	22,3	15,0
Dirigente superior	0	22	196	740	678	190	1 826	54,4	53,2	53,9	0,5	0,0	0,3	4,8	2,7	3,9
Dirigente intermédio	1	248	2 505	6 384	3 412	462	13 012	50,9	50,2	50,5	0,9	0,8	0,8	7,3	6,6	6,9
Técnico superior	467	8 607	21 828	28 726	15 372	2 178	77 178	47,3	46,6	46,8	19,9	23,7	22,4	28,7	29,2	29,1
Assistente técnico/administrativo (b)	520	5 634	16 749	32 641	31 697	4 420	91 661	49,9	51,0	50,7	10,9	7,1	8,1	18,8	13,8	15,1
Assist. operacional/operário/auxiliar (c)	2 487	13 125	29 347	51 225	63 073	8 398	167 655	51,0	50,3	50,6	10,7	12,6	11,8	18,6	20,0	19,4
Informático	32	306	1 204	2 122	1 437	156	5 257	47,7	53,3	49,2	16,8	2,5	10,7	20,5	6,0	16,3
Magistrado	0	285	903	1 483	1 097	193	3 961	52,8	48,1	49,8	1,7	9,3	5,7	10,5	20,4	16,7
Diplomata (d)	3	89	69	95	127	36	419	48,7	47,4	48,3	27,6	48,3	32,3	41,5	31,3	38,3
Pessoal de investigação científica	15	582	1 622	1 034	543	119	3 915	44,3	44,3	44,3	24,4	22,3	23,2	54,2	49,2	51,3
Docente ensino universitário	335	2 011	3 552	4 850	5 153	1 176	17 077	49,4	48,2	48,9	23,1	22,2	22,7	28,3	31,3	29,6
Docente ensino superior politécnico	115	1 095	3 072	4 203	2 733	326	11 544	47,8	47,3	47,6	19,5	18,9	19,2	27,0	25,7	26,4
Educ.infância e doc. ens. básico/secund.	405	3 741	24 861	54 015	51 633	6 664	141 319	51,6	51,9	51,8	5,8	3,2	3,7	8,5	6,6	7,1
Pessoal de inspeção	3	69	334	825	578	66	1 875	51,2	50,4	50,8	4,6	5,1	4,8	10,3	8,8	9,5
Médico	33	12 825	8 578	3 889	4 903	2 644	32 872	43,9	40,8	41,9	99,3	143,4	125,7	97,2	139,8	123,1
Enfermeiro	1 989	11 975	18 911	12 351	8 930	447	54 603	42,8	42,1	42,2	74,9	93,7	90,5	70,3	80,8	79,0
Técnico diagnóstico e terapêutica	98	2 300	3 880	2 716	1 804	192	10 990	44,3	43,2	43,4	41,1	60,1	55,8	68,1	72,1	71,3
Técnico superior de saúde	2	93	425	779	535	67	1 901	49,6	49,9	49,8	4,6	2,6	2,8	15,5	12,8	13,2
Administração tributária e aduaneira	1	38	517	3 402	3 948	687	8 593	54,5	55,7	55,2	0,5	0,3	0,4	1,9	2,3	2,1
Conservador e Notário	0	0	0	288	205	36	529	55,9	53,9	54,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Oficial dos registos e do notariado	0	0	45	1 129	2 155	207	3 536	56,3	57,0	56,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Oficial de justiça	10	594	509	2 492	3 410	338	7 353	53,6	52,4	52,8	4,6	8,6	7,2	8,2	19,4	15,2
Forças Armadas	7 158	5 795	5 877	4 450	1 008	8	24 296	34,8	31,0	34,3	799,2	-	959,9	174,3	341,8	189,9
Forças de segurança	3 074	9 959	14 775	19 192	5 462	114	52 576	42,3	40,8	42,2	137,7	134,5	137,2	58,0	84,8	60,4
Bombeiro	177	800	848	866	235	4	2 930	40,1	39,0	40,1	260,9	540,0	266,8	79,8	98,2	80,4
Polícia Municipal (e)	37	323	382	622	180	1	1 545	43,8	40,1	43,1	89,0	318,8	109,4	39,2	61,7	43,1

Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

Notas: (a) inclui representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, abrangendo os membros do CSM, não magistrados, eleitos pela Assembleia da República; dados não disponíveis para a Assembleia da República e os Serviços de Apoio ao Presidente da República; (b) a (d) inclui pessoal dos serviços periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros; (e) inclui pessoal da carreira especial da Polícia de Segurança Pública integrado na Polícia Municipal de Lisboa e do Porto.

Entre 2011 e 2022 verificou-se um aumento da proporção de trabalhadores com mais de 40 anos em todas as carreiras das administrações públicas, com exceção das carreiras de diplomata, investigação científica e médica em que existiam proporcionalmente menos trabalhadores com mais de quarenta anos em 2022 do que em 2011. Note-se que nas carreiras de conservador e notário e oficiais de registo e notariado todos os trabalhadores têm mais de 40 anos.

Gráfico 3.2.1 Proporção de trabalhadores com 40 e mais anos em 31 dezembro, 2011 e 2022



***Fonte**: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

Na administração central, as carreiras das forças armadas, médica, de enfermagem, das forças de segurança e de bombeiro apresentavam a maior proporção de trabalhadores com idades inferiores a 35 anos (respetivamente, 53,4%, 39,0%, 25,7%, 24,7% e 24,5%).

Na administração regional e local, salienta-se a carreira de assistente operacional em que 75,3% dos trabalhadores tinha 45 ou mais anos, face a 68,8% dos trabalhadores no conjunto das carreiras da administração regional e local (Quadro 3.2.2).

Quadro 3.2.2 Estrutura etária dos trabalhadores nos subsectores das administrações públicas por cargo, carreira e grupo e por sexo, 31 dezembro 2022

Unidade: Em percentagem

CARGO / CARREIRA / GRUPO	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL							ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL							FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL						
	Até aos 24 anos	Dos 25 aos 34	Dos 35 aos 44	Dos 45 aos 54	Dos 55 aos 64	65 e mais anos	Total	Até aos 24 anos	Dos 25 aos 34	Dos 35 aos 44	Dos 45 aos 54	Dos 55 aos 64	65 e mais anos	Total	Até aos 24 anos	Dos 25 aos 34	Dos 35 aos 44	Dos 45 aos 54	Dos 55 aos 64	65 e mais anos	Total
Total	**2,8**	**11,7**	**21,9**	**32,0**	**27,6**	**3,9**	**100,0**	**0,7**	**8,6**	**21,9**	**33,8**	**30,9**	**4,1**	**100,0**	**0,2**	**3,6**	**13,6**	**42,9**	**34,1**	**5,6**	**100,0**
Representantes do poder legislativo (a)	0,0	4,5	17,9	46,3	22,4	9,0	100,0	0,4	5,0	23,1	38,5	23,6	9,4	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Dirigente superior	0,0	0,4	8,8	39,5	39,9	11,4	100,0	0,0	3,4	16,6	42,0	30,1	7,9	100,0	0,0	0,0	5,0	75,0	20,0	0,0	100,0
Dirigente intermédio	0,0	1,9	17,9	46,2	29,9	4,1	100,0	0,0	2,2	23,1	50,3	21,6	2,8	100,0	0,0	0,7	8,6	60,9	26,2	3,6	100,0
Técnico superior	0,8	11,7	27,1	35,8	21,4	3,1	100,0	0,3	11,3	31,1	37,5	17,4	2,3	100,0	0,2	4,0	17,5	51,4	23,6	3,3	100,0
Assistente técnico/administrativo (b)	0,6	5,9	17,4	36,0	34,8	5,3	100,0	0,6	6,7	20,1	35,2	33,5	3,9	100,0	0,2	4,8	13,0	35,1	40,2	6,6	100,0
Assist. operacional/operário/auxiliar (c)	2,0	8,3	18,3	31,5	35,3	4,7	100,0	0,8	7,3	16,6	29,4	40,5	5,4	100,0	0,3	1,3	7,3	22,1	57,1	11,9	100,0
Informático	0,8	5,7	19,0	39,5	31,0	4,1	100,0	0,5	6,5	29,7	39,5	22,4	1,4	100,0	0,0	1,7	8,9	59,1	27,2	3,0	100,0
Magistrado	0,0	7,2	22,8	37,4	27,7	4,9	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diplomata (d)	0,7	21,2	16,5	22,7	30,3	8,6	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal de investigação científica	0,4	14,7	41,4	26,4	13,9	3,1	100,0	0,0	31,0	41,4	24,1	3,4	0,0	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Docente ensino universitário	2,0	11,8	20,8	28,4	30,2	6,9	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Docente ensino superior politécnico	1,0	9,5	26,6	36,4	23,7	2,8	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Educ.infância e doc. ens. básico/secund.	0,3	2,5	16,9	37,8	37,5	4,9	100,0	0,4	4,1	24,8	42,9	25,2	2,6	100,0	0,0	0,0	13,3	33,6	45,3	7,8	100,0
Pessoal de inspeção	0,2	3,3	17,3	42,0	33,6	3,6	100,0	0,0	6,2	19,8	41,2	29,9	2,8	100,0	0,0	4,0	19,4	56,4	16,8	3,3	100,0
Médico	0,1	38,9	26,1	11,9	15,1	8,1	100,0	0,1	42,1	26,9	10,9	12,2	7,8	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Enfermeiro	3,7	22,0	34,4	22,7	16,4	0,8	100,0	2,3	21,2	37,7	22,2	16,0	0,6	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	66,7	33,3	100,0
Técnico diagnóstico e terapêutica	0,9	20,5	35,0	25,5	16,4	1,7	100,0	0,8	26,2	38,7	15,0	16,7	2,5	100,0	0,0	0,0	15,4	61,5	23,1	0,0	100,0
Técnico superior de saúde	0,1	5,2	22,4	40,5	28,2	3,7	100,0	0,0	0,0	22,1	48,4	27,9	1,6	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Administração tributária e aduaneira	0,0	0,1	5,4	40,0	46,4	8,1	100,0	0,5	11,9	30,3	23,9	28,0	5,5	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Conservador e Notário	0,0	0,0	0,0	54,1	39,1	6,7	100,0	0,0	0,0	0,0	70,0	20,0	10,0	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Oficial dos registos e do notariado	0,0	0,0	1,1	31,5	61,6	5,8	100,0	0,0	0,0	7,2	48,5	36,1	8,2	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Oficial de justiça	0,1	8,1	6,9	33,9	46,4	4,6	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Forças Armadas	29,5	23,9	24,2	18,3	4,1	0,0	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Forças de segurança	5,8	18,9	28,1	36,5	10,4	0,2	100,0	4,7	15,3	14,1	29,4	32,9	3,5	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Bombeiro	13,3	11,2	58,3	16,5	0,7	0,0	100,0	5,3	29,0	25,9	30,9	8,8	0,2	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Polícia Municipal (e)	-	-	-	-	-	-	-	2,4	20,9	24,7	40,3	11,7	0,1	100,0	-	-	-	-	-	-	-

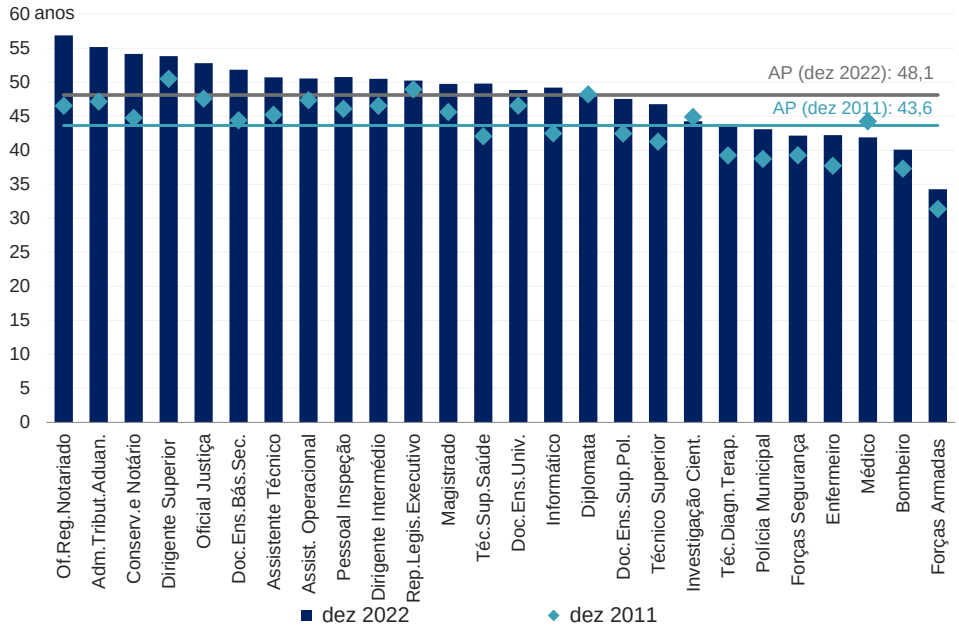
***Fonte**: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

Notas: Ver notas Quadro 3.2.1 e capítulo IV. Notas Técnicas relativas a tratamento dos dados e conceitos.

A análise do gráfico seguinte revela que os trabalhadores da maioria das carreiras têm uma idade média superior à da administração pública (48,1 anos em dezembro de 2022), sendo mais notória essa diferença nas carreiras Oficiais de registo e notariado (56,9 anos), Pessoal da administração tributária e aduaneira (55,2 anos), Conservador e Notário (54,2 anos) e dirigente superior (53,9 anos).

Face a 2011, verifica-se que as únicas carreiras em que a idade média diminuiu foram as carreiras médica e de investigação científica.

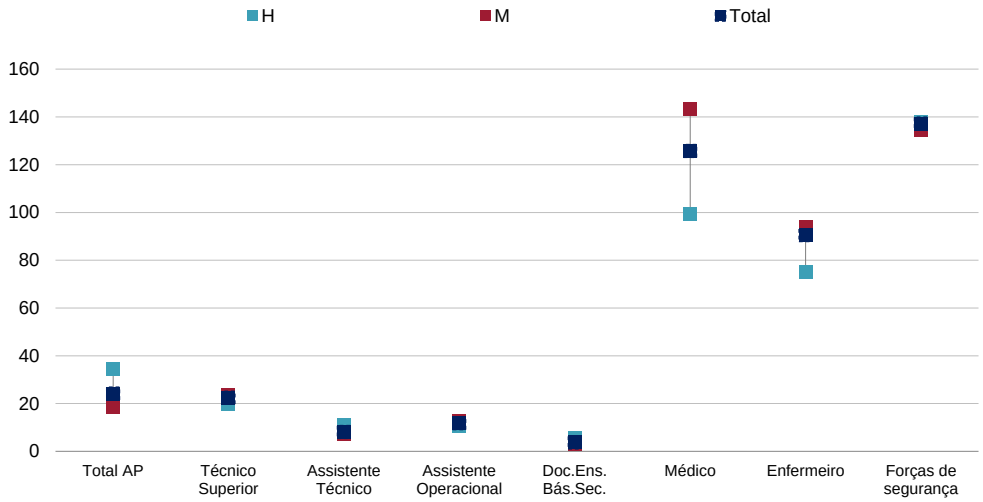
Gráfico 3.2.2 Idade média estimada dos trabalhadores por cargo, carreira e grupo em 31 de dezembro, 2011 e 2022



Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

A análise do índice de renovação nas carreiras que abrangem maior número de trabalhadores nas administrações públicas, revela que a relação entre os trabalhadores jovens (que potencialmente estão a entrar nas administrações públicas) e os trabalhadores que estão a sair das administrações públicas (com idade entre 55 e 64 anos) é mais elevada nas carreiras médica, de enfermagem e carreiras das forças de segurança. As carreiras médica e de enfermagem distinguem-se também por apresentarem um índice de renovação mais elevado nas mulheres do que nos homens, situação oposta à verificada no conjunto das administrações públicas em que existem mais homens jovens por cada homem com idade entre os 55 e os 64 anos.

Gráfico 3.2.3 Índice de renovação dos trabalhadores nas carreiras mais representativas das administrações públicas, 31 dezembro 2022



Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

3.3 Nível de escolaridade por cargo, carreira e grupo

Em 31 de dezembro de 2022, mais de metade das carreiras/grupos considerados englobam trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior acima dos 90,0%, destacando-se os magistrados, diplomatas, conservadores e notários e médicos (100,0%). Ao analisar a estrutura das habilitações literárias nas carreiras com maior representatividade no emprego nas administrações públicas salientam-se: os assistentes operacionais, operários e auxiliares que detém maioritariamente o ensino básico (62,9%), os educadores de infância e docentes do ensino básico e secundário em que 99,6% possui ensino superior e os assistentes técnicos e administrativos em que o ensino secundário prevalece (74,5%) (Quadro 3.3.1 e Gráfico 3.3.1).

Quadro 3.3.1 Emprego por cargo, carreira e grupo segundo o nível de escolaridade, 31 dezembro 2022

Unidade: posto de trabalho

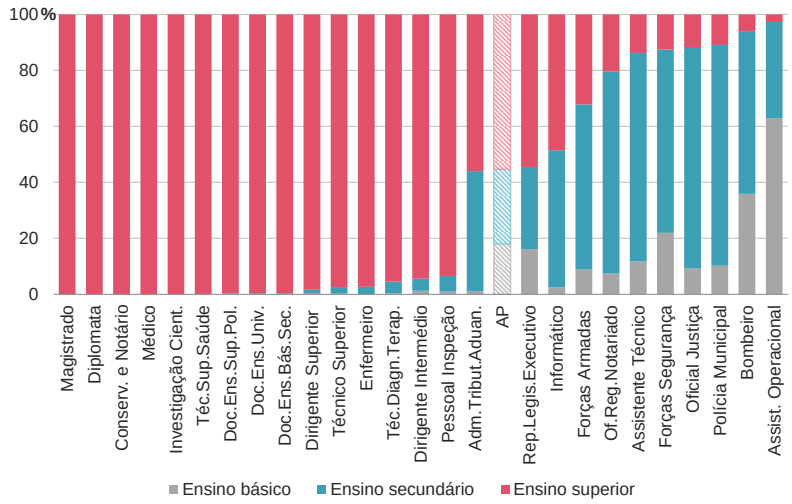
CARGO / CARREIRA / GRUPO	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS											
	Ensino básico		Ensino secundário		Ensino superior			Total	Estrutura (%)			
	Até ao 2.º ciclo	3.º ciclo	11.º ano	12.º ano ou equiv.	Bachar.	Licenc.	Mestre e Doutor		Ensino básico	Ensino secund.	Ensino superior	Total
Total	**59 407**	**74 090**	**23 942**	**174 214**	**16 989**	**301 471**	**92 081**	**742 194**	**18,0**	**26,7**	**55,3**	**100,0**
Representantes do poder legislativo (a)	281	325	59	1 051	70	1 729	256	3 771	16,1	29,4	54,5	100,0
Dirigente superior	1	3	1	25	15	1 197	584	1 826	0,2	1,4	98,4	100,0
Dirigente intermédio	48	117	46	511	150	9 916	2 224	13 012	1,3	4,3	94,5	100,0
Técnico superior	18	140	161	1 642	1 469	60 436	13 312	77 178	0,2	2,3	97,5	100,0
Assistente técnico/administrativo (b)	1 380	9 414	7 526	60 758	1 260	10 103	1 220	91 661	11,8	74,5	13,7	100,0
Assist. operacional/operário/auxiliar (c)	56 087	49 444	4 098	53 444	429	3 734	419	167 655	62,9	34,3	2,7	100,0
Informático	4	126	255	2 320	128	2 078	346	5 257	2,5	49,0	48,5	100,0
Magistrado	0	0	0	0	0	3 900	61	3 961	0,0	0,0	100,0	100,0
Diplomata (d)	0	0	0	0	1	287	131	419	0,0	0,0	100,0	100,0
Pessoal de investigação científica	0	0	0	3	2	79	3 831	3 915	0,0	0,1	99,9	100,0
Docente ensino universitário	0	0	0	61	13	2 416	14 587	17 077	0,0	0,4	99,6	100,0
Docente ensino superior politécnico	2	0	1	34	29	2 704	8 774	11 544	0,0	0,3	99,7	100,0
Educ.infância e doc. ens. básico/secund.(*)	13	28	20	451	4 996	113 446	22 365	141 319	0,0	0,3	99,6	100,0
Pessoal de inspeção	2	16	28	77	10	1 499	243	1 875	1,0	5,6	93,4	100,0
Médico	0	0	0	0	0	16 693	16 179	32 872	0,0	0,0	100,0	100,0
Enfermeiro	8	42	293	1 100	5 744	44 369	3 047	54 603	0,1	2,6	97,4	100,0
Técnico diagnóstico e terapêutica	4	34	96	364	1 545	8 113	834	10 990	0,3	4,2	95,5	100,0
Técnico superior de saúde	0	0	0	2	5	1 431	463	1 901	0,0	0,1	99,9	100,0
Administração tributária e aduaneira	5	88	778	2 909	298	4 125	390	8 593	1,1	42,9	56,0	100,0
Conservador e Notário	0	0	0	0	0	520	9	529	0,0	0,0	100,0	100,0
Oficial dos registos e do notariado	13	248	536	2 016	100	611	12	3 536	7,4	72,2	20,4	100,0
Oficial de justiça	12	668	3 960	1 858	52	780	23	7 353	9,2	79,1	11,6	100,0
Forças Armadas	74	2 106	483	13 823	463	6 180	1 167	24 296	9,0	58,9	32,1	100,0
Forças de segurança	1 245	10 291	5 440	29 004	172	4 845	1 579	52 576	21,9	65,5	12,5	100,0
Bombeiro	198	854	81	1 622	33	129	13	2 930	35,9	58,1	6,0	100,0
Polícia Municipal (e)	12	146	80	1 139	5	151	12	1 545	10,2	78,9	10,9	100,0

Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

Notas: Ver notas do Quadro 3.2.1.

(*) Educadores de infância e docentes do ensino básico/secundário: incluem professores dos cursos profissionais em estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário.

Gráfico 3.3.1 Distribuição dos níveis de escolaridade nos cargos, carreiras e grupos, 31 dezembro 2022

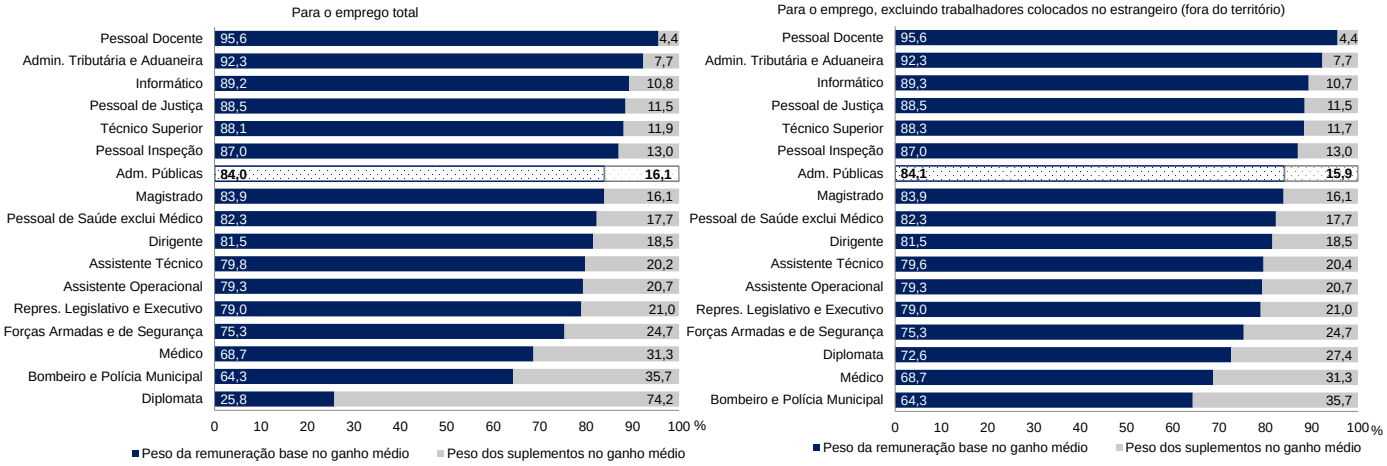


Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

3.4 Remunerações por cargo, carreira e grupo

No período de referência, a análise da estrutura do ganho médio mensal revela que no conjunto das administrações públicas a remuneração base média correspondia a 84,0% do ganho. O pessoal docente continuava a destacar-se pelo maior valor neste indicador: 95,6%. Os diplomatas constituíam a carreira com maior diferenciação na estrutura do ganho médio pelo exercício de funções nos serviços internos do MNE e quando colocados no estrangeiro: considerando o emprego total (dentro e fora do território nacional) eram os suplementos que assumiam a maior importância no ganho médio auferido mensalmente pelos diplomatas (74,2%). Por outro lado, observando apenas os indicadores da carreira de diplomata fora do território nacional, os suplementos representavam 27,4% do ganho médio (Gráfico 3.4.1 e Quadros 10.1 e 10.2).

Gráfico 3.4.1 Estrutura do ganho médio mensal por cargo, carreira e grupo, outubro 2022

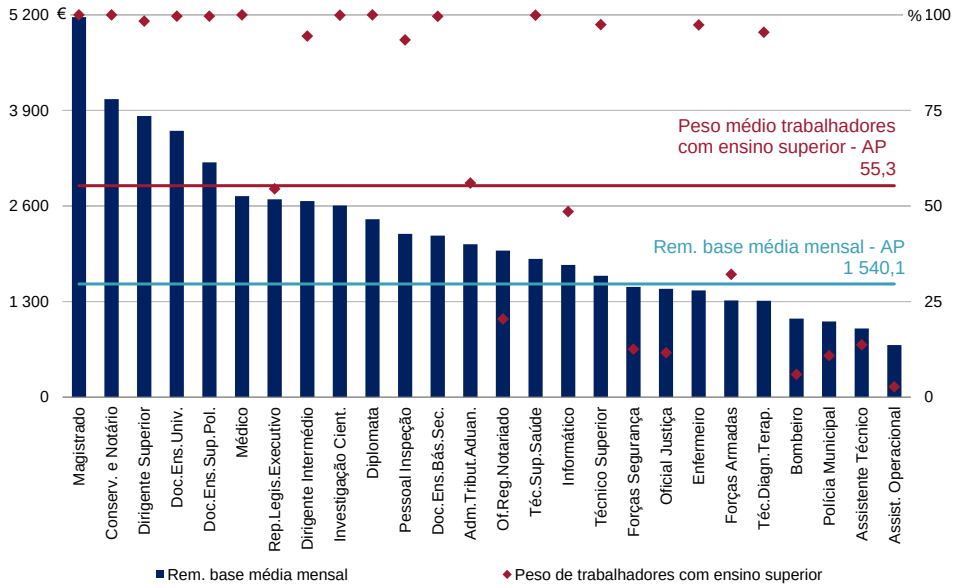


Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023);* *Ver SIEP 1.º trimestre 2023*

Notas: Pessoal Docente: inclui docentes de todos os níveis de ensino e pessoal de investigação científica; Pessoal de Justiça: inclui conservador e notário, oficial de registos e notariado e oficial de justiça; Dirigente: inclui dirigentes superiores e intermédios de todos os graus; Repres. Legislativo e Executivo: representantes do poder legislativo e dos órgãos executivos.

Tendo em conta o nível de habilitação literária dos trabalhadores, verifica-se que, de uma forma geral, as carreiras com maior proporção de trabalhadores com ensino superior apresentavam também valores médios de remuneração de base mais elevados (acima da média da AP). Constituíam exceção as carreiras de enfermagem e de técnico de diagnóstico e terapêutica pelos elevados níveis habilitacionais dos seus trabalhadores, ainda que auferindo remunerações abaixo da média da AP (Gráfico 3.4.2).

Gráfico 3.4.2 Comparação entre a remuneração base média mensal e o peso dos trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior nas administrações públicas, outubro 2022



Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

4. Emprego e remunerações nas administrações públicas por classificação de atividade económica

De acordo com os dados apurados a 31 de dezembro de 2022, 96,2% do emprego nas administrações públicas concentrava-se nas atividades de "Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória" (Secção O), de "Educação" (Secção P) e de "Atividades de saúde humana e apoio social" (Secção Q) (Quadro 4.1 e Gráfico 4.2), tendo também sido estas atividades as que mais contribuíram para o aumento homólogo de 1,2% do emprego nas administrações públicas.

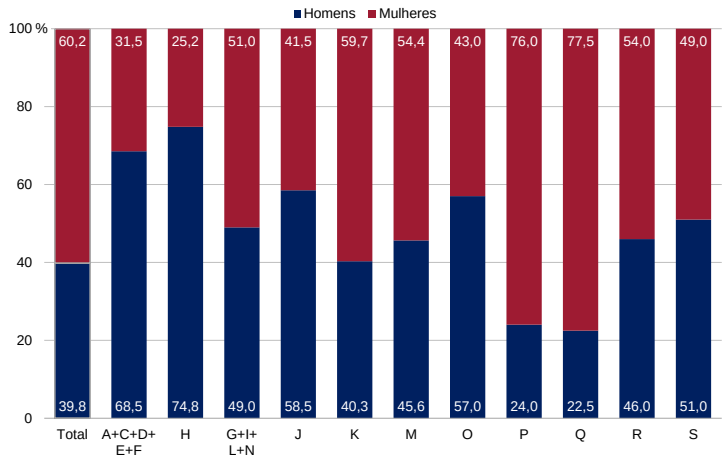
Para a taxa de feminização das administrações públicas (60,2%) é de realçar o contributo das atividades de "Educação" (P) e "Saúde" (Q), nas quais 76,0% e 77,5% do emprego, respetivamente, são mulheres (Gráfico 4.1).

Quadro 4.1 Emprego nas administrações públicas por classificação de atividade económica (CAE) em 31 dezembro, 2018 a 2022

Unidade: posto de trabalho		ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS											
		2018		2019		2020		2022		2022		VH	
	CAE Rev.3	31 dez		31 dez		31 dez		31 dez		31 dez			
Secção	Designação	N.º	Peso %	N.º	Peso %	N.º	Peso %	N.º	Peso %	N.º	Peso %	N.º	%
	Total	683 162	100,0	698 924	100,0	718 761	100,0	733 447	100,0	742 194	100,0	8 747	1,2
A+C+D+E+F	**Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; Indúst. transformadoras; Eletr., gás, vapor, água quente e fria e ar frio; Captação, tratam. e distrib. de água; saneam., gestão de resíduos e despoluição; Construção**	4 501	0,7	4 446	0,6	4 461	0,6	4 394	0,6	4 769	0,6	375	8,5
H	**Transportes e armazenagem**	8 647	1,3	9 056	1,3	10 160	1,4	11 721	1,6	11 716	1,6	-5	0,0
G+I+L+N	**Comércio por grosso e a retalho; Alojamento, restauração e similares; Ativ. imobiliárias; Atividades administrativas e dos serviços de apoio**	845	0,1	946	0,1	943	0,1	956	0,1	984	0,1	28	2,9
J	**Atividades de informação e de comunicação**	1 590	0,2	1 705	0,2	1 801	0,3	1 814	0,3	1 807	0,2	-7	-0,4
K	**Actividades financeiras e de seguros**	410	0,1	419	0,1	402	0,1	418	0,1	514	0,1	96	23,0
M	**Ativ. de consultoria, científicas, técnicas e similares**	4 129	0,6	4 441	0,6	4 560	0,6	4 848	0,7	4 669	0,6	-179	-3,7
O	**Administração Pública e Defesa; Seg. Social Obrigatória**	283 108	41,4	285 567	40,9	286 706	39,9	291 006	39,7	294 590	39,7	3 584	1,2
	das quais: Administração pública em geral, económica e social	168 021	24,6	171 181	24,5	172 684	24,0	175 941	24,0	180 032	24,3	4 091	2,3
	das quais: Negócios estrangeiros, defesa, justiça, segurança, ordem pública e proteção civil	104 322	15,3	103 256	14,8	102 910	14,3	103 817	14,2	103 163	13,9	-654	-0,6
	das quais: Atividades de segurança social obrigatória	10 765	1,6	11 130	1,6	11 112	1,6	11 248	1,5	11 395	1,5	147	1,3
P	**Educação**	232 708	34,1	236 509	33,8	244 603	34,0	248 829	33,9	251 753	33,9	2 924	1,2
	das quais: Educação pré-escolar, Ensino básico e secundário	190 956	28,0	192 014	27,5	198 334	27,6	201 011	27,4	202 425	27,3	1 414	0,7
	das quais: Ensino superior	38 797	5,7	41 467	5,9	42 602	5,9	44 385	6,1	46 005	6,2	1 620	3,7
	das quais: Outras atividades educativas	2 955	0,4	3 028	0,4	3 667	0,5	3 433	0,5	3 323	0,5	-110	-3,2
Q	**Atividades de saúde humana e apoio social**	143 415	21,0	151 772	21,7	161 090	22,4	165 399	22,6	167 339	22,6	1 940	1,2
	das quais: Atividades de saúde humana	134 665	19,7	142 171	20,3	151 407	21,1	155 668	21,2	157 730	21,3	2 062	1,3
	das quais: Ativ. de apoio social com e sem alojamento	8 750	1,3	9 601	1,4	9 683	1,4	9 731	1,3	9 609	1,3	-122	-1,3
R	**Ativ. artísticas, de espetáculos, desport. e recreativas**	2 703	0,4	2 798	0,4	2 807	0,4	2 866	0,4	2 768	0,4	-98	-3,4
	das quais: Ativ. de teatro, música, dança, outras artíst. e literárias	790	0,1	1 001	0,1	1 023	0,1	1 112	0,2	1 142	0,2	30	2,7
	das quais: Ativ. das bibliot., arquivos, museus, outras ativ. culturais	1 438	0,2	1 536	0,2	1 525	0,2	1 484	0,2	1 352	0,2	-132	-8,9
	das quais: Atividades desportivas, de diversão e recreativas	475	0,1	261	0,0	259	0,0	270	0,0	274	0,0	4	1,5
S	**Outras atividades de serviços**	1 106	0,2	1 265	0,2	1 228	0,2	1 196	0,2	1 285	0,2	89	7,4

Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023.)*

Gráfico 4.1 Emprego nas administrações públicas por sexo e classificação de atividade económica (CAE), 31 dezembro 2022



Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

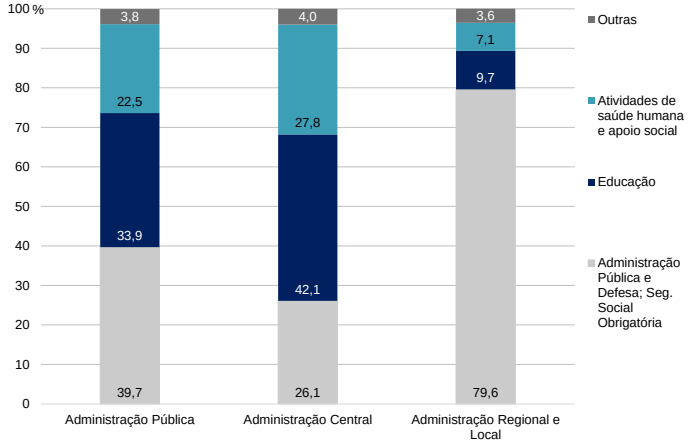
As maiores contribuições para o aumento homólogo do emprego na administração central em 31 de dezembro de 2022 foram dadas pelas atividades económicas "Educação" (Secção P) e "Atividades de saúde humana e apoio social" (Secção Q), especialmente nas respetivas subsecções "Educação pré-escolar, Ensino básico e secundário" e "Atividades de saúde humana" (Quadro 4.2). Na administração regional e local verifica-se um aumento de emprego, mais acentuado nos ramos de atividade económica "Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória" (Secção O) e "Atividades de saúde humana e apoio social" (Secção Q) (Quadro 4.2 e Gráfico 4.3).

Quadro 4.2 Emprego nos subsectores das administrações públicas por classificação de atividade económica (CAE) em 31 dezembro, 2020 a 2022

Unidade: posto de trabalho		ADMINISTRAÇÃO CENTRAL						ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL						FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL						
		2020	2021	2022		VH		2020	2021	2022		VH		2019	2020	2021	2022		VH	
	CAE Rev.3	31 dez	31 dez	31 dez				31 dez	31 dez	31 dez				31 dez	31 dez	31 dez	31 dez			
Secção	Designação	N.º	N.º	N.º	Peso %	N.º	%	N.º	N.º	N.º	Peso %	N.º	%	N.º	N.º	N.º	N.º	Peso %	N.º	%
	Total	545 396	554 335	557 922	100,0	3 587	0,7	162 591	168 185	173 202	100,0	5 017	3,0	10 823	10 774	10 927	11 070	100,0	143	1,3
A+C+D+E+F	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; Indúst. transformadoras; Eletr., gás, vapor, água quente e fria e ar frio; Captação, tratam. e distrib. de água; saneam., gestão de resíduos e despoluição; Construção	4 102	4 017	4 370	0,8	353	8,8	359	377	399	0,2	22	5,8	0	0	0	0	0,0	0	-
H	Transportes e armazenagem	9 054	9 244	9 241	1,7	-3	0,0	1 106	2 477	2 475	1,4	-2	-0,1	0	0	0	0	0,0	0	-
G+I+L+N	Comércio por grosso e a retalho; Alojamento, restauração e similares; Ativ. imobiliárias; Atividades administrativas e dos serviços de apoio	305	305	301	0,1	-4	-1,3	638	651	683	0,4	32	4,9	0	0	0	0	0,0	0	-
J	Atividades de informação e de comunicação	1 801	1 814	1 807	0,3	-7	-0,4	0	0	0	0,0	0	-	0	0	0	0	0,0	0	-
K	Actividades financeiras e de seguros	402	418	514	0,1	96	23,0	0	0	0	0,0	0	-	0	0	0	0	0,0	0	-
M	Ativ. de consultoria, científicas, técnicas e similares	4 112	4 352	4 143	0,7	-209	-4,8	448	496	526	0,3	30	6,1	0	0	0	0	0,0	0	-
O	Administração Pública e Defesa; Seg. Social Obrigatória	145 409	146 558	145 598	26,1	-960	-0,7	130 523	133 521	137 922	79,6	4 401	3,3	10 823	10 774	10 927	11 070	100,0	143	1,3
das quais:	Administração pública em geral, económica e social	42 066	42 316	42 025	7,5	-291	-0,7	130 340	133 353	137 742	79,5	4 389	3,3	283	278	272	265	2,4	-7	-2,6
	Negócios estrangeiros, defesa, justiça, segurança, ordem pública e proteção civil	102 784	103 682	103 019	18,5	-663	-0,6	126	135	144	0,1	9	6,7	0	0	0	0	0,0	0	-
	Atividades de segurança social obrigatória	559	560	554	0,1	-6	-1,1	57	33	36	0,0	3	9,1	10 540	10 496	10 655	10 805	97,6	150	1,4
P	Educação	228 251	232 094	234 918	42,1	2 824	1,2	16 352	16 735	16 835	9,7	100	0,6	0	0	0	0	0,0	0	-
das quais:	Educação pré-escolar, Ensino básico e secundário	182 615	184 923	186 331	33,4	1 408	0,8	15 719	16 088	16 094	9,3	6	0,0	0	0	0	0	0,0	0	-
	Ensino superior	42 602	44 385	46 005	8,3	1 620	3,7	0	0	0	0,0	0	-	0	0	0	0	0,0	0	-
	Outras atividades educativas	3 034	2 786	2 582	0,5	-204	-7,3	633	647	741	0,4	94	14,5	0	0	0	0	0,0	0	-
Q	Atividades de saúde humana e apoio social	150 008	153 576	155 085	27,8	1 509	1,0	11 082	11 823	12 254	7,1	431	3,7	0	0	0	0	0,0	0	-
das quais:	Atividades de saúde humana	140 465	143 982	145 628	26,1	1 646	1,1	10 942	11 686	12 102	7,0	416	3,6	0	0	0	0	0,0	0	-
	Ativ. de apoio social com e sem alojamento	9 543	9 594	9 457	1,7	-137	-1,4	140	137	152	0,1	15	11,0	0	0	0	0	0,0	0	-
R	Ativ. artísticas, de espetáculos, desport. e recreativas	1 857	1 873	1 860	0,3	-13	-0,7	950	993	908	0,5	-85	-8,6	0	0	0	0	0,0	0	-
das quais:	Ativ. de teatro, música, dança, outras artíst. e literárias	690	722	717	0,1	-5	-0,7	333	390	425	0,3	35	9,0	0	0	0	0	0,0	0	-
	Ativ. das bibliot., arquivos, museus, outras ativ. culturais	1 156	1 140	1 132	0,2	-8	-0,7	369	344	220	0,1	-124	-36,1	0	0	0	0	0,0	0	-
	Atividades desportivas, de diversão e recreativas	11	11	11	0,0	0	0,0	248	259	263	0,2	4	1,5	0	0	0	0	0,0	0	-
S	Outras atividades de serviços	95	84	85	0,0	1	1,2	1 133	1 112	1 200	0,7	88	7,9	0	0	0	0	0,0	0	-

Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

Gráfico 4.2 Estrutura do emprego nas administrações públicas e por subsetor, segundo a CAE, 31 dezembro 2022



Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

Nas administrações públicas, as remunerações médias mensais mais elevadas registaram-se nas "Atividades financeiras e de seguros" (Secção K), "Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares" (Secção M), "Ensino superior" na "Educação" (Secção P) e nas "Atividades de informação e de comunicação" (Secção J). As mesmas atividades, juntamente com os "Transportes e Armazenagem" (Secção H) e "Atividades de saúde humana" nas "Atividades de saúde humana e apoio social" (Secção Q), apresentam ganhos médios mensais elevados, acima da média dos ganhos globais (Quadro 4.3 e Gráfico 4.3).

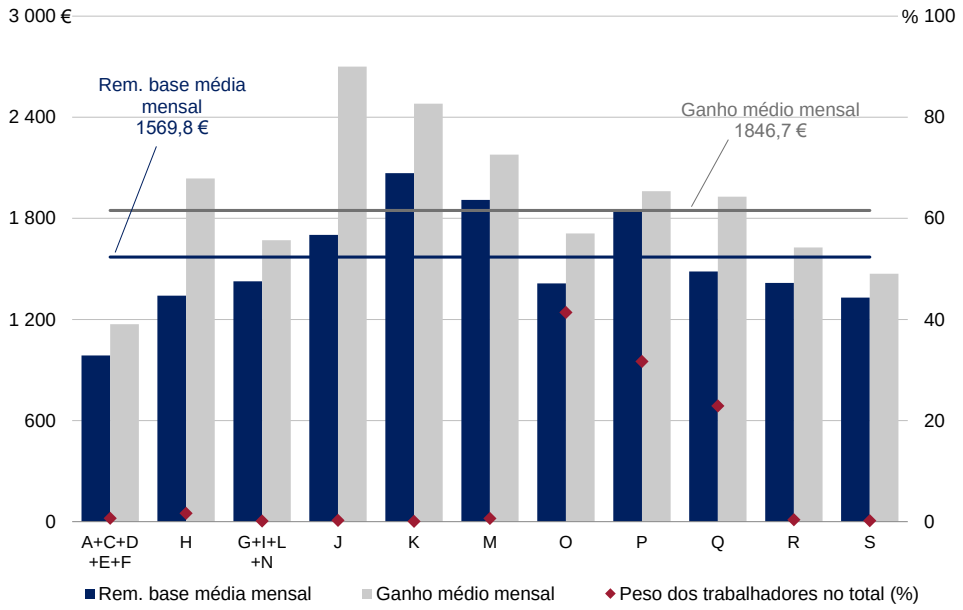
Quadro 4.3 Remuneração base e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas, segundo a CAE, em outubro, 2018 a 2022

Unidade: euro

CAE Rev.3		ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS											
		Remuneração base média mensal						Ganho médio mensal					
		2018	2019	2020	2021	2022	VH	2018	2019	2020	2021	2022	VH
Secção	Designação	outubro	outubro	outubro	outubro	outubro	(%)	outubro	outubro	outubro	outubro	outubro	(%)
	Total	1 468,9	1 505,6	1 532,2	1 540,0	1 569,8	1,9	1 718,9	1 767,5	1 788,9	1 800,0	1 846,7	2,6
A+C+D+E+F	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; Indúst. transformadoras; Eletr., gás, vapor, água quente e fria e ar frio; Captação, tratam. e distrib. de água; saneam., gestão de resíduos e despoluição; Construção	853,6	894,3	908,8	950,5	986,0	3,7	1 009,7	1 048,7	1 059,0	1 123,4	1 171,7	4,3
H	Transportes e armazenagem	1 406,1	1 390,6	1 374,0	1 333,2	1 341,2	0,6	1 992,2	2 036,3	2 085,5	2 027,2	2 036,7	0,5
G+I+L+N	Comércio por grosso e a retalho; Alojamento, restauração e similares; Ativ. imobiliárias; Atividades administrativas e dos serviços de apoio	1 409,5	1 385,2	1 383,1	1 375,2	1 426,1	3,7	1 644,2	1 655,9	1 634,7	1 616,2	1 670,4	3,4
J	Atividades de informação e de comunicação	1 780,2	1 686,8	1 690,4	1 678,1	1 701,8	1,4	2 752,8	2 676,1	2 612,2	2 655,3	2 700,2	1,7
K	Atividades financeiras e de seguros	2 139,6	2 010,9	2 055,3	2 147,9	2 067,9	-3,7	2 535,5	2 488,4	2 544,3	2 607,6	2 480,0	-4,9
M	Ativ. de consultoria, científicas, técnicas e similares	1 828,4	1 825,2	1 859,5	1 875,3	1 908,9	1,8	2 044,9	2 098,7	2 143,4	2 145,1	2 178,1	1,5
O	Administração Pública e Defesa; Seg. Social Obrigatória	1 312,7	1 338,7	1 372,1	1 378,4	1 414,2	2,6	1 586,9	1 634,4	1 655,3	1 663,0	1 710,3	2,9
	das quais: Administração pública em geral, económica e social	1 184,3	1 208,7	1 237,7	1 245,7	1 271,9	2,1	1 372,2	1 398,1	1 417,8	1 431,3	1 463,9	2,3
	das quais: Negócios estrangeiros, defesa, justiça, segurança, ordem pública e proteção civil	1 523,8	1 559,6	1 604,9	1 610,8	1 669,4	3,6	1 940,4	2 037,9	2 067,3	2 068,9	2 152,5	4,0
	das quais: Atividades de segurança social obrigatória	1 206,7	1 236,7	1 255,8	1 256,5	1 276,4	1,6	1 400,8	1 430,5	1 445,9	1 449,3	1 470,3	1,5
P	Educação	1 722,7	1 777,4	1 822,3	1 837,5	1 853,9	0,9	1 836,4	1 896,5	1 935,7	1 945,0	1 960,9	0,8
	das quais: Educação pré-escolar, Ensino básico e secundário	1 613,9	1 672,6	1 727,8	1 742,7	1 758,6	0,9	1 724,5	1 789,0	1 838,7	1 847,4	1 862,5	0,8
	das quais: Ensino superior	2 430,5	2 422,7	2 421,8	2 425,5	2 434,9	0,4	2 559,4	2 554,1	2 543,6	2 545,2	2 556,0	0,4
	das quais: Outras atividades educativas	1 375,6	1 414,4	1 376,2	1 456,1	1 508,8	3,6	1 527,7	1 575,1	1 545,2	1 609,8	1 658,2	3,0
Q	Atividades de saúde humana e apoio social	1 418,8	1 457,4	1 443,1	1 447,1	1 484,5	2,6	1 800,7	1 833,0	1 819,4	1 837,2	1 928,6	5,0
	das quais: Atividades de saúde humana	1 432,0	1 472,0	1 455,4	1 457,5	1 498,1	2,8	1 828,2	1 861,6	1 846,0	1 862,4	1 960,9	5,3
	das quais: Ativ. de apoio social com e sem alojamento	1 222,7	1 258,1	1 263,3	1 287,3	1 276,4	-0,9	1 395,7	1 444,2	1 432,8	1 449,3	1 436,1	-0,9
R	Ativ. artísticas, de espetáculos, desport. e recreativas	1 286,2	1 303,7	1 324,4	1 338,8	1 416,4	5,8	1 487,8	1 509,8	1 526,6	1 537,5	1 627,6	5,9
	das quais: Ativ. de teatro, música, dança, outras artíst. e literárias	1 572,1	1 529,6	1 536,9	1 525,8	1 569,8	2,9	1 907,6	1 847,9	1 858,0	1 838,8	1 886,5	2,6
	das quais: Ativ. das bibliot., arquivos, museus, outras ativ. culturais	1 235,9	1 235,3	1 255,7	1 289,1	1 374,4	6,6	1 374,2	1 375,5	1 384,5	1 415,5	1 510,7	6,7
	das quais: Atividades desportivas, de diversão e recreativas	876,9	822,8	853,2	852,4	995,1	16,8	1 026,9	969,4	993,4	978,0	1 142,4	16,8
S	Outras atividades de serviços	1 236,6	1 197,0	1 261,8	1 267,5	1 329,2	4,9	1 381,8	1 339,0	1 407,1	1 404,3	1 471,3	4,8

Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

Gráfico 4.3 Remuneração base e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas, segundo a CAE - outubro 2022



Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

Quadro 4.4 Remuneração base e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo, nos subsectores das administrações públicas, segundo a CAE, em outubro, 2021 e 2022

Unidade: euro

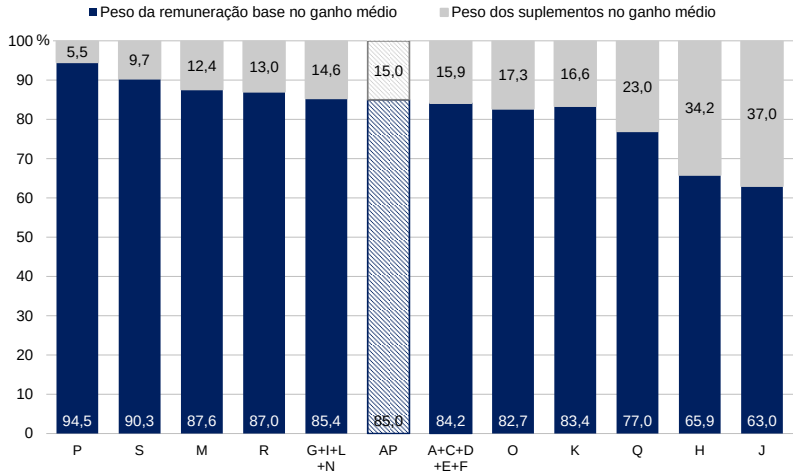
CAE Rev.3		ADMINISTRAÇÃO CENTRAL						ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL						FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL					
		Remuneração base média mensal			Ganho médio mensal			Remuneração base média mensal			Ganho médio mensal			Remuneração base média mensal			Ganho médio mensal		
		2021	2022	VH	2021	2022	VH	2021	2022	VH	2021	2022	VH	2021	2022	VH	2021	2022	VH
Secção	Designação	outubro	outubro	(%)	outubro	outubro	(%)	outubro	outubro	(%)	outubro	outubro	(%)	outubro	outubro	(%)	outubro	outubro	(%)
	Total	1 670,5	1 701,6	1,9	1 950,0	2 002,6	2,7	1 143,4	1 175,5	2,8	1 346,6	1 382,8	2,7	1 259,9	1 280,4	1,6	1 444,3	1 468,5	1,7
A+C+D+E+F	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; Indúst. transformadoras; Eletr., gás, vapor, água quente e fria e ar frio; Captação, tratam. e distrib. de água; saneam., gestão de resíduos e despoluição; Construção	896,3	925,8	3,3	1 071,9	1 114,9	4,0	1 594,9	1 725,1	8,2	1 736,6	1 869,8	7,7	-	-	-	-	-	-
H	Transportes e armazenagem	1 436,6	1 446,6	0,7	2 168,3	2 179,4	0,5	933,0	941,9	1,0	1 481,7	1 495,7	0,9	-	-	-	-	-	-
G+I+L+N	Comércio por grosso e a retalho; Alojamento, restauração e similares; Ativ. imobiliárias; Atividades administrativas e dos serviços de apoio	1 743,6	1 757,0	0,8	2 072,1	2 086,6	0,7	1 205,8	1 278,8	6,1	1 406,5	1 485,1	5,6	-	-	-	-	-	-
J	Atividades de informação e de comunicação	1 678,1	1 701,8	1,4	2 655,3	2 700,2	1,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
K	Atividades financeiras e de seguros	2 147,9	2 067,9	-3,7	2 607,6	2 480,0	-4,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
M	Ativ. de consultoria, científicas, técnicas e similares	1 927,6	1 969,5	2,2	2 214,0	2 258,9	2,0	1 425,3	1 447,0	1,5	1 552,0	1 561,8	0,6	-	-	-	-	-	-
O	Administração Pública e Defesa; Seg. Social Obrigatória	1 673,6	1 726,1	3,1	2 061,6	2 132,3	3,4	1 056,4	1 084,8	2,7	1 233,0	1 269,8	3,0	1 259,9	1 280,4	1,6	1 444,3	1 468,5	1,7
das quais:	Administração pública em geral, económica e social	1 829,4	1 868,2	2,1	2 042,3	2 082,3	2,0	1 056,0	1 084,3	2,7	1 232,6	1 269,3	3,0	2 203,4	2 190,4	-0,6	2 482,3	2 472,3	-0,4
	Negócios estrangeiros, defesa, justiça, segurança, ordem pública e proteção civil	1 611,1	1 669,7	3,6	2 069,5	2 153,2	4,0	1 363,8	1 428,4	4,7	1 611,4	1 651,6	2,5	-	-	-	-	-	-
	Atividades de segurança social obrigatória	1 643,7	1 626,0	-1,1	2 044,0	1 982,3	-3,0	1 339,1	1 700,2	27,0	1 500,2	1 863,3	24,2	1 235,9	1 257,3	1,7	1 417,8	1 443,0	1,8
P	Educação	1 844,9	1 858,2	0,7	1 951,2	1 963,9	0,7	1 740,9	1 798,6	3,3	1 864,7	1 921,9	3,1	-	-	-	-	-	-
das quais:	Educação pré-escolar, Ensino básico e secundário	1 741,5	1 753,5	0,7	1 844,4	1 855,6	0,6	1 756,5	1 816,9	3,4	1 881,0	1 941,2	3,2	-	-	-	-	-	-
	Ensino superior	2 425,5	2 434,9	0,4	2 545,2	2 556,0	0,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras atividades educativas	1 482,5	1 545,0	4,2	1 647,7	1 708,3	3,7	1 347,3	1 386,7	2,9	1 453,1	1 489,3	2,5	-	-	-	-	-	-
Q	Atividades de saúde humana e apoio social	1 455,5	1 493,2	2,6	1 832,0	1 930,9	5,4	1 335,5	1 370,2	2,6	1 906,5	1 897,4	-0,5	-	-	-	-	-	-
das quais:	Atividades de saúde humana	1 466,7	1 507,9	2,8	1 858,0	1 965,0	5,8	1 341,7	1 377,2	2,6	1 918,4	1 909,9	-0,4	-	-	-	-	-	-
	Ativ. de apoio social com e sem alojamento	1 293,8	1 283,0	-0,8	1 456,4	1 443,4	-0,9	829,6	859,5	3,6	948,1	983,0	3,7	-	-	-	-	-	-
R	Ativ. artísticas, de espetáculos, desport. e recreativas	1 475,8	1 525,3	3,4	1 698,0	1 752,2	3,2	1 070,9	1 176,1	9,8	1 223,4	1 352,6	####	-	-	-	-	-	-
das quais:	Ativ. de teatro, música, dança, outras artíst. e literárias	1 664,9	1 696,2	1,9	2 037,4	2 062,0	1,2	1 257,9	1 327,4	5,5	1 456,4	1 550,2	6,4	-	-	-	-	-	-
	Ativ. das bibliot., arquivos, museus, outras ativ. culturais	1 351,4	1 409,7	4,3	1 476,0	1 542,2	4,5	1 068,9	1 180,4	10,4	1 201,8	1 337,8	11,3	-	-	-	-	-	-
	Atividades desportivas, de diversão e recreativas	1 958,9	2 093,2	6,9	2 430,3	2 835,5	16,7	804,1	952,1	18,4	914,7	1 076,0	17,6	-	-	-	-	-	-
S	Outras atividades de serviços	1 853,7	1 918,7	3,5	2 145,4	2 256,8	5,2	1 224,5	1 288,0	5,2	1 349,9	1 416,4	4,9	-	-	-	-	-	-

Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023.*

Na administração central, os trabalhadores nas entidades classificadas nas "Atividades financeiras e de seguros" (Secção K), "Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares" (Secção M), "Educação" (Secção P) e "Outras atividades de serviços" (Secção S) apresentam as remunerações base médias mensais mais elevadas (Quadro 4.4), influenciando a tendência observada no total das administrações públicas (Quadro 4.3). Na administração regional e local as remunerações base médias mensais mais elevadas foram registadas nas entidades classificadas na "Educação" (Secção P), nas atividades do setor primário, incluindo energia e construção (Secções A+C+D+E+F) e nas "Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares" (Secção M).

A análise da estrutura do ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas revela a maior importância dos suplementos auferidos pelos trabalhadores das entidades das "Atividades de informação e comunicação" (Secção J) e nos "Transportes e armazenagem" (Secção H), representando, respetivamente, 37,0% e 34,2% do ganho médio mensal.

Gráfico 4.4 Estrutura do ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas, segundo a CAE - outubro 2022



Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

5. Trabalhadores com deficiência

No total das administrações públicas, entre dezembro de 2011 e dezembro de 2022, observou-se um crescimento constante dos postos de trabalho ocupados por trabalhadores com deficiência (com incapacidade permanente igual ou superior a 60%), com uma variação positiva de 86,6%, destacando-se o maior aumento das mulheres, as quais representam 68,6% do total dos trabalhadores com deficiência no final de 2022. Destacam-se, na administração central, a área governativa da Educação, e na administração local, os municípios, com a maior número de postos de trabalho ocupados por trabalhadores com deficiência (respetivamente, 25,7% e 20,1% do total das administrações públicas) (Quadro 5.1 e Gráficos 5.1 e 5.2).

Quadro 5.1 Trabalhadores com deficiência por subsector, área governativa e sexo em 31 dezembro, 2011, 2021 e 2022

Unidade: posto de trabalho	2011			2021			2022			Variação (%)	
	31 dez			31 dez			31 dez			VH	dez22/ dez11
	H	M	T	H	M	T	H	M	T		
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	**4 892**	**7 026**	**11 918**	**6 503**	**13 874**	**20 377**	**6 986**	**15 252**	**22 238**	**9,1**	**86,6**
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	**3 069**	**5 385**	**8 454**	**4 015**	**10 967**	**14 982**	**4 295**	**11 990**	**16 285**	**8,7**	**92,6**
Estado	1 692	2 823	4 515	2 180	6 019	8 199	2 363	6 558	8 921	8,8	97,6
Serviços e Fundos Autónomos	1 208	2 400	3 608	1 692	4 706	6 398	1 797	5 177	6 974	9,0	93,3
Estado e Serviços e Fundos Autónomos	2 900	5 223	8 123	3 872	10 725	14 597	4 160	11 735	15 895	8,9	95,7
Órgãos de Soberania e Entidades Independentes (i)	140	208	348	182	427	609	180	406	586	-3,8	68,4
Presidência do Conselho de Ministros	27	43	70	33	90	123	35	94	129	4,9	84,3
Negócios Estrangeiros	11	24	35	9	24	33	11	25	36	9,1	2,9
Defesa Nacional	312	97	409	129	145	274	146	147	293	6,9	-28,4
Administração Interna	208	75	283	446	161	607	498	181	679	11,9	139,9
Justiça	124	228	352	226	394	620	227	423	650	4,8	84,7
Finanças	70	146	216	184	447	631	192	461	653	3,5	202,3
Economia e Mar	34	36	70	33	97	130	31	109	140	7,7	100,0
Cultura	47	58	105	47	96	143	41	89	130	-9,1	23,8
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	268	367	635	367	625	992	405	699	1 104	11,3	73,9
Educação	689	1 817	2 506	912	4 218	5 130	1 030	4 679	5 709	11,3	127,8
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	64	115	179	67	205	272	68	219	287	5,5	60,3
Saúde	249	664	913	271	1 151	1 422	242	1 185	1 427	0,4	56,3
Ambiente e Ação Climática	31	53	84	34	78	112	32	89	121	8,0	44,1
Infraestruturas	28	32	60	17	35	52	19	42	61	17,3	1,7
Habitação	6	6	12	5	11	16	8	12	20	25,0	66,7
Coesão Territorial	13	11	24	18	32	50	18	30	48	-4,0	100,0
Agricultura e Alimentação	51	68	119	74	103	177	71	123	194	9,6	63,0
Sector Empresarial do Estado - Entid. Reclassific. (ii)	522	1 162	1 684	818	2 386	3 204	906	2 722	3 628	13,2	115,4
Regimes de Requalificação/Valorização Profissional (iii)	6	13	19	0	0	0	0	0	0	-	-100,0
Instituições Sem Fim Lucrativo da Administração Central	169	162	331	143	242	385	135	255	390	1,3	17,8
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL	**1 709**	**1 340**	**3 049**	**2 385**	**2 465**	**4 850**	**2 576**	**2 783**	**5 359**	**10,5**	**75,8**
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DOS AÇORES	**120**	**231**	**351**	**124**	**223**	**347**	**140**	**233**	**373**	**7,5**	**6,3**
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA MADEIRA	**63**	**133**	**196**	**68**	**139**	**207**	**67**	**144**	**211**	**1,9**	**7,7**
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	**1 526**	**976**	**2 502**	**2 193**	**2 103**	**4 296**	**2 369**	**2 406**	**4 775**	**11,2**	**90,9**
FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL	**114**	**301**	**415**	**103**	**442**	**545**	**115**	**479**	**594**	**9,0**	**43,1**
Fundos de Segurança Social da Administração Central	102	273	375	95	411	506	107	450	557	10,1	48,5
Fundos de Segurança Social da Adm. Regional dos Açores	9	25	34	5	21	26	5	20	25	-3,9	-26,5
Fundos de Segurança Social da Adm. Regional da Madeira	3	3	6	3	10	13	3	9	12	-7,7	100,0

Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*
Notas: *(i) a (iii) Ver notas Quadro 2.1.1.*

Gráfico 5.1 Evolução dos postos de trabalho ocupados por trabalhadores com deficiência por subsector em 31 dezembro, 2011 a 2022

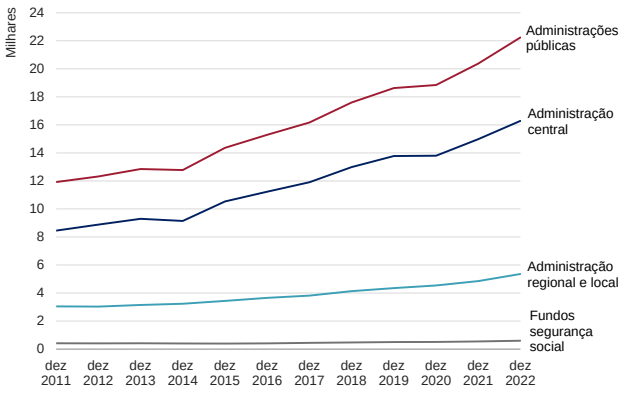
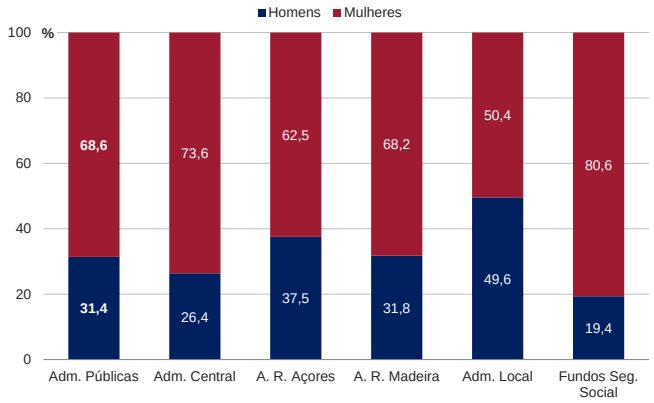


Gráfico 5.2 Estrutura por sexo dos postos de trabalho ocupados por trabalhadores com deficiência, por subsector, 31 dezembro 2022



Fonte *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

II. ENTIDADES DO SECTOR PÚBLICO, EXCETO ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

6. Emprego e remunerações em empresas públicas e demais entidades do sector público

Em dezembro de 2022, o emprego nas empresas e demais entidades públicas detidas pela administração central (sociedades financeiras e não financeiras) registou uma quebra face ao período homólogo (-3,8%, correspondendo a -1 140 postos de trabalho), em parte devido à saída do universo do sector público das empresas do grupo ESEGUR, que ocorreu no 3º trimestre de 2022. Por outro lado, no mesmo período, as empresas e demais entidades públicas detidas pela administração regional da Madeira e administração local registaram um crescimento de 3,2% e 1,9% respetivamente. Estas entidades do setor público mantêm uma estrutura predominantemente masculina, sendo este indicador particularmente distinto na administração regional da Madeira (83,9% de homens e 16,1% de mulheres) (Quadro 6.1 e Gráfico 6.1).

Em outubro de 2022, destaca-se, em termos homólogos, o aumento de 10,7% na remuneração base média mensal das empresas e demais entidades públicas da administração central (em particular nas sociedades não financeiras: +17,7%), bem como o crescimento de +2,0% nas empresas e entidades públicas detidas pela administração regional da Madeira e de +4,2% nas entidades detidas pela administração local. Quanto ao ganho médio mensal, verificaram-se aumentos homólogos nas entidades detidas pela administração Central (+14,1%), pela administração regional da Madeira (+4,0%) e pela administração local (+4,5%) (Quadro 6.2 e Gráfico 6.2).

Quadro 6.1 Emprego nas empresas públicas e demais entidades do sector público em 31 dezembro, 2018 a 2022

Unidade: posto de trabalho	Emprego (N.º)															VH					
	31 dez 2018			31 dez 2019			31 dez 2020			31 dez 2021			31 dez 2022			H		M		Total	
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Empresas e demais entidades públicas																					
Detidas pela adm. central	13 213	8 910	22 123	13 850	9 600	23 450	19 468	13 254	32 722	17 234	12 887	30 121	16 097	12 884	28 981	-1 137	-6,6	-3	0,0	-1 140	-3,8
das quais: Sociedades financeiras	*3 425*	*4 821*	*8 246*	*3 981*	*5 437*	*9 418*	*3 691*	*5 189*	*8 880*	*3 549*	*5 116*	*8 665*	*3 340*	*4 986*	*8 326*	-209	-5,9	-130	-2,5	-339	-3,9
das quais: Sociedades não financeiras	*9 788*	*4 089*	*13 877*	*9 869*	*4 163*	*14 032*	*15 777*	*8 065*	*23 842*	*13 685*	*7 771*	*21 456*	*12 757*	*7 898*	*20 655*	-928	-6,8	127	1,6	-801	-3,7
Detidas pela A. R. dos Açores	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	-	-	-	-	-
Detidas pela A.R. da Madeira	1 831	331	2 162	1 869	341	2 210	1 870	357	2 227	1 953	378	2 331	2 017	388	2 405	64	3,3	10	2,7	74	3,2
Detidas pela adm. local	13 846	5 131	18 977	14 064	5 273	19 337	14 474	5 531	20 005	14 783	5 765	20 548	14 994	5 948	20 942	211	1,4	183	3,2	394	1,9

Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

Notas: Ver Notas técnicas, *Quadro 14.3 Resumo de entradas e saídas das sociedades detidas pela administração central*, pág. 49.
A partir de 30 setembro 2019, o Banco de Portugal registou informação no SIOE, na sequência da aprovação da Lei n.º 104/2019, de 06/09. As sociedades não financeiras detidas pela administração regional dos Açores estão em incumprimento no reporte de dados no SIOE. *n.d. - não disponível*

Quadro 6.2 Remunerações nas empresas públicas e demais entidades do sector público em outubro, 2018 a 2022

Unidade: euro	Remuneração base média mensal						Ganho médio mensal					
	2018 out	2019 out	2020 out	2021 out	2022 out	VH %	2018 out	2019 out	2020 out	2021 out	2022 out	VH %
Empresas e demais entidades públicas:												
Detidas pela administração central	1 492,5	1 575,5	1 845,8	1 647,1	1 823,7	10,7	2 278,5	2 419,2	2 575,9	2 348,4	2 678,9	14,1
das quais: Sociedades financeiras	*1 696,2*	*1 856,1*	*1 889,7*	*1 912,8*	*1 940,9*	1,5	*2 459,7*	*2 678,1*	*2 709,8*	*2 728,7*	*2 771,8*	*1,6*
das quais: Sociedades não financeiras	*1 364,8*	*1 376,7*	*1 828,9*	*1 506,9*	*1 774,2*	17,7	*2 164,9*	*2 235,9*	*2 524,4*	*2 147,8*	*2 639,7*	*22,9*
Detidas pela adm. regional dos Açores	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-
Detidas pela adm. regional da Madeira	1 124,4	1 171,7	1 214,9	1 254,6	1 279,2	2,0	1 547,5	1 657,0	1 734,5	1 726,5	1 795,6	4,0
Detidas pela administração local	903,5	945,0	962,6	981,5	1 022,4	4,2	1 163,5	1 200,5	1 209,8	1 228,9	1 284,5	4,5

Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

Notas: A partir de 30 setembro 2019, o Banco de Portugal registou informação no SIOE, na sequência da aprovação da Lei n.º 104/2019, de 06/09. As sociedades não financeiras detidas pela administração regional dos Açores estão em incumprimento no reporte de dados no SIOE. *n.d. - não disponível*

Gráfico 6.1 Estrutura do emprego nas empresas públicas e demais entidades públicas por sexo, 31 dezembro 2022

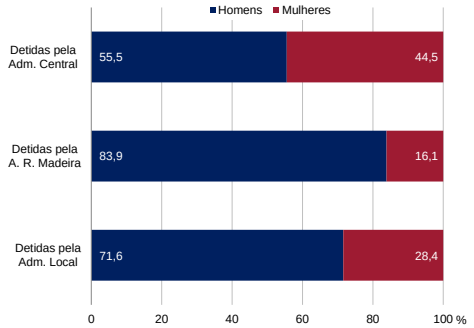
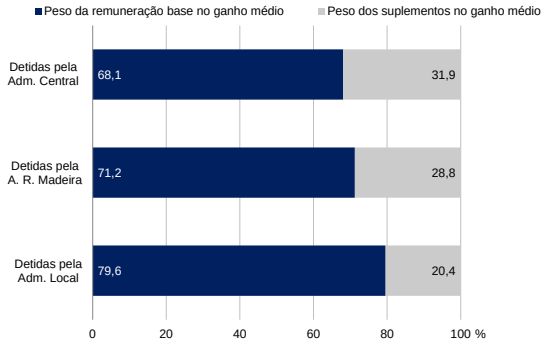


Gráfico 6.2 Estrutura do ganho médio mensal, outubro 2022



Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

7. Estrutura etária nas empresas públicas e demais entidades do sector público

A 31 de dezembro 2022, 65,2% do total de trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas detidas pela administração central eram assistentes técnicos/administrativos e assistentes operacionais/operários/auxiliares. Nas mesmas entidades, 35,3% dos trabalhadores tinham entre 45 e 54 anos: 44,5% nas sociedades financeiras e 31,6% nas sociedades não financeiras públicas. Seguia-se o escalão etário "Dos 35 aos 44 anos" com 30,9% dos trabalhadores.

Nas sociedades do sector público detidas pela administração regional da Madeira os escalões etários "Dos 45 aos 54 anos" e "Dos 55 aos 64 anos" eram os mais representativos: respetivamente, 32,4% e 29,3% dos trabalhadores.

Nas sociedades do sector público detidas pela administração local, 31,8% dos trabalhadores tinham entre 45 e 54 anos, seguindo-se o escalão etário "Dos 35 aos 44 anos" que abrangia 26,2% dos trabalhadores (Quadro 7.1 e Gráfico 7.1).

Quadro 7.1 Estrutura etária dos trabalhadores nas empresas e demais entidades públicas por cargo, carreira e grupo, 31 dezembro 2022

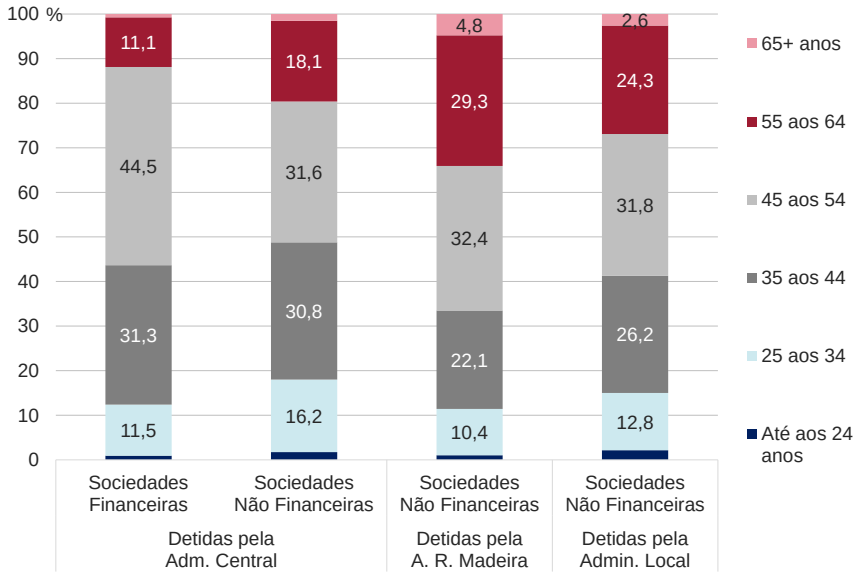
Unidade: posto de trabalho

CARGO / CARREIRA / GRUPO	DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL								DETIDAS PELA A. R. DA MADEIRA								DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO LOCAL							
	Total emprego	Estrutura (%)							Total emprego	Estrutura (%)							Total emprego	Estrutura (%)						
		Até aos 24 anos	Dos 25 aos 34	Dos 35 aos 44	Dos 45 aos 54	Dos 55 aos 64	65 e mais anos	Total		Até aos 24 anos	Dos 25 aos 34	Dos 35 aos 44	Dos 45 aos 54	Dos 55 aos 64	65 e mais anos	Total		Até aos 24 anos	Dos 25 aos 34	Dos 35 aos 44	Dos 45 aos 54	Dos 55 aos 64	65 e mais anos	Total
Total	**28 981**	**1,5**	**14,9**	**30,9**	**35,3**	**16,1**	**1,3**	**100,0**	**2 405**	**1,0**	**10,4**	**22,1**	**32,4**	**29,3**	**4,8**	**100,0**	**20 942**	**2,2**	**12,8**	**26,2**	**31,8**	**24,3**	**2,6**	**100,0**
Dirigente superior	306	0,0	1,0	10,8	40,8	35,0	12,4	100	19	0,0	0,0	5,3	52,6	26,3	15,8	100	157	0,0	1,9	18,5	45,9	26,8	7,0	100
Dirigente intermédio	2 530	0,0	1,6	20,9	54,0	20,4	3,1	100	24	0,0	0,0	12,5	75,0	12,5	0,0	100	862	0,0	2,0	28,0	45,5	21,1	3,5	100
Técnico superior	6 839	1,3	20,3	32,9	30,9	13,7	0,9	100	270	0,7	17,8	35,2	31,9	10,0	4,4	100	2 143	1,2	17,0	35,1	34,6	11,1	1,1	100
Assistente técnico/administrativo	12 805	1,3	14,7	31,8	37,6	13,7	0,8	100	510	0,6	8,2	22,0	27,6	34,9	6,7	100	4 210	1,7	13,3	28,8	30,9	22,9	2,4	100
Assist. operacional/operário/auxiliar	6 085	2,5	15,7	32,1	27,2	21,0	1,5	100	1 577	1,3	10,0	20,2	33,2	31,2	4,2	100	13 297	2,7	12,9	23,8	30,7	27,1	2,8	100
Informático	186	2,2	6,5	25,3	51,6	14,0	0,5	100	5	0,0	60,0	40,0	0,0	0,0	0,0	100	215	2,8	9,8	33,0	28,4	25,1	0,9	100
Docente ensino superior politécnico	0	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	30	0,0	0,0	40,0	50,0	6,7	3,3	100
Pessoal de inspeção	20	0,0	0,0	0,0	55,0	45,0	0,0	100	0	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-
Médico	31	0,0	0,0	6,5	22,6	51,6	19,4	100	0	-	-	-	-	-	-	-	2	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100
Enfermeiro	117	11,1	15,4	45,3	11,1	13,7	3,4	100	0	-	-	-	-	-	-	-	7	0,0	14,3	14,3	28,6	42,9	0,0	100
Técnico diagnóstico e terapêutica	58	10,3	27,6	29,3	19,0	12,1	1,7	100	0	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-
Técnico superior de saúde	3	0,0	0,0	33,3	33,3	33,3	0,0	100	0	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-
Oficial dos registos e do notariado	1	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100	0	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-
Bombeiro	0	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	19	5,3	47,4	21,1	21,1	5,3	0,0	100

Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

Notas: As sociedades não financeiras detidas pela administração regional dos Açores estão em incumprimento no reporte de dados no SIOE.

Gráfico 7.1 Estrutura etária nas empresas e demais entidades públicas detidas pelas administrações central, regional da Madeira e local, 31 dezembro 2022



Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

Quadro 7.2 Principais indicadores etários dos trabalhadores em empresas e demais entidades públicas, 31 dezembro 2022

CARGO / CARREIRA / GRUPO	DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL			DETIDAS PELA A. R. DA MADEIRA			DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO LOCAL		
	Idade média estimada (em anos)	Índice de renovação (*)	Índice de juventude (*)	Idade média estimada (em anos)	Índice de renovação (*)	Índice de juventude (*)	Idade média estimada (em anos)	Índice de renovação (*)	Índice de juventude (*)
TOTAL	**44,9**	**44,5**	**43,1**	**48,8**	**16,0**	**25,7**	**46,6**	**28,6**	**35,4**
Dirigente superior	54,1	0,0	3,4	55,3	0,0	0,0	51,2	2,4	3,3
Dirigente intermédio	49,8	0,6	9,2	49,7	0,0	0,0	49,0	1,6	13,1
Técnico superior	43,2	71,7	57,7	43,9	66,7	50,0	43,5	67,5	48,4
Assistente técnico/administrativo	44,6	48,9	43,5	50,1	10,7	22,0	46,3	29,9	37,0
Assist. operacional/operário/auxiliar	44,8	38,9	48,9	49,2	15,2	24,1	47,1	27,3	35,1
Informático	46,5	34,6	20,0	34,0	-	400,0	46,2	22,2	36,9
Docente ensino superior politécnico	-	-	-	-	-	-	48,0	0,0	11,1
Pessoal de inspeção	53,8	0,0	0,0	-	-	-	-	-	-
Médico	58,5	0,0	3,3	-	-	-	37,0	-	-
Enfermeiro	40,4	162,5	112,7	-	-	-	48,4	0,0	40,0
Técnico diagnóstico e terapêutica	39,5	157,1	132,0	-	-	-	-	-	-
Técnico superior de saúde	52,0	0,0	0,0	-	-	-	-	-	-
Oficial dos registos e do notariado	52,0	-	0,0	-	-	-	-	-	-
Bombeiro	-	-	-	-	-	-	36,5	600,0	216,7

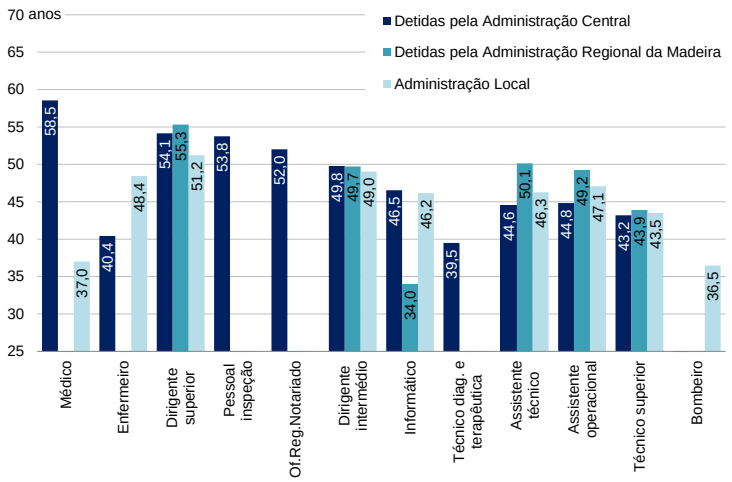
***Fonte**: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

Notas: A partir de 30 setembro 2019, o Banco de Portugal registou informação no SIOE, na sequência da aprovação da Lei n.º 104/2019, de 06/09. As sociedades não financeiras detidas pela administração regional dos Açores estão em incumprimento no reporte de dados no SIOE.

(*) Em número índice, base = 100; Ver também IV. Notas Técnicas relativas a conceitos.

Gráfico 7.2 Repartição por sexo e escalão etário dos trabalhadores em empresas e demais entidades públicas detidas pela administração central, de 31 dezembro 2018 a 31 dezembro 2022

Gráfico 7.3 Idade média dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas, por cargo, carreira e grupo, 31 dezembro 2022



***Fonte (Gráficos 7.2 e 7.3)**: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

A 31 de dezembro de 2022, a idade média estimada dos trabalhadores de empresas públicas e demais entidades públicas detidas pela administração central era 44,9 anos. Este valor era 3,9 anos inferior à idade média registada neste tipo de entidade na administração regional da Madeira e 1,7 anos inferior ao valor das entidades empresariais da administração local (Quadro 7.2).

Nas entidades detidas pela administração central, os trabalhadores nas carreiras de assistentes técnicos e operacionais (65,2% do total de trabalhadores) tinham uma idade média de 44,6 e 44,8 anos, respetivamente, abaixo da idade média dos trabalhadores nas mesmas carreiras nas entidades detidas pela administração regional da Madeira (50,1 e 49,2 anos, respetivamente, com uma representatividade de 86,8% do total). Nas entidades detidas pela administração local, a idade média dos trabalhadores nas carreiras de assistentes técnicos e operacionais (83,6% do total de trabalhadores) era de 46,3 e 47,1 anos, respetivamente (Gráfico 7.3).

8. Nível de escolaridade dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades do sector público

Em 31 de dezembro 2022, 53,6% dos trabalhadores nas empresas públicas e demais entidades detidas pela administração central tinham habilitações ao nível do ensino superior, sendo este rácio mais elevado nas sociedades financeiras (82,5%) do que no conjunto das sociedades não financeiras (41,9%). Este indicador apresentava valores mais baixos nas empresas e demais entidades detidas pela administração regional da Madeira e pela administração local: respetivamente, 14,8% e 19,5% dos trabalhadores detinham qualificações de nível superior face à proporção de trabalhadores que possuíam ensino básico (63,7% e 48,0%, respetivamente). Nas sociedades detidas pela administração central, do total de trabalhadores com ensino superior, 54,8% eram mulheres e 45,2% homens; nas sociedades detidas pela administração regional da Madeira 34,3% eram mulheres e 65,7% homens; e nas sociedades detidas pela administração local, 55,3% eram mulheres e 44,7% homens. (Quadro 8.1 e Gráfico 8.1).

Considerando os anos mais recentes, destaca-se a tendência crescente do peso dos trabalhadores com ensino superior nas empresas públicas e demais entidades do setor público, especialmente evidente nos trabalhadores do sexo masculino, ainda que se mantenha relevante a proporção de homens com qualificações ao nível do ensino básico e secundário. No que diz respeito às mulheres trabalhadoras nas empresas e demais entidades detidas pela administração central, estas detêm sobretudo qualificações de nível superior (Gráfico 8.2).

Quadro 8.1 Nível de escolaridade dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas por sexo em 31 dezembro, 2021 e 2022

Unidade: posto de trabalho	31 dezembro 2021			31 dezembro 2022			Variação (N.º)			Variação (%)		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	**17 234**	**12 887**	**30 121**	**16 097**	**12 884**	**28 981**	**-1 137**	**-3**	**-1 140**	**-6,6**	**0,0**	**-3,8**
Ensino básico	3 528	904	4 432	2 847	853	3 700	-681	-51	-732	-19,3	-5,6	-16,5
Ensino Secundário	6 654	3 650	10 304	6 234	3 518	9 752	-420	-132	-552	-6,3	-3,6	-5,4
Ensino Superior	7 052	8 333	15 385	7 016	8 513	15 529	-36	180	144	-0,5	2,2	0,9
Das quais: Sociedades Financeiras	3 549	5 116	8 665	3 340	4 986	8 326	-209	-130	-339	-5,9	-2,5	-3,9
Ensino básico	63	16	79	47	12	59	-16	-4	-20	-25,4	-25,0	-25,3
Ensino Secundário	783	797	1 580	683	716	1 399	-100	-81	-181	-12,8	-10,2	-11,5
Ensino Superior	2 703	4 303	7 006	2 610	4 258	6 868	-93	-45	-138	-3,4	-1,1	-2,0
Sociedades Não Financeiras	13 685	7 771	21 456	12 757	7 898	20 655	-928	127	-801	-6,8	1,6	-3,7
Ensino básico	3 465	888	4 353	2 800	841	3 641	-665	-47	-712	-19,2	-5,3	-16,4
Ensino Secundário	5 871	2 853	8 724	5 551	2 802	8 353	-320	-51	-371	-5,5	-1,8	-4,3
Ensino Superior	4 349	4 030	8 379	4 406	4 255	8 661	57	225	282	1,3	5,6	3,4
DETIDAS PELA A. R. DA MADEIRA	**1 953**	**378**	**2 331**	**2 017**	**388**	**2 405**	**64**	**10**	**74**	**3,3**	**2,7**	**3,2**
Ensino básico	1 370	145	1 515	1 385	146	1 531	15	1	16	1,1	0,7	1,1
Ensino Secundário	360	115	475	398	120	518	38	5	43	10,6	4,4	9,1
Ensino Superior	223	118	341	234	122	356	11	4	15	4,9	3,4	4,4
DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO LOCAL	**14 783**	**5 765**	**20 548**	**14 994**	**5 948**	**20 942**	**211**	**183**	**394**	**1,4**	**3,2**	**1,9**
Ensino básico	8 513	1 569	10 082	8 474	1 577	10 051	-39	8	-31	-0,5	0,5	-0,3
Ensino Secundário	4 540	2 055	6 595	4 694	2 112	6 806	154	57	211	3,4	2,8	3,2
Ensino Superior	1 730	2 141	3 871	1 826	2 259	4 085	96	118	214	5,6	5,5	5,5

Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

Notas: As sociedades não financeiras detidas pela administração regional dos Açores estão em incumprimento no reporte de dados no SIOE.

Gráfico 8.1 Nível de escolaridade dos trabalhadores nas sociedades financeiras e não financeiras detidas pela administração central, regional da Madeira e local, 31 dezembro 2022

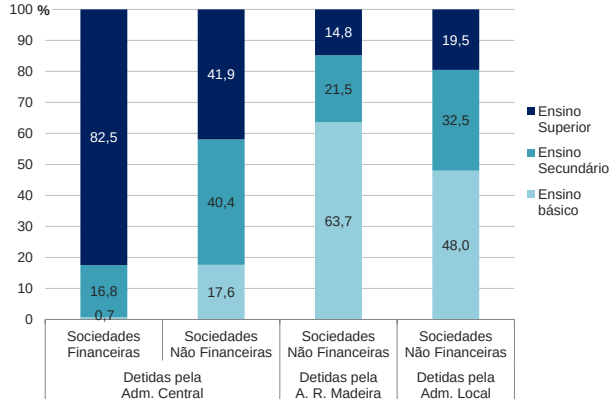
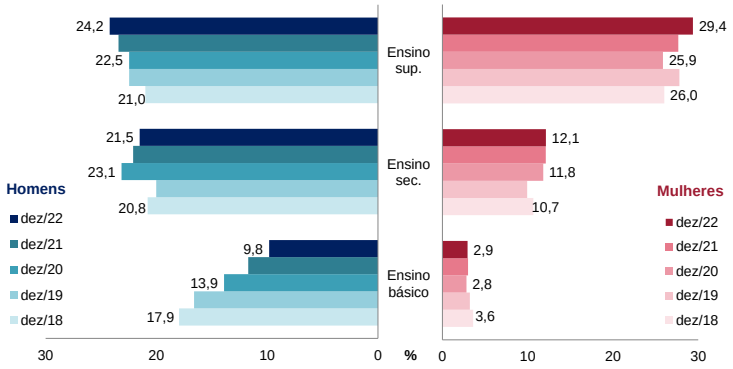


Gráfico 8.2 Repartição por sexo e nível de escolaridade dos trabalhadores das entidades detidas pela administração central em 31 dezembro, 2018 a 2022



Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

Em 31 de dezembro de 2022, quatro em onze das carreiras/grupos dos trabalhadores das empresas públicas e demais entidades públicas detidas pela administração central registaram níveis de escolaridade de ensino superior acima de 90,0%, detalhadamente médico, enfermeiro, oficial dos registos e notariado (100,0%) e técnico de diagnóstico e terapêutica (94,8%). O grupo de assistente operacional/operário/auxiliar (dos quais 84,7% possui ensino básico) era o que mais contribuía para que a proporção de trabalhadores com ensino básico na administração regional da Madeira fosse elevada (63,7%). Nas empresas públicas e demais entidades públicas detidas pela administração local destacam-se quatro carreiras/grupos com nível de escolaridade de ensino superior acima de 90,0%: docente do ensino superior politécnico, médico e enfermeiro (100,0%) e técnico superior (98,1%) (Quadro 8.2).

Quadro 8.2 Nível de escolaridade dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas por cargo, carreira e grupo, 31 dezembro 2022

Unidade: posto de trabalho

CARGO / CARREIRA / GRUPO	Emprego				Estrutura (%)			
	Ensino básico	Ensino secund.	Ensino superior	Total	Ensino básico	Ensino secund.	Ensino superior	Total
DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	**3 700**	**9 752**	**15 529**	**28 981**	**12,8**	**33,6**	**53,6**	**100,0**
Dirigente superior	0	31	275	306	0,0	10,1	89,9	100,0
Dirigente intermédio	60	264	2 206	2 530	2,4	10,4	87,2	100,0
Técnico superior	46	1 063	5 730	6 839	0,7	15,5	83,8	100,0
Assistente técnico/administrativo	735	5 286	6 784	12 805	5,7	41,3	53,0	100,0
Assist. operacional/operário/auxiliar	2 844	3 009	232	6 085	46,7	49,4	3,8	100,0
Informático	12	85	89	186	6,5	45,7	47,8	100,0
Pessoal de inspeção	3	11	6	20	15,0	55,0	30,0	100,0
Médico	0	0	31	31	0,0	0,0	100,0	100,0
Enfermeiro	0	0	117	117	0,0	0,0	100,0	100,0
Técnico diagnóstico e terapêutica	0	3	55	58	0,0	5,2	94,8	100,0
Técnico superior de saúde	0	0	3	3	0,0	0,0	100,0	100,0
Oficial dos registos e do notariado	0	0	1	1	0,0	0,0	100,0	100,0
DETIDAS PELA ADM. REGIONAL DA MADEIRA	**1 531**	**518**	**356**	**2 405**	**63,7**	**21,5**	**14,8**	**100,0**
Dirigente superior	0	0	19	19	0,0	0,0	100,0	100,0
Dirigente intermédio	1	5	18	24	4,2	20,8	75,0	100,0
Técnico superior	1	5	264	270	0,4	1,9	97,8	100,0
Assistente técnico/administrativo	194	274	42	510	38,0	53,7	8,2	100,0
Assist. operacional/operário/auxiliar	1 335	231	11	1 577	84,7	14,6	0,7	100,0
Informático	0	3	2	5	0,0	60,0	40,0	100,0
DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO LOCAL	**10 051**	**6 806**	**4 085**	**20 942**	**48,0**	**32,5**	**19,5**	**100,0**
Dirigente superior	5	11	141	157	3,2	7,0	89,8	100,0
Dirigente intermédio	39	94	729	862	4,5	10,9	84,6	100,0
Técnico superior	5	36	2 102	2 143	0,2	1,7	98,1	100,0
Assistente técnico/administrativo	711	2 779	720	4 210	16,9	66,0	17,1	100,0
Assist. operacional/operário/auxiliar	9 281	3 772	244	13 297	69,8	28,4	1,8	100,0
Informático	4	102	109	215	1,9	47,4	50,7	100,0
Docente ensino superior politécnico	0	0	30	30	0,0	0,0	100,0	100,0
Médico	0	0	2	2	0,0	0,0	100,0	100,0
Enfermeiro	0	0	7	7	0,0	0,0	100,0	100,0
Bombeiro	6	12	1	19	31,6	63,2	5,3	100,0

Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

Notas: As sociedades não financeiras detidas pela administração regional dos Açores estão em incumprimento no reporte de dados no SIOE.

9. Remunerações dos trabalhadores nas empresas públicas e demais entidades do sector público

O emprego nas empresas públicas e demais entidades do sector público detidas pela administração central nas atividades de "Transportes e armazenagem" (Secção H), e "Atividades financeiras e de seguros" (Secção K) representava cerca de 61,9% do total de emprego nestas sociedades em dezembro de 2022. Nas entidades detidas pela administração local, 65,2% do emprego estava afeto à atividade de "Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição" (Secção E), onde se enquadram os serviços municipalizados. Em geral, as remunerações e ganhos médios mensais dos trabalhadores das sociedades detidas pela administração central apresentavam valores superiores aos das sociedades detidas pelos restantes níveis de administração (Quadro 9.1 e Gráfico 9.1).

Quadro 9.1 Emprego, remuneração base média mensal e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo em empresas e demais entidades públicas por classificação de atividade económica (CAE Rev.3), 4.º trimestre 2022

Unidades: posto de trabalho e euro

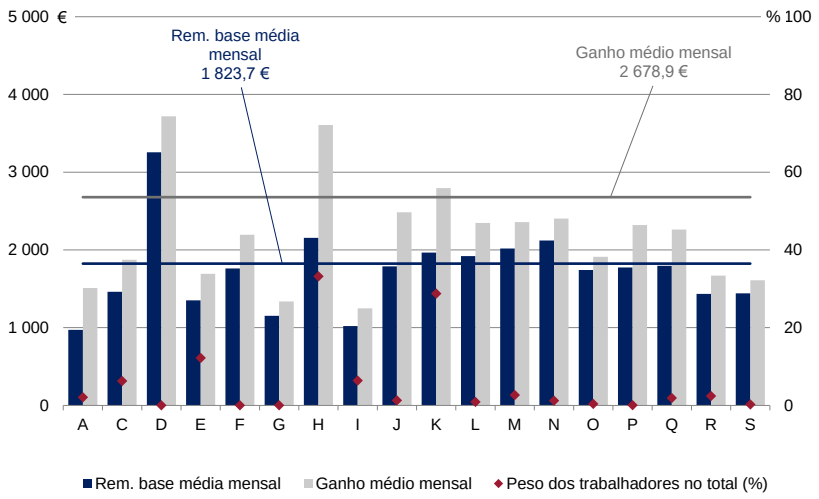
Secção	CAE Rev.3 Designação	DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL				DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA MADEIRA				DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO LOCAL			
		dezembro 2022		outubro 2022		dezembro 2022		outubro 2022		dezembro 2022		outubro 2022	
		Emprego		Remun. base média mensal	Ganho médio mensal (€)	Emprego		Remun. base média mensal	Ganho médio mensal (€)	Emprego		Remun. base média mensal	Ganho médio mensal (€)
		N.º	Peso %			N.º	Peso %			N.º	Peso %		
	Total	**28 981**	**100,0**	**1 823,7**	**2 678,9**	**2 405**	**100,0**	**1279,2**	**1795,6**	**20 942**	**100,0**	**1022,4**	**1284,5**
A	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	608	2,1	971,8	1 510,7	0	0,0	-	-	14	0,1	1 000,9	1 157,9
C	Indústrias transformadoras	1 817	6,3	1 461,2	1 873,7	0	0,0	-	-	54	0,3	958,7	1 064,9
D	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	4	0,0	3 255,6	3 719,2	668	27,8	2 133,2	3 400,7	22	0,1	1 504,3	1 670,6
E	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	3 535	12,2	1 350,5	1 691,8	845	35,1	950,8	1 051,4	13 648	65,2	969,7	1 185,4
F	Construção	9	0,0	1 761,1	2 195,0	0	0,0	-	-	633	3,0	1 024,8	1 211,3
G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	2	0,0	...	...	261	10,9	801,4	1 049,2	136	0,7	1 027,3	1 362,7
H	Transportes e armazenagem	9 619	33,2	2 154,5	3 605,7	563	23,4	999,8	1 506,5	4 001	19,1	1 108,8	1 545,5
I	Alojamento, restauração e similares	1 852	6,4	1 020,3	1 247,2	0	0,0	-	-	88	0,4	946,2	1 051,8
J	Atividades de informação e de comunicação	374	1,3	1 788,6	2 484,2	20	0,8	1 303,3	1 522,7	109	0,5	1 538,0	1 623,8
K	Atividades financeiras e de seguros	8 330	28,7	1 966,1	2 795,9	0	0,0	-	-	0	0,0	-	-
L	Atividades imobiliárias	254	0,9	1 919,9	2 346,1	7	0,3	2 452,2	3 147,0	104	0,5	828,5	925,9
M	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	774	2,7	2 018,0	2 357,9	10	0,4	1 676,7	2 016,1	86	0,4	1 255,9	1 439,7
N	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	351	1,2	2 121,5	2 402,9	31	1,3	2 830,8	2 991,3	216	1,0	1 488,8	1 694,9
O	Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	116	0,4	1 740,7	1 911,9	0	0,0	-	-	29	0,1	870,7	1 084,2
P	Educação	17	0,1	1 773,1	2 320,6	0	0,0	-	-	43	0,2	1 311,2	1 394,2
Q	Atividades de saúde humana e apoio social	553	1,9	1 796,5	2 262,8	0	0,0	-	-	134	0,6	770,1	873,0
R	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	697	2,4	1 433,4	1 668,5	0	0,0	-	-	1 487	7,1	1 181,8	1 488,0
S	Outras atividades de serviços	69	0,2	1 441,3	1 608,8	0	0,0	-	-	138	0,7	1 015,8	1 277,4

Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

Notas: As sociedades não financeiras detidas pela administração regional dos Açores estão em incumprimento no reporte de dados no SIOE.

... - Dado confidencial

Gráfico 9.1 Remuneração base e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo em empresas e demais entidades públicas detidas pela administração central, segundo a CAE Rev.3, outubro 2022



Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

III. OUTROS INDICADORES

10. Distribuição geográfica do emprego e remunerações por NUTS I

A 31 de dezembro de 2022, o emprego nas administrações públicas situava-se em 742 194 postos de trabalho, revelando um aumento de cerca de +1,2% em termos homólogos, correspondendo a mais 8 747 postos de trabalho.

Na distribuição geográfica segundo as unidades territoriais para fins estatísticos (NUTS 2013) ([1]), e de acordo com as NUTS I, 92,4% dos trabalhadores exerciam funções no Continente, 3,6% na Região Autónoma dos Açores, 3,7% na Região Autónoma da Madeira e 0,3% fora do território.

As carreiras de assistente técnico/administrativo, assistente operacional/operário/auxiliar e educadores de infância/docentes do ensino básico e secundário, correspondiam a mais de metade do emprego total nas administrações públicas (54,0%) e representavam 68,5% do emprego fora do território (Quadro 10.1).

Quadro 10.1 Distribuição geográfica do emprego nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo, por NUTS I em 31 dezembro, 2021 e 2022

Unidade: posto de trabalho	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS														
	31 dez 2021					31 dez 2022					VH (%)				
CARGO / CARREIRA / GRUPO	PORTUGAL	CONTINENTE	R.A. DOS AÇORES	R.A. DA MADEIRA	FORA DO TERRITÓRIO	PORTUGAL	CONTINENTE	R.A. DOS AÇORES	R.A. DA MADEIRA	FORA DO TERRITÓRIO	PORTUGAL	CONTINENTE	R.A. DOS AÇORES	R.A. DA MADEIRA	FORA DO TERRITÓRIO
Total	**733 447**	**678 154**	**26 147**	**27 009**	**2 137**	**742 194**	**686 088**	**26 795**	**27 210**	**2 101**	**1,2**	**1,2**	**2,5**	**0,7**	**-1,7**
Representantes do poder legislativo (a)	2 359	2 081	141	137	0	3 771	3 391	223	157	0	59,9	63,0	58,2	14,6	-
Dirigente superior	1 773	1 530	138	105	0	1 826	1 561	150	115	0	3,0	2,0	8,7	9,5	-
Dirigente intermédio	12 164	11 172	394	598	0	13 012	11 924	440	648	0	7,0	6,7	11,7	8,4	-
Técnico superior	75 218	69 447	2 703	2 727	341	77 178	71 155	2 821	2 862	340	2,6	2,5	4,4	5,0	-0,3
Assistente técnico/administrativo (b)	90 906	81 685	4 440	4 056	725	91 661	82 354	4 479	4 112	716	0,8	0,8	0,9	1,4	-1,2
Assist. operacional/operário/auxiliar (c)	166 701	150 493	7 757	8 035	416	167 655	151 305	7 923	8 038	389	0,6	0,5	2,1	0,0	-6,5
Informático	5 275	4 680	318	275	2	5 257	4 631	327	296	3	-0,3	-1,0	2,8	7,6	50,0
Magistrado	3 956	3 831	66	59	0	3 961	3 833	68	60	0	0,1	0,1	3,0	1,7	-
Diplomata (d)	407	139	0	0	268	419	150	0	0	269	2,9	7,9	-	-	0,4
Pessoal de investigação científica	4 060	3 991	42	27	0	3 915	3 827	50	38	0	-3,6	-4,1	19,0	40,7	-
Docente ensino universitário	16 403	15 932	203	220	48	17 077	16 581	202	244	50	4,1	4,1	-0,5	10,9	4,2
Docente ensino superior politécnico	10 995	10 826	26	143	0	11 544	11 362	46	136	0	5,0	5,0	76,9	-4,9	-
Educ.infância e doc. ens. básico/secund.	140 342	128 517	5 460	6 028	337	141 319	129 498	5 492	5 995	334	0,7	0,8	0,6	-0,5	-0,9
Pessoal de inspecção	1 887	1 664	143	80	0	1 875	1 661	135	79	0	-0,6	-0,2	-5,6	-1,3	-
Médico	32 152	30 671	772	709	0	32 872	31 277	860	735	0	2,2	2,0	11,4	3,7	-
Enfermeiro	53 739	49 968	1 843	1 928	0	54 603	50 752	1 935	1 916	0	1,6	1,6	5,0	-0,6	-
Técnico diagnóstico e terapêutica	10 909	10 111	438	360	0	10 990	10 144	476	370	0	0,7	0,3	8,7	2,8	-
Técnico superior de saúde	1 944	1 818	36	90	0	1 901	1 779	35	87	0	-2,2	-2,1	-2,8	-3,3	-
Administração tributária e aduaneira	8 873	8 667	0	206	0	8 593	8 375	0	218	0	-3,2	-3,4	-	5,8	-
Conservador e Notário	548	538	0	10	0	529	519	0	10	0	-3,5	-3,5	-	0,0	-
Oficial dos registos e do notariado	3 658	3 560	0	98	0	3 536	3 439	0	97	0	-3,3	-3,4	-	-1,0	-
Oficial de justiça	7 518	7 182	188	148	0	7 353	7 020	186	147	0	-2,2	-2,3	-1,1	-0,7	-
Forças Armadas (*)	26 130	24 458	1 012	660	0	24 296	22 832	921	543	0	-7,0	-6,6	-9,0	-17,7	-
Polícia Judiciária	2 108	2 108	0	0	0	2 198	2 198	0	0	0	4,3	4,3	-	-	-
Polícia de Segurança Pública (*)	20 140	20 140	0	0	0	21 068	21 068	0	0	0	4,6	4,6	-	-	-
Guarda Nacional Republicana (*)	22 472	22 472	0	0	0	23 014	23 014	0	0	0	2,4	2,4	-	-	-
Serviço Estrangeiros Fronteiras	1 035	1 035	0	0	0	992	992	0	0	0	-4,2	-4,2	-	-	-
Guarda prisional	4 162	4 162	0	0	0	4 077	4 077	0	0	0	-2,0	-2,0	-	-	-
Outro pessoal de segurança	1 243	1 156	0	87	0	1 227	1 142	0	85	0	-1,3	-1,2	-	-2,3	-
Bombeiro	2 745	2 522	0	223	0	2 930	2 708	0	222	0	6,7	7,4	-	-0,4	-
Polícia municipal (e)	1 625	1 598	27	0	0	1 545	1 519	26	0	0	-4,9	-4,9	-3,7	-	-

Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

Notas: (a) inclui representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, abrangendo os membros do CSM, não magistrados, eleitos pela Assembleia da República; (b) a (d) Inclui pessoal dos serviços periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros (fora do território); (e) inclui pessoal da carreira especial da Polícia de Segurança Pública (PSP) integrados na Polícia Municipal de Lisboa e Porto.

(*) Para as carreiras das Forças Armadas, Polícia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana não está, de momento, disponível informação desagregada relativa ao número de efetivos colocados em missões no estrangeiro (fora do território).

([1]) A distribuição geográfica do emprego por NUTS I é aproximada no que diz respeito à repartição entre continente e regiões autónomas, uma vez que os dados recolhidos pelo SIOE são, nalguns casos, agregados na sede da entidade.

" - ": Ver sinais convencionais.

NUTS 2013 - Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos versão de 2013.

Em outubro de 2022, o valor da remuneração base média mensal dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas situava-se em cerca de 1 569,8€, correspondendo a uma variação homóloga de +1,9%, por efeito conjugado da entrada e saída de trabalhadores com diferentes níveis remuneratórios, progressões e promoções e da atualização do valor da Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG) e do valor da base remuneratória para 705,0€.

O ganho médio mensal nas administrações públicas é estimado, para outubro de 2022, em 1 846,7€, indiciando uma variação homóloga de +2,6%, pelos mesmos motivos referidos para a remuneração base média mensal.

Na distribuição geográfica segundo as NUTS I ([1]), o ganho médio mensal dos trabalhadores em exercício de funções em serviços externos (fora do território nacional) eram superiores às restantes regiões, destacando-se a diferença face ao continente do ganho médio mensal na carreira de diplomata devido aos suplementos regulares que são devidos no exercício de funções no estrangeiro, dependendo do país de colocação (Quadro 10.2).

Quadro 10.2 Distribuição geográfica das remunerações dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo, por NUTS I em outubro, 2021 e 2022

Unidade: euro

CARGO / CARREIRA / GRUPO	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS																			
	outubro 2021										outubro 2022									
	PORTUGAL		CONTINENTE		R.A. DOS AÇORES		R.A. DA MADEIRA		FORA DO TERRITÓRIO		PORTUGAL		CONTINENTE		R.A. DOS AÇORES		R.A. DA MADEIRA		FORA DO TERRITÓRIO	
	RBMM	GMM	RBMM	GMM	RBMM	GMM	RBMM	GMM	RBMM	GMM	RBMM	GMM	RBMM	GMM	RBMM	GMM	RBMM	GMM	RBMM	GMM
Total	**1 540,0**	**1 800,0**	**1 545,9**	**1 800,5**	**1 379,3**	**1 642,9**	**1 469,7**	**1 738,6**	**2 455,4**	**4 173,9**	**1 569,8**	**1 846,7**	**1 574,9**	**1 848,4**	**1 434,3**	**1 692,2**	**1 496,7**	**1 753,3**	**2 490,8**	**4 276,5**
Representantes do poder legislativo (a)	2 691,6	3 426,5	2 618,9	3 359,9	3 135,9	3 941,2	3 110,9	3 680,8	-	-	2 662,5	3 371,6	2 580,6	3 292,8	3 170,7	3 938,4	3 217,5	3 809,7	-	-
Dirigente superior	3 817,5	4 763,5	3 852,6	4 823,5	3 665,6	4 328,0	3 515,6	4 450,5	-	-	3 902,9	4 862,4	3 953,1	4 942,6	3 667,9	4 320,2	3 514,5	4 433,9	-	-
Dirigente intermédio	2 667,9	3 150,9	2 655,9	3 131,3	2 697,4	3 024,9	2 871,9	3 596,0	-	-	2 680,7	3 149,9	2 668,7	3 131,6	2 740,5	3 070,0	2 867,6	3 549,2	-	-
Técnico superior	1 651,9	1 825,5	1 643,3	1 808,0	1 603,2	1 764,2	1 712,6	1 876,5	3 220,1	5 269,1	1 674,9	1 848,0	1 667,2	1 833,2	1 646,6	1 796,7	1 712,4	1 872,9	3 059,3	4 857,6
Assistente técnico/administrativo (b)	934,5	1 105,6	918,3	1 090,9	938,7	1 098,6	998,7	1 143,1	2 320,2	2 529,8	945,5	1 114,5	928,4	1 099,4	957,1	1 115,7	1 002,0	1 138,5	2 429,6	2 613,2
Assist. operacional/operário/auxiliar (c)	708,8	878,0	705,9	873,5	719,4	931,3	731,2	890,5	1 144,7	1 288,2	734,5	911,9	731,7	908,6	741,8	961,1	756,6	906,7	1 199,5	1 343,6
Informático	1 798,4	2 008,1	1 799,2	2 008,8	1 763,4	1 922,9	1 825,4	2 045,1	1 824,8	6 570,5	1 814,5	2 024,1	1 813,2	2 024,9	1 772,5	1 936,4	1 886,6	2 062,6	1 693,6	5 488,9
Magistrado	5 168,9	6 121,4	5 188,2	6 118,2	4 320,8	5 928,5	4 984,5	6 534,1	-	-	5 222,0	6 223,0	5 235,5	6 219,9	4 862,5	6 329,9	4 808,1	6 283,1	-	-
Diplomata (d)	2 420,1	8 814,0	2 250,1	2 911,8	-	-	-	-	2 508,1	11 869,8	2 486,0	9 644,6	2 422,6	3 338,3	-	-	-	-	2 515,0	12 527,4
Pessoal de investigação científica	2 607,4	2 714,3	2 608,4	2 715,2	3 005,2	3 112,4	2 022,5	2 126,6	-	-	2 675,8	2 784,6	2 678,6	2 787,3	3 020,9	3 159,8	2 037,9	2 130,0	-	-
Docente ensino universitário	3 623,1	3 742,7	3 632,0	3 744,6	3 698,7	3 829,9	3 533,2	3 649,3	1 988,7	3 386,4	3 671,8	3 791,5	3 683,7	3 793,9	3 704,3	3 832,1	3 446,3	3 582,4	2 060,5	3 835,7
Docente ensino superior politécnico	3 193,3	3 307,8	3 191,1	3 305,3	3 633,9	3 783,1	3 189,7	3 380,6	-	-	3 097,6	3 214,9	3 095,1	3 211,9	3 649,9	3 795,5	3 100,9	3 309,1	-	-
Educ.infância e doc. ens. básico/secund.	2 196,7	2 304,8	2 197,4	2 304,0	2 088,3	2 218,2	2 192,3	2 309,8	3 764,3	3 920,3	2 220,2	2 328,4	2 216,2	2 323,0	2 180,8	2 310,3	2 256,6	2 373,1	3 802,3	3 955,8
Pessoal de inspecção	2 220,9	2 550,3	2 242,3	2 563,3	2 039,7	2 478,8	2 078,8	2 395,6	-	-	2 244,0	2 581,6	2 263,5	2 591,8	2 086,9	2 565,8	2 090,4	2 394,4	-	-
Médico	2 735,0	3 694,9	2 736,8	3 650,3	2 735,9	4 115,2	2 655,3	5 161,0	-	-	2 727,5	3 972,8	2 727,6	3 936,3	2 788,3	4 106,6	2 658,3	5 360,9	-	-
Enfermeiro	1 451,1	1 804,8	1 450,1	1 789,9	1 385,5	1 994,3	1 539,1	2 014,7	-	-	1 498,7	1 837,9	1 498,5	1 832,0	1 462,2	1 993,1	1 539,0	1 842,8	-	-
Técnico diagnóstico e terapêutica	1 310,6	1 558,9	1 304,8	1 549,9	1 361,5	1 670,1	1 417,3	1 685,5	-	-	1 441,6	1 697,3	1 439,5	1 695,0	1 423,0	1 703,5	1 523,8	1 753,4	-	-
Técnico superior de saúde	1 879,9	2 142,5	1 870,9	2 135,1	2 223,1	2 803,1	1 925,9	2 027,7	-	-	1 886,9	2 156,4	1 877,8	2 150,4	2 306,3	2 761,9	1 898,3	2 028,8	-	-
Administração tributária e aduaneira	2 080,1	2 263,0	2 083,2	2 265,5	-	-	1 949,2	2 159,2	-	-	2 162,4	2 342,4	2 166,1	2 345,7	-	-	2 005,9	2 202,8	-	-
Conservador e Notário	4 052,9	4 329,3	4 048,3	4 295,7	-	-	4 326,9	6 339,8	-	-	4 254,8	4 545,9	4 247,8	4 507,0	-	-	4 618,3	6 575,4	-	-
Oficial dos registos e do notariado	1 992,5	2 140,4	1 989,5	2 128,9	-	-	2 105,7	2 578,2	-	-	2 036,2	2 197,9	2 033,9	2 186,6	-	-	2 120,0	2 614,4	-	-
Oficial de justiça	1 473,1	1 727,8	1 477,1	1 722,5	1 377,1	1 837,6	1 402,7	1 843,0	-	-	1 503,3	1 769,4	1 509,1	1 766,0	1 375,3	1 842,9	1 390,9	1 835,2	-	-
Forças Armadas (*)	1 315,1	1 846,8	1 334,7	1 877,2	1 039,2	1 426,4	1 028,8	1 385,0	-	-	1 353,8	1 924,0	1 372,2	1 955,0	1 072,8	1 455,0	1 080,6	1 454,2	-	-
Polícia Judiciária	2 080,5	2 798,8	2 080,5	2 798,8	-	-	-	-	-	-	2 233,5	2 727,9	2 233,5	2 727,9	-	-	-	-	-	-
Polícia de Segurança Pública (*)	1 467,8	1 933,9	1 467,8	1 933,9	-	-	-	-	-	-	1 540,9	2 079,2	1 540,9	2 079,2	-	-	-	-	-	-
Guarda Nacional Republicana (*)	1 527,4	1 797,2	1 527,4	1 797,2	-	-	-	-	-	-	1 593,1	1 860,7	1 593,1	1 860,7	-	-	-	-	-	-
Serviço Estrangeiros Fronteiras	2 021,9	2 723,9	2 021,9	2 723,9	-	-	-	-	-	-	2 120,7	2 968,5	2 120,7	2 968,5	-	-	-	-	-	-
Guarda prisional	1 136,8	2 072,1	1 136,8	2 072,1	-	-	-	-	-	-	1 093,0	2 090,5	1 093,0	2 090,5	-	-	-	-	-	-
Outro pessoal de segurança	1 223,0	1 505,8	1 230,2	1 507,5	-	-	1 101,8	1 476,3	-	-	1 220,0	1 512,4	1 234,2	1 525,4	-	-	1 031,4	1 338,4	-	-
Bombeiro	1 068,8	1 645,9	1 072,2	1 639,9	-	-	1 031,1	1 711,9	-	-	1 072,5	1 658,7	1 070,0	1 640,8	-	-	1 102,0	1 871,1	-	-
Polícia municipal (e)	1 029,1	1 572,6	1 034,5	1 584,7	751,6	945,6	-	-	-	-	1 021,4	1 604,1	1 027,9	1 615,9	735,0	1 080,9	-	-	-	-

***Fonte**: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

Notas: (a) inclui representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, abrangendo os membros do CSM, não magistrados, eleitos pela Assembleia da República; (b) a (d) Inclui pessoal dos serviços periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros (fora do território); (e) inclui pessoal da carreira especial da Polícia de Segurança Pública (PSP) integrados na Polícia Municipal de Lisboa e Porto.

(*) Para as carreiras das Forças Armadas, Polícia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana não está, de momento, disponível informação desagregada relativa ao número de efetivos colocados em missões no estrangeiro (fora do território).

([1]) A distribuição geográfica do emprego por NUTS I é aproximada no que diz respeito à repartição entre continente e regiões autónomas, uma vez que os dados recolhidos pelo SIOE são, nalguns casos, agregados na sede da entidade.

RBMM: Remuneração base média mensal; **GMM**: Ganho médio mensal.

" - ": Ver sinais convencionais.

NUTS 2013 - Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos versão de 2013.

11. Distribuição geográfica do emprego e remunerações nas atividades de educação e saúde por NUTS

Na distribuição geográfica segundo as unidades territoriais para fins estatísticos, versão NUTS 2013, em dezembro de 2022, a maior concentração de **estabelecimentos de educação** e de ensino básico e secundário públicos situava-se no Norte (290). Ao nível de NUTS II, para os mesmos estabelecimentos, o Algarve registava, em média, o maior número de docentes por estabelecimento (183,9), seguindo-se a Área Metropolitana de Lisboa (172,5) e o Norte (158,3). As Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto (NUTS III) concentravam, em conjunto, o maior número de trabalhadores nos estabelecimentos de educação e ensino públicos: perto de 38,4% nos estabelecimentos de ensino básico e secundário e 58,9% nos estabelecimentos de ensino superior (Quadro 11.1).

Quadro 11.1 Distribuição geográfica do emprego em estabelecimentos de educação e ensino públicos por NUTS, 31 dezembro 2022

	Estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário								Estabelecimentos ensino superior		
	N.º de Estabelec.	Educ.Infância e Docente do Ens. Básico e Secundário	Média docentes por estabelec.	Total Emprego nos estab. (*)	Dimensão Média dos estabelec.	Total emprego (*) por 1000 residentes 3-18 anos	Docentes por 1000 residentes 3-18 anos	População residente 3-18 anos por docente	Investigadores e Docentes do Ensino Universitário	Docentes do Ensino Superior Politécnico	Emprego nos estab. Ens. Sup.
NUTS II e III	(1)	(2)	(3)=(2)/(1)	(4)	(5)=(4)/(1)	(6)	(7)	(6)	(7)	(8)	(9)
Portugal	**884**	**138 547**	**156,7**	**203 055**	**229,7**	**133,9**	**91,4**	**11,0**	**19 786**	**11 540**	**44 383**
Continente	**807**	**127 382**	**157,9**	**186 899**	**231,6**	**129,8**	**88,5**	**11,3**	**19 290**	**11 358**	**43 348**
Norte	**290**	**45 900**	**158,3**	**68 385**	**235,8**	**135,5**	**91,0**	**11,0**	**5 865**	**3 655**	**12 985**
Alto Minho	20	3 350	167,5	5 007	250,4	169,1	113,2	8,8	7	429	571
Cávado	31	5 572	179,7	7 763	250,4	122,8	88,1	11,4	1 003	502	2 188
Ave	33	5 156	156,2	7 533	228,3	128,5	87,9	11,4	642	0	764
Área Metropolitana do Porto	121	20 337	168,1	30 695	253,7	122,3	81,0	12,3	3 635	1 828	7 311
Alto Tâmega	8	1 206	150,8	1 778	222,3	199,5	135,3	7,4	0	0	0
Tâmega e Sousa	41	5 850	142,7	9 028	220,2	151,6	98,2	10,2	0	149	168
Douro	24	2 852	118,8	4 279	178,3	192,5	128,3	7,8	544	109	1 097
Terras de Trás-os-Montes	12	1 577	131,4	2 302	191,8	199,0	136,4	7,3	34	638	886
Centro	**191**	**29 747**	**155,7**	**43 696**	**228,8**	**144,0**	**98,0**	**10,2**	**4 158**	**3 921**	**11 511**
Região de Aveiro	28	5 057	180,6	7 024	250,9	132,4	95,3	10,5	1 145	363	2 150
Região de Coimbra	36	5 674	157,6	8 333	231,5	147,1	100,2	10,0	2 144	1 166	4 790
Região de Leiria	23	3 590	156,1	5 232	227,5	128,1	87,9	11,4	25	844	1 211
Viseu Dão Lafões	25	3 774	151,0	5 717	228,7	170,4	112,5	8,9	0	416	604
Beiras e Serra da Estrela	24	2 812	117,2	4 284	178,5	181,8	119,3	8,4	836	257	1 490
Beira Baixa	9	1 040	115,6	1 532	170,2	163,0	110,7	9,0	0	424	629
Oeste	27	4 577	169,5	6 918	256,2	123,7	81,9	12,2	0	312	366
Médio Tejo	19	3 223	169,6	4 656	245,1	153,0	105,9	9,4	8	139	271
Área Metropolitana de Lisboa	**195**	**33 646**	**172,5**	**47 346**	**242,8**	**102,8**	**73,0**	**13,7**	**8 017**	**2 470**	**15 037**
Alentejo	**92**	**10 919**	**118,7**	**16 590**	**180,3**	**165,7**	**109,1**	**9,2**	**654**	**938**	**2 483**
Alentejo Litoral	15	1 316	87,7	2 111	140,7	162,8	101,5	9,9	0	0	0
Alto Alentejo	20	1 748	87,4	2 641	132,1	188,6	124,8	8,0	1	244	385
Alentejo Central	18	2 448	136,0	3 758	208,8	177,7	115,7	8,6	653	36	1 137
Baixo Alentejo	17	1 924	113,2	2 988	175,8	182,1	117,3	8,5	0	277	403
Lezíria do Tejo	22	3 483	158,3	5 092	231,5	143,1	97,9	10,2	0	381	558
Algarve	**39**	**7 170**	**183,9**	**10 882**	**279,0**	**153,2**	**101,0**	**9,9**	**596**	**374**	**1 332**
Região Autónoma dos Açores	**40**	**5 474**	**136,9**	**7 765**	**194,1**	**197,1**	**138,9**	**7,2**	**242**	**46**	**482**
Região Autónoma da Madeira	**37**	**5 691**	**153,8**	**8 391**	**226,8**	**225,9**	**153,2**	**6,5**	**254**	**136**	**553**

Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023); INE – Estimativas anuais da população residente e Censos 2021; Ver IV. Notas técnicas*

Notas: (*) Emprego em estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário públicos correspondendo à CAE Educação, exceto Formação Profissional e estabelecimentos de ensino das Forças Armadas.
" - ": Ver sinais convencionais.
NUTS 2013 - Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos versão de 2013.

Na distribuição geográfica segundo as NUTS II, o emprego de pessoal docente nos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário, aumentou face ao período homólogo em Portugal (+0,5%) e em todas as regiões, exceto na Região Autónoma da Madeira (-0,8%). Quanto ao emprego de pessoal não docente, comparativamente com o período homólogo, registou um aumento de 1,4% no país, tendo crescido na maioria das regiões, com destaque para a Área Metropolitana de Lisboa e o Algarve (+2,0% e +3,5% respetivamente), excetuando a Região Centro e a Região Autónoma da Madeira (-1,8% e -0,3%, respetivamente) (Gráfico 11.1).

Gráfico 11.1 Emprego e variação nos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário por NUTS II, 31 dezembro 2022

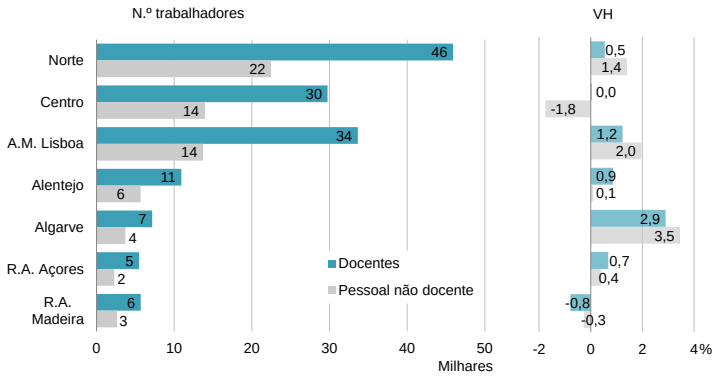
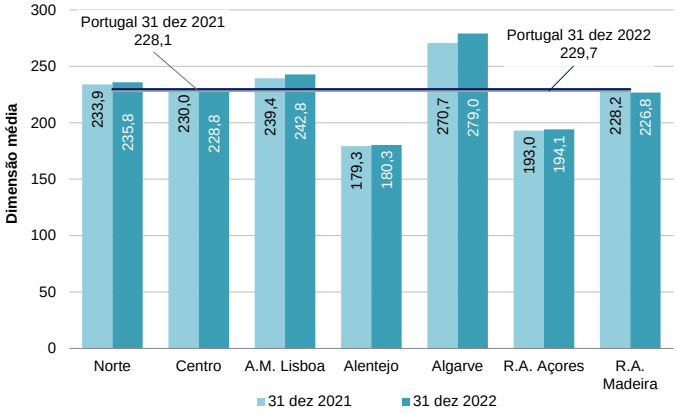


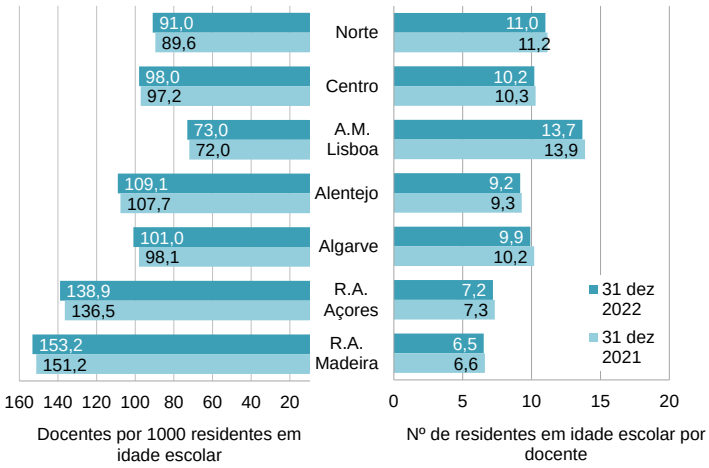
Gráfico 11.2 Dimensão média (número de trabalhadores) dos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário por NUTS II em 31 dezembro, 2021 e 2022



Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023); NUTS - versão 2013.*

Os estabelecimentos de educação e de ensino básico e secundário públicos apresentavam uma dimensão média, em termos de emprego, de 229,7 trabalhadores. Este indicador apresentava o valor máximo no Algarve (279,0) e o valor mínimo nos estabelecimentos do Alentejo, com 180,3 trabalhadores, em média (Quadro 11.1 e Gráfico 11.2).

Gráfico 11.3 Docentes em estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário em comparação com o número de residentes em idade escolar por NUTS II em 31 dezembro, 2021 e 2022



Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023); INE - Estimativas anuais da população residente e Censos 2021; NUTS - versão 2013.*

Segundo os dados recolhidos pelo SIOE, no final de 2022 existiam em Portugal, em média, 11,0 residentes em idade escolar por docente em estabelecimento de educação e ensino básico e secundário. Este indicador era mais elevado na Área Metropolitana de Lisboa (13,7) em oposição à Região Autónoma da Madeira, com 6,5 residentes em idade escolar para cada docente (Quadro 11.1 e Gráfico 11.3).

As Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto (NUTS III) detinham, em conjunto, o maior número de investigadores e docentes de ensino universitário: perto de 50,4% (15 037 e 7 311, respetivamente). Os docentes do ensino superior politécnico tinham maior expressão na região Centro (NUTS II): aproximadamente 34,0% do total (Quadro 11.1).

Em outubro de 2022, as remunerações de base médias dos trabalhadores a tempo completo nos estabelecimentos de educação e ensino públicos, aumentaram em Portugal, face ao período homólogo (+0,9%), crescimento que se verificou em todas as regiões NUTS II, com exceção do Algarve (-0,1%). A Região Autónoma dos Açores registou o crescimento mais elevado (+4,6%). Da mesma forma, o ganho médio dos trabalhadores a tempo completo revelou, em termos homólogos, uma variação positiva no país (+0,8%) e em todas as NUTS II, também com exceção do Algarve (-0,9%) e com destaque para a Região Autónoma dos Açores (+4,3%) (Quadro 11.2).

Quadro 11.2 Distribuição geográfica das remunerações dos trabalhadores a tempo completo em estabelecimentos de educação e ensino públicos por NUTS em outubro, 2018 a 2022

Unidade: Euro

NUTS II e III	ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E ENSINO PÚBLICOS (TODOS OS NÍVEIS DE ENSINO)												
	Remuneração base média mensal							Ganho médio mensal					
	2018 outubro	2019 outubro	2020 outubro	2021 outubro	2022 outubro	Variação (%) VH	Variação (%) out-22/ out-18	2018 outubro	2019 outubro	2020 outubro	2021 outubro	2022 outubro	Variação (%) VH	Variação (%) out-22/ out-18
Portugal	**1 732,5**	**1 787,8**	**1 835,9**	**1 849,9**	**1 866,0**	**0,9**	**7,7**	**1 844,6**	**1 905,3**	**1 947,3**	**1 955,7**	**1 971,2**	**0,8**	**6,9**
Continente	**1 742,7**	**1 797,7**	**1 843,9**	**1 854,4**	**1 867,2**	**0,7**	**7,2**	**1 853,1**	**1 913,5**	**1 953,8**	**1 958,6**	**1 970,9**	**0,6**	**6,4**
Norte	**1 728,0**	**1 787,0**	**1 838,1**	**1 856,4**	**1 867,6**	**0,6**	**8,1**	**1 835,6**	**1 901,5**	**1 952,6**	**1 957,2**	**1 967,9**	**0,6**	**7,2**
Alto Minho	1 635,7	1 695,6	1 756,6	1 782,1	1 770,2	-0,7	8,2	1 738,7	1 804,9	1 857,3	1 878,7	1 867,3	-0,6	7,4
Cávado	1 869,1	1 940,2	1 982,4	2 017,7	2 008,8	-0,4	7,5	1 979,3	2 055,3	2 088,7	2 120,9	2 111,0	-0,5	6,7
Ave	1 687,9	1 745,4	1 818,8	1 826,8	1 856,8	1,6	10,0	1 795,8	1 871,2	1 919,2	1 927,4	1 956,4	1,5	8,9
Área Metropolitana do Porto	1 765,2	1 833,4	1 873,3	1 886,5	1 893,7	0,4	7,3	1 871,9	1 948,3	1 989,2	1 987,6	1 994,8	0,4	6,6
Alto Tâmega	1 647,7	1 696,6	1 788,7	1 803,4	1 829,7	1,5	11,1	1 755,1	1 804,6	1 887,8	1 901,7	1 934,6	1,7	10,2
Tâmega e Sousa	1 495,3	1 524,4	1 588,0	1 607,1	1 662,3	3,4	11,2	1 603,2	1 635,9	1 709,5	1 709,2	1 760,2	3,0	9,8
Douro	1 776,3	1 811,3	1 859,8	1 896,3	1 901,5	0,3	7,1	1 891,0	1 922,0	2 016,2	1 996,3	2 000,2	0,2	5,8
Terras de Trás-os-Montes	1 802,0	1 869,3	1 921,2	1 923,5	1 927,2	0,2	6,9	1 906,1	1 977,8	2 023,7	2 020,2	2 025,8	0,3	6,3
Centro	**1 781,2**	**1 827,6**	**1 887,7**	**1 901,5**	**1 919,5**	**1,0**	**7,8**	**1 891,4**	**1 942,4**	**1 993,2**	**2 003,3**	**2 021,1**	**0,9**	**6,9**
Região de Aveiro	1 867,6	1 949,0	1 968,8	1 977,2	1 996,5	1,0	6,9	1 979,3	2 060,3	2 077,2	2 077,5	2 096,4	0,9	5,9
Região de Coimbra	1 939,1	1 983,1	2 043,7	2 050,3	2 066,2	0,8	6,6	2 047,1	2 103,4	2 149,8	2 156,9	2 168,1	0,5	5,9
Região de Leiria	1 732,1	1 730,2	1 807,2	1 820,0	1 831,1	0,6	5,7	1 847,4	1 843,5	1 912,1	1 923,9	1 931,5	0,4	4,6
Viseu Dão Lafões	1 694,3	1 756,2	1 837,7	1 865,5	1 899,2	1,8	12,1	1 802,6	1 870,4	1 943,0	1 965,5	2 002,1	1,9	11,1
Beiras e Serra da Estrela	1 796,4	1 831,3	1 933,1	1 941,8	1 954,1	0,6	8,8	1 914,2	1 947,4	2 032,8	2 038,5	2 054,0	0,8	7,3
Beira Baixa	1 821,1	1 863,1	1 919,1	1 963,1	1 984,8	1,1	9,0	1 931,2	1 978,6	2 023,8	2 065,5	2 087,7	1,1	8,1
Oeste	1 587,2	1 654,0	1 685,7	1 686,6	1 706,7	1,2	7,5	1 692,3	1 767,4	1 792,8	1 787,9	1 809,8	1,2	6,9
Médio Tejo	1 670,8	1 686,5	1 753,1	1 800,6	1 810,9	0,6	8,4	1 779,2	1 796,8	1 857,6	1 898,8	1 914,1	0,8	7,6
Área Metropolitana de Lisboa	**1 796,9**	**1 852,4**	**1 878,4**	**1 882,2**	**1 892,8**	**0,6**	**5,3**	**1 912,0**	**1 971,4**	**1 987,3**	**1 991,3**	**2 004,0**	**0,6**	**4,8**
Alentejo	**1 650,4**	**1 697,2**	**1 753,9**	**1 741,9**	**1 770,8**	**1,7**	**7,3**	**1 760,3**	**1 814,2**	**1 857,7**	**1 844,8**	**1 872,1**	**1,5**	**6,4**
Alentejo Litoral	1 490,0	1 528,7	1 578,7	1 560,8	1 613,5	3,4	8,3	1 603,4	1 640,6	1 680,0	1 663,8	1 714,2	3,0	6,9
Alto Alentejo	1 596,5	1 679,4	1 725,6	1 675,2	1 742,4	4,0	9,1	1 707,2	1 797,0	1 829,6	1 772,3	1 845,3	4,1	8,1
Alentejo Central	1 826,3	1 822,3	1 909,1	1 929,2	1 943,2	0,7	6,4	1 935,9	1 932,9	2 015,8	2 033,4	2 047,2	0,7	5,8
Baixo Alentejo	1 607,8	1 678,6	1 707,8	1 691,1	1 705,7	0,9	6,1	1 717,0	1 815,2	1 808,0	1 788,4	1 802,9	0,8	5,0
Lezíria do Tejo	1 616,1	1 674,3	1 729,5	1 720,5	1 737,7	1,0	7,5	1 724,7	1 787,4	1 833,8	1 828,8	1 838,3	0,5	6,6
Algarve	**1 543,0**	**1 616,4**	**1 647,8**	**1 665,9**	**1 664,5**	**-0,1**	**7,9**	**1 651,3**	**1 727,3**	**1 762,6**	**1 781,9**	**1 765,8**	**-0,9**	**6,9**
Região Autónoma dos Açores	**1 653,4**	**1 672,0**	**1 721,6**	**1 763,7**	**1 844,7**	**4,6**	**11,6**	**1 797,5**	**1 822,8**	**1 863,4**	**1 901,9**	**1 982,9**	**4,3**	**10,3**
Região Autónoma da Madeira	**1 578,7**	**1 667,2**	**1 750,7**	**1 820,8**	**1 856,6**	**2,0**	**17,6**	**1 700,6**	**1 793,7**	**1 869,5**	**1 933,4**	**1 968,8**	**1,8**	**15,8**

Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023); NUTS - versão 2013.* **Notas:** ver notas do Quadro 10.1.

Gráfico 11.4 Remunerações nos estabelecimentos de educação e ensino públicos por NUTS II, outubro 2022

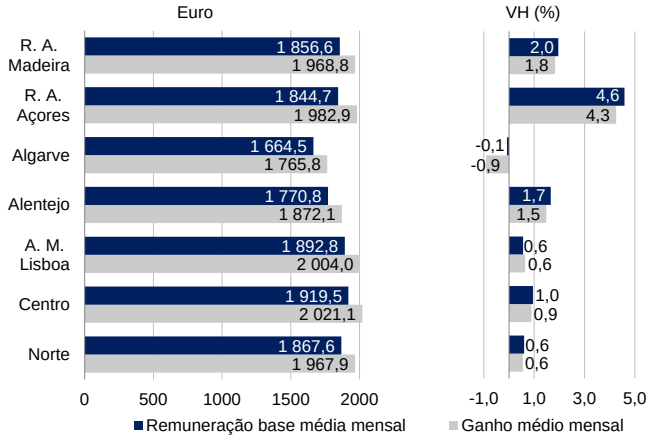
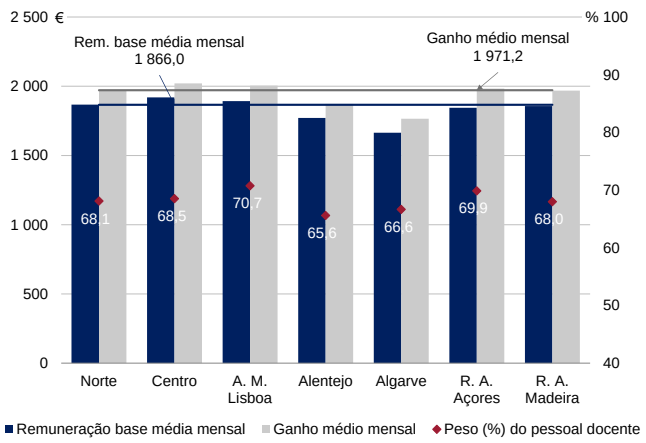


Gráfico 11.5 Remunerações e emprego nos estabelecimentos de educação e ensino públicos por NUTS II, outubro 2022



Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

No território português, o **emprego em estabelecimentos de saúde** do Serviço Nacional de Saúde (SNS) – correspondendo à "Atividade de saúde humana" - concentrava-se, ao nível das regiões NUTS II, no Norte, na Área Metropolitana de Lisboa e na região Centro (no conjunto, 82,1% do total de emprego em saúde, em dezembro de 2022). Destaca-se a região Norte (com mais população residente) como a maior empregadora, com 51 875 trabalhadores nas atividades de saúde humana, correspondendo a 32,9% da distribuição total do emprego e com a maior percentagem do peso do pessoal de saúde, 65,1%.

No indicador Pessoal de saúde por 1 000 residentes, destacam-se as regiões autónomas por apresentarem os valores mais elevados (13,5 na RAA e 12,1 na RAM) enquanto nas restantes regiões NUTS II os valores se aproximavam da média nacional (9,4 trabalhadores da saúde por 1 000 habitantes) (Quadro 11.3).

Quadro 11.3 Distribuição geográfica do emprego na atividade de saúde humana nas administrações públicas por NUTS, 31 dezembro 2022

	Entidades do sector das administrações públicas na "Atividade de saúde humana"									
	Médicos	Enfermeiros	Técnicos de diagnóstico e terapêutica	Técnicos superiores de saúde	Total pessoal de saúde	Total emprego saúde (*)	Peso do pessoal de saúde (%)	Distribuição do total do emprego (%)	Pessoal de saúde por 1000 residentes	Emprego saúde (*) 1000 residentes
NUTS II e III	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1)+(2)+(3)+(4)	(6)	(7)=(5)/(6)	(8)	(9)	(10)
Portugal	**32 445**	**53 664**	**10 295**	**1 661**	**98 065**	**157 730**	**62,2**	**100,0**	**9,4**	**15,1**
Continente	**30 853**	**49 832**	**9 530**	**1 542**	**91 757**	**145 628**	**63,0**	**92,3**	**9,2**	**14,6**
Norte	**12 045**	**18 302**	**2 902**	**507**	**33 756**	**51 875**	**65,1**	**32,9**	**9,3**	**14,3**
Alto Minho	645	1 071	134	31	1 881	3 025	62,2	1,9	8,1	13,0
Cávado	1 319	1 830	246	29	3 424	5 372	63,7	3,4	8,1	12,7
Ave	786	1 170	148	26	2 130	3 099	68,7	2,0	5,1	7,4
Área Metropolitana do Porto	7 231	10 529	1 738	346	19 844	30 036	66,1	19,0	11,2	16,9
Alto Tâmega	97	145	16	0	258	431	59,9	0,3	3,1	5,2
Tâmega e Sousa	920	1 392	215	21	2 548	4 038	63,1	2,6	6,2	9,9
Douro	731	1 434	265	32	2 462	3 866	63,7	2,5	13,4	21,1
Terras de Trás-os-Montes	316	731	140	22	1 209	2 008	60,2	1,3	11,3	18,8
Centro	**6 543**	**11 867**	**2 120**	**351**	**20 881**	**32 795**	**63,7**	**20,8**	**9,3**	**14,5**
Região de Aveiro	797	1 233	171	30	2 231	3 314	67,3	2,1	5,9	8,8
Região de Coimbra	2 540	4 296	793	152	7 781	11 964	65,0	7,6	17,7	27,2
Região de Leiria	616	1 136	174	25	1 951	2 961	65,9	1,9	6,7	10,2
Viseu Dão Lafões	855	1 312	221	30	2 418	3 584	67,5	2,3	9,6	14,2
Beiras e Serra da Estrela	587	1 354	253	41	2 235	3 865	57,8	2,5	10,7	18,6
Beira Baixa	191	513	103	17	824	1 376	59,9	0,9	10,2	17,0
Oeste	528	984	182	25	1 719	2 857	60,2	1,8	4,6	7,6
Médio Tejo	429	1 039	223	31	1 722	2 874	59,9	1,8	7,5	12,4
Área Metropolitana de Lisboa	**9 641**	**14 044**	**3 279**	**548**	**27 512**	**44 888**	**61,3**	**28,5**	**9,5**	**15,5**
Alentejo	**1 440**	**3 311**	**709**	**79**	**5 539**	**9 414**	**58,8**	**6,0**	**7,8**	**13,2**
Alentejo Litoral	144	409	94	6	653	1 127	57,9	0,7	6,6	11,4
Alto Alentejo	193	614	119	10	936	1 684	55,6	1,1	9,0	16,2
Alentejo Central	455	818	195	10	1 478	2 379	62,1	1,5	9,7	15,6
Baixo Alentejo	200	630	141	29	1 000	1 787	56,0	1,1	8,7	15,5
Lezíria do Tejo	448	840	160	24	1 472	2 437	60,4	1,5	6,1	10,0
Algarve	**1 184**	**2 308**	**520**	**57**	**4 069**	**6 656**	**61,1**	**4,2**	**8,6**	**14,1**
Região Autónoma dos Açores	**860**	**1 918**	**433**	**35**	**3 246**	**6 309**	**51,5**	**4,0**	**13,5**	**26,3**
Região Autónoma da Madeira	**732**	**1 914**	**332**	**84**	**3 062**	**5 793**	**52,9**	**3,7**	**12,1**	**22,9**

Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023); INE – Estimativas anuais da população residente e Censos 2021; Ver IV. Notas técnicas.*
Notas: (*) Emprego em estabelecimentos de saúde do Serviço Nacional de Saúde (SNS) classificados na atividade de saúde humana.
" - ": Ver sinais convencionais.
NUTS - versão 2013.

Gráfico 11.6 Emprego e variação na atividade de saúde humana por NUTS II, 31 dezembro 2022

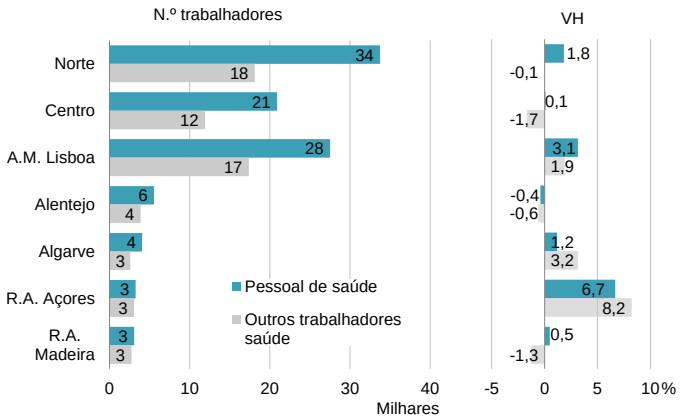
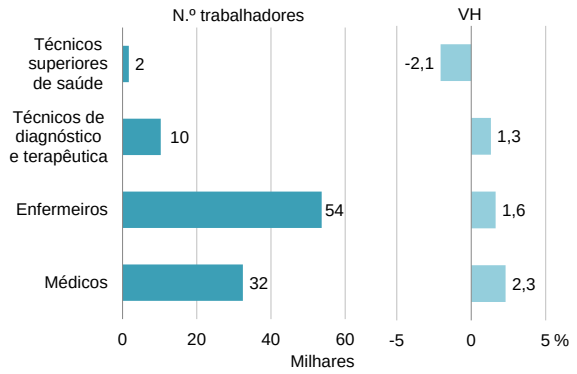


Gráfico 11.7 Emprego e variação do pessoal de saúde na atividade de saúde humana, 31 dezembro 2022



***Fonte**: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023); NUTS - versão 2013.*

Gráfico 11.8 Estrutura do emprego nos estabelecimentos de saúde por NUTS II, 31 dezembro 2022

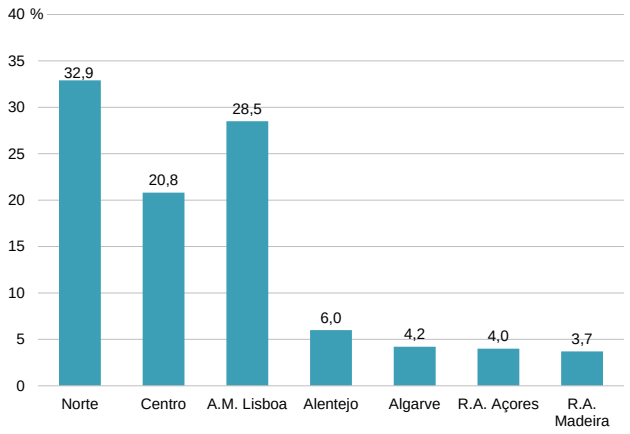
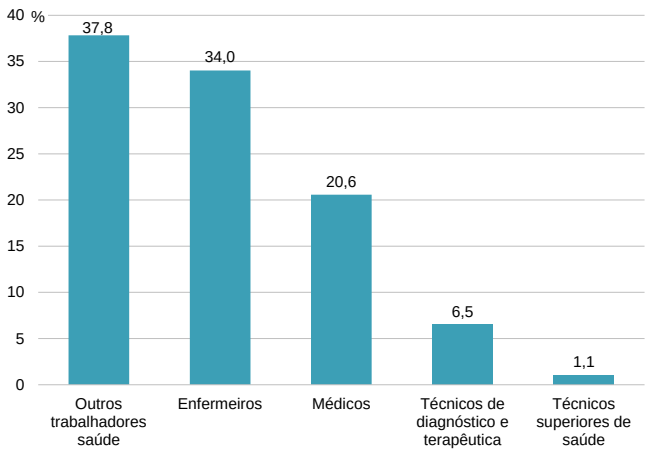


Gráfico 11.9 Estrutura do emprego nos estabelecimentos de saúde por carreira e grupo, 31 dezembro 2022



***Fonte**: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023); NUTS - versão 2013.*

Em termos homólogos constata-se que o emprego do pessoal de saúde na atividade de saúde humana (CAE 86) aumentou em Portugal (+1,8% face a 31 de dezembro de 2021) e em todas as regiões com exceção do Alentejo (-0,4%), com maior ênfase na Região Autónoma dos Açores (+6,7%). A carreira médica, que representa 20,6% do emprego em entidades classificadas na atividade de saúde humana, registou o maior crescimento homólogo (+2,3%), seguindo-se a carreira de enfermagem (+1,6%) e a carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica (+1,3%). Salienta-se que as carreiras médica e de enfermagem representam mais de metade no total do emprego em entidades classificadas na atividade de saúde humana (54,6%) (Quadro 11.3 e Gráficos 11.6 a 11.9).

No emprego de outros trabalhadores dos estabelecimentos de saúde na atividade de saúde humana registou-se um aumento em Portugal de 0,6% face ao período homólogo, com variações homólogas entre -1,7% na Região Centro e +8,2% na Região Autónoma dos Açores.

As Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto eram as regiões NUTS III com maior número de médicos, correspondendo, no seu conjunto a 17,2% (9 641 e 7 231, respetivamente) do total do pessoal de saúde. Os enfermeiros concentravam-se nas mesmas regiões NUTS III, ou seja, nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, totalizando um emprego de 24 573, correspondendo a 25,1% do total do pessoal de saúde (Quadro 11.3).

No mês de referência, outubro 2022, as remunerações de base médias dos trabalhadores a tempo completo nos estabelecimentos hospitalares públicos e centros de saúde aumentaram 2,8% em termos homólogos, tendo registado aumentos em todas as regiões com maior expressividade na Região Autónoma dos Açores e na Área Metropolitana de Lisboa (+3,8% e +3,4% respetivamente). Os ganhos médios dos trabalhadores a tempo completo, apresentaram variações homólogas entre -1,5% (na Região Autónoma da Madeira) e +6,6% (na Área Metropolitana de Lisboa) (Quadro 11.4 e Gráfico 11.10).

Quadro 11.4 Distribuição geográfica das remunerações dos trabalhadores a tempo completo na atividade de saúde humana nas administrações públicas por NUTS em outubro, 2018 a 2022

Unidade: Euro

NUTS II e III	ENTIDADES DO SECTOR DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS NA "ATIVIDADE DE SAÚDE HUMANA"												
	Remuneração base média mensal							Ganho médio mensal					
	2018 outubro	2019 outubro	2020 outubro	2021 outubro	2022 outubro	Variação (%) VH	Variação (%) out-22/ out-18	2018 outubro	2019 outubro	2020 outubro	2021 outubro	2022 outubro	Variação (%) VH	Variação (%) out-22/ out-18
Portugal	**1 432,0**	**1 472,0**	**1 455,5**	**1 457,5**	**1 498,2**	**2,8**	**4,6**	**1 828,2**	**1 861,6**	**1 846,0**	**1 862,5**	**1 960,9**	**5,3**	**7,3**
Continente	**1 442,7**	**1 483,5**	**1 463,9**	**1 466,7**	**1 507,9**	**2,8**	**4,5**	**1 835,2**	**1 868,9**	**1 843,6**	**1 858,0**	**1 965,0**	**5,8**	**7,1**
Norte	**1 481,4**	**1 505,1**	**1 488,2**	**1 499,9**	**1 543,3**	**2,9**	**4,2**	**1 908,4**	**1 936,4**	**1 899,0**	**1 920,2**	**2 040,3**	**6,3**	**6,9**
Alto Minho	1 572,5	1 601,1	1 559,7	1 578,6	1 595,9	1,1	1,5	1 956,7	1 969,5	2 020,4	2 010,5	2 046,8	1,8	4,6
Cávado	1 542,0	1 485,5	1 479,7	1 448,7	1 485,0	2,5	-3,7	1 985,8	1 866,2	1 881,7	1 873,1	1 995,5	6,5	0,5
Ave	1 538,5	1 566,3	1 521,1	1 518,3	1 573,5	3,6	2,3	1 981,4	2 037,4	1 987,4	1 965,7	2 067,7	5,2	4,4
Área Metropolitana do Porto	1 469,5	1 492,1	1 490,9	1 508,8	1 557,1	3,2	6,0	1 885,9	1 915,2	1 877,0	1 906,0	2 024,4	6,2	7,3
Alto Tâmega	1 625,1	1 660,8	1 620,9	1 642,9	1 644,8	0,1	1,2	2 080,3	2 085,9	1 995,6	2 103,2	2 084,3	-0,9	0,2
Tâmega e Sousa	1 436,7	1 486,2	1 397,1	1 446,2	1 515,8	4,8	5,5	1 873,2	1 944,8	1 816,5	1 920,6	2 064,4	7,5	10,2
Douro	1 486,0	1 530,2	1 502,4	1 483,7	1 498,3	1,0	0,8	1 948,6	2 025,0	1 976,0	1 942,6	2 045,3	5,3	5,0
Terras de Trás-os-Montes	1 423,5	1 471,5	1 433,5	1 464,6	1 492,1	1,9	4,8	1 939,1	2 013,2	1 947,5	1 971,2	2 279,8	15,7	17,6
Centro	**1 468,6**	**1 517,8**	**1 497,8**	**1 494,2**	**1 528,4**	**2,3**	**4,1**	**1 845,2**	**1 887,3**	**1 850,7**	**1 869,5**	**1 972,0**	**5,5**	**6,9**
Região de Aveiro	1 545,8	1 586,6	1 554,8	1 567,3	1 626,4	3,8	5,2	1 958,5	1 945,6	1 870,1	1 874,0	2 007,7	7,1	2,5
Região de Coimbra	1 485,3	1 540,2	1 526,6	1 525,3	1 547,3	1,4	4,2	1 836,1	1 913,8	1 880,6	1 887,2	1 992,3	5,6	8,5
Região de Leiria	1 451,3	1 494,3	1 478,4	1 467,6	1 506,2	2,6	3,8	1 720,4	1 784,8	1 759,9	1 785,3	1 872,0	4,9	8,8
Viseu Dão Lafões	1 512,8	1 564,4	1 551,0	1 556,0	1 602,8	3,0	6,0	1 984,8	2 003,8	1 925,8	1 980,1	2 098,3	6,0	5,7
Beiras e Serra da Estrela	1 388,7	1 435,3	1 426,3	1 427,0	1 441,0	1,0	3,8	1 857,9	1 854,3	1 858,5	1 864,2	1 962,0	5,3	5,6
Beira Baixa	1 455,6	1 520,7	1 451,0	1 423,0	1 478,7	3,9	1,6	1 852,3	1 937,6	1 854,5	1 835,9	1 957,8	6,6	5,7
Oeste	1 475,7	1 510,9	1 489,6	1 463,5	1 488,1	1,7	0,9	1 880,4	1 861,9	1 859,8	1 892,6	1 936,1	2,3	3,0
Médio Tejo	1 376,2	1 427,0	1 398,0	1 393,5	1 452,4	4,2	5,5	1 661,5	1 720,0	1 689,0	1 746,2	1 850,1	6,0	11,4
Área Metropolitana de Lisboa	**1 405,9**	**1 454,9**	**1 439,2**	**1 437,9**	**1 487,1**	**3,4**	**5,8**	**1 767,3**	**1 814,7**	**1 811,1**	**1 810,7**	**1 930,1**	**6,6**	**9,2**
Alentejo	**1 394,8**	**1 428,8**	**1 387,7**	**1 396,4**	**1 427,6**	**2,2**	**2,4**	**1 813,6**	**1 844,8**	**1 846,5**	**1 878,8**	**1 943,9**	**3,5**	**7,2**
Alentejo Litoral	1 275,5	1 310,9	1 290,4	1 299,1	1 319,1	1,5	3,4	1 653,8	1 725,8	1 740,6	1 790,0	1 885,3	5,3	14,0
Alto Alentejo	1 379,4	1 428,8	1 407,4	1 416,4	1 449,4	2,3	5,1	1 833,2	1 888,9	1 908,3	1 956,6	1 987,2	1,6	8,4
Alentejo Central	1 449,0	1 483,3	1 430,8	1 439,3	1 482,6	3,0	2,3	1 905,0	1 926,0	1 893,8	1 916,1	1 985,8	3,6	4,2
Baixo Alentejo	1 394,7	1 397,0	1 361,6	1 373,4	1 391,7	1,3	-0,2	1 827,4	1 827,1	1 863,9	1 916,5	1 942,2	1,3	6,3
Lezíria do Tejo	1 405,4	1 452,6	1 396,2	1 402,5	1 433,6	2,2	2,0	1 773,2	1 805,2	1 795,9	1 804,8	1 902,9	5,4	7,3
Algarve	**1 338,3**	**1 403,2**	**1 367,7**	**1 360,0**	**1 384,4**	**1,8**	**3,4**	**1 729,3**	**1 629,7**	**1 567,8**	**1 592,0**	**1 603,9**	**0,8**	**-7,3**
Região Autónoma dos Açores	**1 352,0**	**1 334,9**	**1 345,0**	**1 326,5**	**1 377,5**	**3,8**	**1,9**	**1 834,6**	**1 838,1**	**1 866,9**	**1 855,7**	**1 870,6**	**0,8**	**2,0**
Região Autónoma da Madeira	**1 249,6**	**1 326,2**	**1 355,4**	**1 356,6**	**1 376,9**	**1,5**	**10,2**	**1 651,4**	**1 708,3**	**1 883,8**	**1 979,4**	**1 950,1**	**-1,5**	**18,1**

Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023); NUTS - versão 2013.* ***Notas:*** *Ver Quadro 10.3.*

Gráfico 11.10 Remunerações nos estabelecimentos de saúde por NUTS II, outubro 2022

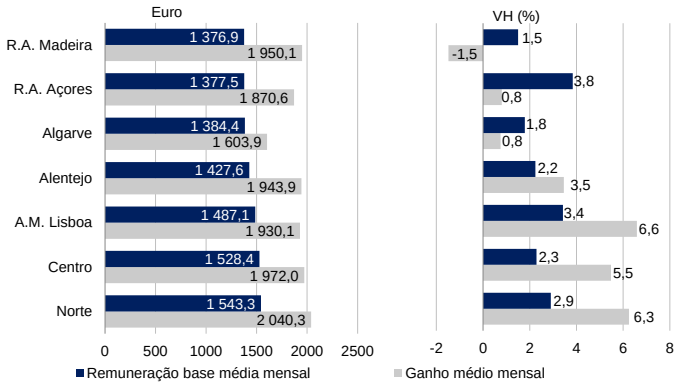
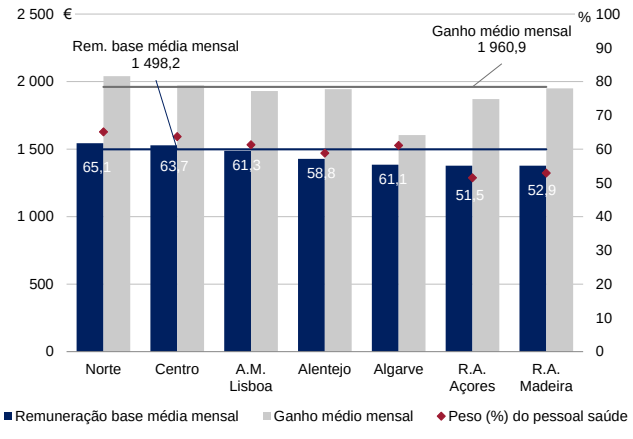


Gráfico 11.11 Remunerações e emprego nos estabelecimentos de saúde por NUTS II, outubro 2022



Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

12. Distribuição geográfica do emprego e remunerações nas câmaras municipais por NUTS

A 31 de dezembro de 2022, as câmaras municipais apresentaram uma dimensão média de emprego de 355,8 trabalhadores, registando, por NUTS III, o valor máximo na Área Metropolitana de Lisboa (1 555,5 trabalhadores) e os menores valores (abaixo de 200 trabalhadores) na Região Autónoma dos Açores, no Douro, na Beira Baixa e no Alto Alentejo (Quadro 12.1). É de notar que, apesar da elevada dimensão média das câmaras municipais na Área Metropolitana de Lisboa, o emprego nas câmaras municipais por mil residentes situa-se, nesta região, abaixo da média nacional (Quadro 12.1 e Gráfico 12.2).

Quadro 12.1 Distribuição geográfica do emprego em câmaras municipais por NUTS, 31 dezembro 2022

	Câmaras Municipais (N.º)	Rep. poder legislativo e órgãos executivos	Dirigente	Técnico Superior	Informát.	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Polícia Municipal	Bombeiro	Outro Pessoal	Total Emprego	Dimensão média CM	Emp CM por 1000 residentes
NUTS II e III	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(11)/(1)	(13)
Portugal	**308**	**1 243**	**4 143**	**24 249**	**1 582**	**26 125**	**47 977**	**1 545**	**2 626**	**99**	**109 589**	**355,8**	**10,5**
Continente	**278**	**1 136**	**3 981**	**23 401**	**1 500**	**24 837**	**44 376**	**1 519**	**2 404**	**99**	**103 253**	**371,4**	**10,4**
Norte	**86**	**371**	**1 247**	**7 058**	**475**	**7 182**	**12 715**	**660**	**627**	**14**	**30 349**	**352,9**	**8,4**
Alto Minho	10	37	89	476	45	665	1 169	0	60	0	**2 541**	254,1	10,9
Cávado	6	28	114	691	51	634	1 135	40	91	0	**2 784**	464,0	6,6
Ave	8	38	143	793	44	724	1 318	92	0	0	**3 152**	394,0	7,5
Área Metropolitana do Porto	17	102	555	3 165	206	3 011	4 374	475	475	10	**12 373**	727,8	7,0
Alto Tâmega	6	22	67	303	25	366	698	6	0	0	**1 487**	247,8	17,8
Tâmega e Sousa	11	50	123	651	34	709	1 631	47	0	1	**3 246**	295,1	8,0
Douro	19	63	95	624	39	697	1 419	0	1	2	**2 940**	154,7	16,0
Terras de Trás-os-Montes	9	31	61	355	31	376	971	0	0	1	**1 826**	202,9	17,1
Centro	**100**	**386**	**904**	**5 265**	**348**	**5 548**	**10 636**	**82**	**347**	**8**	**23 524**	**235,2**	**10,4**
Região de Aveiro	11	48	136	707	49	690	1 070	20	0	0	**2 720**	247,3	7,2
Região de Coimbra	19	78	195	1 126	66	1 081	2 099	40	153	3	**4 841**	254,8	11,0
Região de Leiria	10	40	95	480	27	582	922	0	54	0	**2 200**	220,0	7,6
Viseu Dão Lafões	14	54	97	550	46	712	1 555	22	61	1	**3 098**	221,3	12,2
Beiras e Serra da Estrela	15	50	112	750	39	671	1 454	0	0	0	**3 076**	205,1	14,8
Beira Baixa	6	16	28	294	18	259	571	0	0	0	**1 186**	197,7	14,7
Oeste	12	52	119	743	47	848	1 648	0	2	0	**3 459**	288,3	9,2
Médio Tejo	13	48	122	615	56	705	1 317	0	77	4	**2 944**	226,5	12,7
Área Metropolitana de Lisboa	**18**	**106**	**1 143**	**7 167**	**383**	**6 817**	**10 525**	**737**	**1 057**	**64**	**27 999**	**1 555,5**	**9,7**
Alentejo	**58**	**203**	**374**	**2 391**	**193**	**3 227**	**7 394**	**0**	**119**	**10**	**13 911**	**239,8**	**19,5**
Alentejo Litoral	5	21	79	380	29	568	1 125	0	0	1	**2 203**	440,6	22,2
Alto Alentejo	15	54	63	415	35	557	1 402	0	5	3	**2 534**	168,9	24,3
Alentejo Central	14	42	85	534	53	742	2 005	0	0	3	**3 464**	247,4	22,7
Baixo Alentejo	13	40	76	478	34	642	1 694	0	0	1	**2 965**	228,1	25,7
Lezíria do Tejo	11	46	71	584	42	718	1 168	0	114	2	**2 745**	249,6	11,3
Algarve	**16**	**70**	**313**	**1 520**	**101**	**2 063**	**3 106**	**40**	**254**	**3**	**7 470**	**466,9**	**15,8**
Região Autónoma dos Açores	**19**	**64**	**61**	**418**	**41**	**725**	**1 787**	**26**	**0**	**0**	**3 122**	**164,3**	**13,0**
Região Autónoma da Madeira	**11**	**43**	**101**	**430**	**41**	**563**	**1 814**	**0**	**222**	**0**	**3 214**	**292,2**	**12,7**

Fontes: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023); INE - Estimativas anuais da população residente e Censos 2021; Ver IV. Notas Técnicas*
Nota: " - ": Ver sinais convencionais.
NUTS - versão 2013.

No território português, o emprego nas câmaras municipais predominava nas NUTS II mais populosas: região Norte, Área Metropolitana de Lisboa e região Centro que, no seu conjunto, abrangiam 74,7% do total de emprego das câmaras municipais (Quadro 12.1 e Gráfico 12.1). No entanto, considerando o indicador de emprego nas câmaras relativizado pela população, registavam-se valores máximos na região Alentejo (19,5 trabalhadores por mil residentes) e no Algarve (15,8), enquanto a região Norte apresentava o valor mínimo (8,4) (Quadro 12.1 e Gráfico 12.2).

Numa análise dos indicadores referentes a 31 de dezembro de 2022, face ao mesmo período de 2021, constata-se que o emprego nas câmaras municipais aumentou em Portugal (+2,2%) e em todas as regiões com exceção da Região Autónoma da Madeira (-1,1%), verificando-se o maior acréscimo na Região Centro (+3,2%), seguindo-se a Região Autónoma dos Açores (+2,7%), a Área Metropolitana de Lisboa (+2,5%) e Região Norte (+2,4%) (Gráfico 12.1).

Gráfico 12.1 Emprego e variação nas câmaras municipais por NUTS II, 31 dezembro 2022

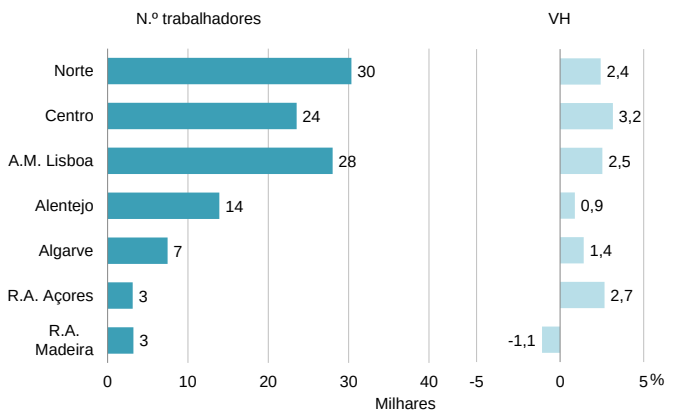
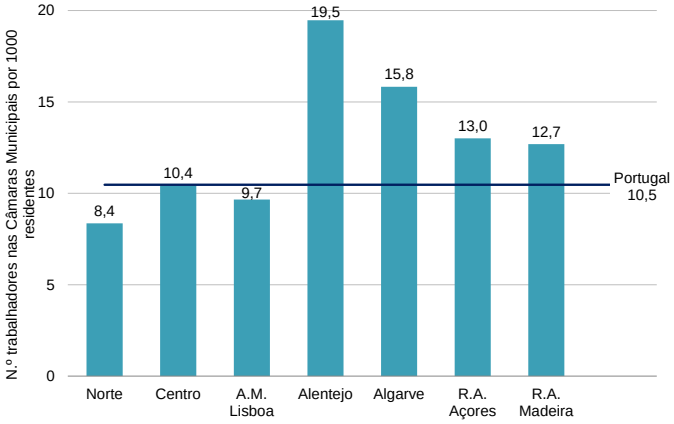


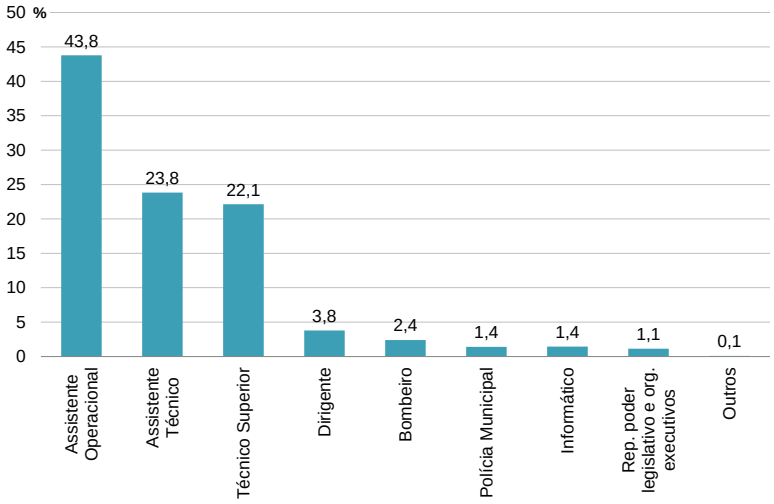
Gráfico 12.2 N.º de trabalhadores nas câmaras municipais por mil residentes, por NUTS II, 31 dezembro 2022



***Fonte**: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023); NUTS - versão 2013.*

Em Portugal e em todas as regiões as carreiras gerais eram as mais representadas no emprego das câmaras municipais, salientando-se a carreira de assistente operacional que correspondia a perto de metade do emprego nos municípios (43,8%) (Quadro 12.1 e Gráfico 12.3).

Gráfico 12.3 Estrutura do emprego nas câmaras municipais por carreira e grupo, 31 dezembro 2022



***Fonte**: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

No mês de referência (outubro) do segundo semestre de 2022 registou-se um aumento das remunerações de base médias mensais dos trabalhadores a tempo completo nas câmaras municipais em todas as regiões NUTS II, com variações homólogas entre +1,6% e +5,1%. A remuneração média mensal e o ganho médio mensal dos trabalhadores na Área Metropolitana de Lisboa situava-se acima da média nacional essencialmente devido à maior expressão de técnicos superiores nas câmaras municipais desta região (Quadro 12.2 e Gráficos 12.4 e 12.5).

Quadro 12.2 Distribuição geográfica das remunerações dos trabalhadores a tempo completo nas câmaras municipais por NUTS em outubro, 2018 a 2022

Unidade: Euro

NUTS II e III	CÂMARAS MUNICIPAIS												
	Remuneração base média mensal							Ganho médio mensal					
	2018 outubro	2019 outubro	2020 outubro	2021 outubro	2022 outubro	Variação (%) VH	Variação (%) out-22/ out-18	2018 outubro	2019 outubro	2020 outubro	2021 outubro	2022 outubro	Variação (%) VH	Variação (%) out-22/ out-18
Portugal	**994,6**	**1 025,0**	**1 047,1**	**1 056,6**	**1 084,7**	**2,7**	**9,1**	**1 170,8**	**1 203,0**	**1 213,3**	**1 230,8**	**1 270,5**	**3,2**	**8,5**
Continente	**999,7**	**1 030,4**	**1 053,5**	**1 062,2**	**1 089,9**	**2,6**	**9,0**	**1 176,5**	**1 209,1**	**1 221,0**	**1 236,9**	**1 276,4**	**3,2**	**8,5**
Norte	**1 013,7**	**1 044,2**	**1 070,9**	**1 079,3**	**1 105,4**	**2,4**	**9,1**	**1 163,8**	**1 193,7**	**1 211,8**	**1 223,1**	**1 250,7**	**2,3**	**7,5**
Alto Minho	949,7	974,5	1 007,3	1 023,3	1 051,4	2,7	10,7	1 084,4	1 104,8	1 130,3	1 150,2	1 173,0	2,0	8,2
Cávado	1 053,9	1 060,0	1 083,7	1 094,2	1 125,2	2,8	6,8	1 208,3	1 213,4	1 228,6	1 252,4	1 286,7	2,7	6,5
Ave	992,4	1 028,0	1 053,2	1 061,8	1 103,8	4,0	11,2	1 132,7	1 170,8	1 182,1	1 192,7	1 239,1	3,9	9,4
Área Metropolitana do Porto	1 057,9	1 093,7	1 121,3	1 125,9	1 146,0	1,8	8,3	1 223,6	1 260,4	1 283,7	1 291,0	1 311,0	1,6	7,1
Alto Tâmega	967,5	1 003,6	1 021,6	1 025,9	1 047,2	2,1	8,2	1 105,3	1 137,4	1 150,2	1 150,7	1 164,1	1,2	5,3
Tâmega e Sousa	975,2	1 012,6	1 041,7	1 065,4	1 078,9	1,3	10,6	1 110,5	1 144,2	1 162,4	1 185,8	1 209,0	2,0	8,9
Douro	967,5	997,9	1 020,7	1 022,1	1 068,2	4,5	10,4	1 102,8	1 133,0	1 139,0	1 142,2	1 188,1	4,0	7,7
Terras de Trás-os-Montes	976,2	994,4	1 012,3	1 017,6	1 035,4	1,8	6,1	1 116,6	1 134,5	1 131,8	1 141,1	1 163,7	2,0	4,2
Centro	**971,1**	**999,1**	**1 025,1**	**1 036,8**	**1 072,7**	**3,5**	**10,5**	**1 113,0**	**1 142,9**	**1 155,1**	**1 171,1**	**1 208,4**	**3,2**	**8,6**
Região de Aveiro	1 057,0	1 086,7	1 112,1	1 135,6	1 144,1	0,8	8,2	1 207,6	1 227,5	1 247,3	1 268,5	1 274,7	0,5	5,6
Região de Coimbra	979,2	1 007,7	1 032,5	1 037,5	1 081,3	4,2	10,4	1 135,7	1 171,9	1 182,2	1 191,4	1 238,6	4,0	9,1
Região de Leiria	993,9	1 015,4	1 033,6	1 065,4	1 077,4	1,1	8,4	1 138,9	1 161,2	1 167,8	1 202,6	1 221,4	1,6	7,2
Viseu Dão Lafões	927,2	964,5	971,8	1 003,9	1 012,2	0,8	9,2	1 066,6	1 095,7	1 093,8	1 136,9	1 138,9	0,2	6,8
Beiras e Serra da Estrela	943,0	970,4	1 015,3	1 013,2	1 088,6	7,5	15,4	1 070,4	1 091,7	1 129,2	1 129,2	1 208,6	7,0	12,9
Beira Baixa	950,9	961,8	1 004,2	1 008,0	1 030,4	2,2	8,4	1 073,5	1 085,8	1 113,2	1 124,3	1 143,3	1,7	6,5
Oeste	964,2	984,9	1 017,1	1 025,5	1 065,2	3,9	10,5	1 110,4	1 140,6	1 144,2	1 166,7	1 208,5	3,6	8,8
Médio Tejo	955,9	990,8	1 007,7	1 008,7	1 061,7	5,3	11,1	1 084,4	1 133,2	1 133,0	1 129,0	1 186,4	5,1	9,4
Área Metropolitana de Lisboa	**1 061,2**	**1 095,3**	**1 114,0**	**1 124,1**	**1 144,0**	**1,8**	**7,8**	**1 309,1**	**1 351,3**	**1 360,1**	**1 382,5**	**1 411,9**	**2,1**	**7,9**
Alentejo	**919,9**	**948,2**	**966,0**	**974,4**	**1 004,8**	**3,1**	**9,2**	**1 077,0**	**1 103,3**	**1 104,7**	**1 126,1**	**1 212,7**	**7,7**	**12,6**
Alentejo Litoral	926,8	962,9	980,2	985,7	1 025,3	4,0	10,6	1 098,3	1 130,3	1 135,0	1 157,3	1 209,8	4,5	10,2
Alto Alentejo	917,6	926,8	960,8	968,4	1 000,7	3,3	9,1	1 065,7	1 064,3	1 085,4	1 108,5	1 137,1	2,6	6,7
Alentejo Central	905,0	931,3	942,3	955,6	981,8	2,7	8,5	1 064,4	1 078,2	1 076,5	1 101,0	1 328,1	20,6	24,8
Baixo Alentejo	897,1	925,1	946,5	949,1	969,9	2,2	8,1	1 037,4	1 073,8	1 074,6	1 086,3	1 120,4	3,1	8,0
Lezíria do Tejo	960,7	1 006,1	1 013,4	1 023,2	1 061,2	3,7	10,5	1 130,4	1 187,0	1 170,8	1 194,1	1 235,6	3,5	9,3
Algarve	**952,4**	**987,9**	**1 008,6**	**1 008,2**	**1 039,8**	**3,1**	**9,2**	**1 114,0**	**1 152,2**	**1 160,7**	**1 166,0**	**1 210,0**	**3,8**	**8,6**
Região Autónoma dos Açores	**902,4**	**916,3**	**926,8**	**952,9**	**968,3**	**1,6**	**7,3**	**1 063,6**	**1 072,7**	**1 079,4**	**1 109,3**	**1 132,6**	**2,1**	**6,5**
Região Autónoma da Madeira	**916,8**	**954,5**	**963,6**	**982,8**	**1 033,0**	**5,1**	**12,7**	**1 091,2**	**1 128,4**	**1 101,8**	**1 157,3**	**1 216,2**	**5,1**	**11,5**

Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023); NUTS - versão 2013.* **Notas:** Ver Quadro 11.1.

Gráfico 12.4 Remunerações nas câmaras municipais por NUTS II, outubro 2022

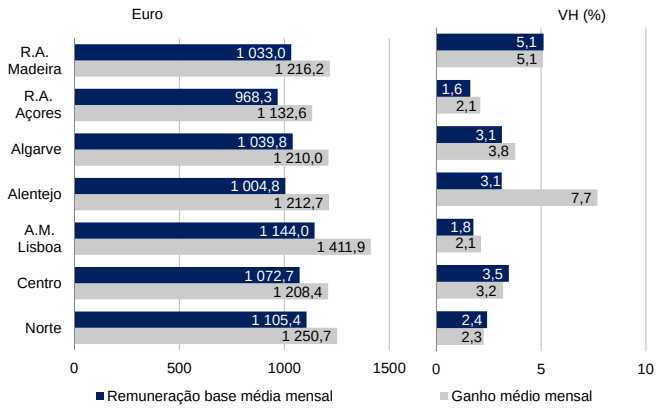
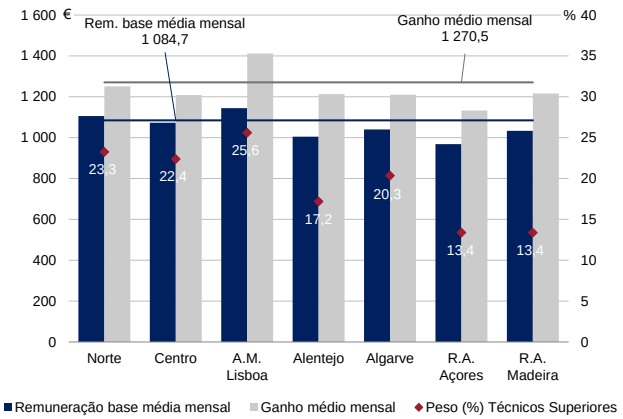


Gráfico 12.5 Remunerações e emprego nas câmaras municipais por NUTS II, outubro 2022



Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023)*

13. Prestações de serviços em entidades da administração direta e indireta do Estado

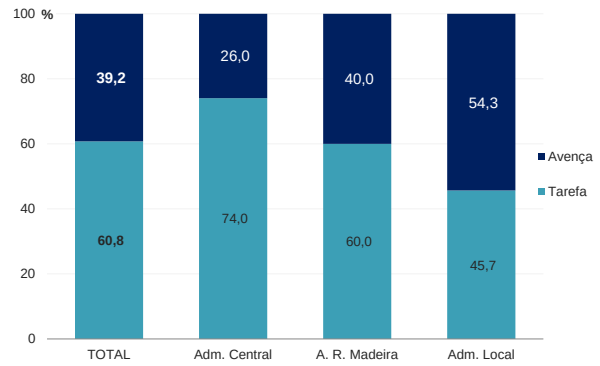
Quadro 13.1 Prestações de serviços por nível de administração em 31 dezembro/2º semestre, 2021 e 2022

Unidade: prestador de serviço	Distribuição dos prestadores de serviços segundo a modalidade de prestação de serviços no último dia do semestre (N.º)						Variação Homóloga	Distribuição dos prestadores de serviços segundo a modalidade de prestação de serviços no semestre (N.º)						Variação Homóloga
	31 dez 2021			31 dez 2022				31 dez 2021			31 dez 2022			
	Tarefa	Avença	Total	Tarefa	Avença	Total	N.º	Tarefa	Avença	Total	Tarefa	Avença	Total	N.º
TOTAL	7 916	7 453	15 369	7 932	8 157	16 089	720	30 867	9 126	39 993	14 864	9 596	24 460	-15 533
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	**5 645**	**2 540**	**8 185**	**5 340**	**2 972**	**8 312**	**127**	**26 626**	**2 960**	**29 586**	**9 637**	**3 379**	**13 016**	**-16 570**
Órgãos de Soberania e Entidades Independentes (i)	53	30	83	11	35	46	-37	63	41	104	31	41	72	-32
Presidência do Conselho de Ministros	256	72	328	326	103	429	101	18 180	75	18 255	440	103	543	-17 712
Negócios Estrangeiros	26	18	44	46	12	58	14	114	74	188	231	72	303	115
Defesa Nacional	0	362	362	1	378	379	17	0	415	415	1	429	430	15
Administração Interna	50	70	120	39	76	115	-5	50	71	121	39	79	118	-3
Justiça	372	582	954	13	868	881	-73	408	594	1 002	13	885	898	-104
Finanças	0	2	2	0	1	1	-1	0	4	4	0	3	3	-1
Economia e Mar	5	572	577	5	648	653	76	6	694	700	9	740	749	49
Cultura	16	21	37	6	24	30	-7	27	26	53	26	31	57	4
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	301	105	406	304	100	404	-2	1 363	117	1 480	1 753	118	1 871	391
Educação	99	111	210	17	122	139	-71	163	217	380	76	222	298	-82
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	4 007	364	4 371	4 125	372	4 497	126	5 751	374	6 125	6 542	396	6 938	813
Saúde	454	189	643	436	202	638	-5	488	215	703	465	229	694	-9
Ambiente e Ação Climática	0	10	10	0	10	10	0	2	11	13	0	10	10	-3
Infraestruturas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Habitação	3	0	3	9	0	9	6	6	0	6	9	0	9	3
Coesão Territorial	0	1	1	0	1	1	0	0	1	1	0	1	1	0
Agricultura e Alimentação	3	31	34	2	20	22	-12	5	31	36	2	20	22	-14
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL	**2 271**	**4 913**	**7 184**	**2 592**	**5 185**	**7 777**	**593**	**4 241**	**6 166**	**10 407**	**5 227**	**6 217**	**11 444**	**1 037**
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DOS AÇORES	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA MADEIRA	**2**	**6**	**8**	**6**	**2**	**8**	**0**	**8**	**9**	**17**	**9**	**6**	**15**	**-2**
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	**2 269**	**4 907**	**7 176**	**2 586**	**5 183**	**7 769**	**593**	**4 233**	**6 157**	**10 390**	**5 218**	**6 211**	**11 429**	**1 039**

Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023); série revista*

Notas: (i) inclui tribunais; dados não disponíveis para Assembleia da República e Serviços de apoio direto ao Presidente da República.
Inclui administração direta e indireta; não inclui sector empresarial, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Serviços Municipalizados e outros Serviços Autónomos da Administração Autárquica.

Gráfico 13.1 Estrutura das prestações de serviços por modalidade, 2.º semestre 2022



Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023); série revista*

As prestações de serviços contabilizadas no último dia do 2.º semestre de 2022 registaram um aumento de 4,7%, quando comparadas com o período homólogo, enquanto as contabilizadas durante o 2.º semestre de 2022 registaram uma diminuição de 38,8%. Esta descida, atribuída à área governativa da Presidência do Conselho de Ministros, é devida ao término das prestações de serviço no âmbito dos Censos 2021 (Instituto Nacional de Estatística). No 2.º semestre de 2022, 60,8% do total de contratos de prestações de serviços foram celebrados na modalidade de tarefa (Gráfico 13.1). Em 31 de dezembro de 2022, a grande maioria dos prestadores de serviços (89,4%) exerciam a sua atividade em entidades enquadradas na atividade "Administração Pública, Defesa e Segurança Social obrigatória" (Secção O) (Quadro 13.2).

Quadro 13.2 Prestações de serviços por atividade económica em 31 dezembro, 2021 e 2022

Unidade: prestador de serviço		Distribuição segundo a modalidade de prestação de serviços no último dia do semestre (N.º)						Estrutura %		Variação Homóloga	
		31 dez 2021			31 dez 2022			31 dez 2021	31 dez 2022	N.º	%
Secção	CAE Rev.3	Tarefa	Avença	Total	Tarefa	Avença	Total				
	Total	**7 916**	**7 453**	**15 369**	**7 932**	**8 157**	**16 089**	**100,0**	**100,0**	**720**	**4,7**
O	Administração Pública e Defesa; Seg. Social Obrigatória	7 068	6 758	13 826	6 954	7 432	14 386	90,0	89,4	560	4,1
P	Educação	384	175	559	526	191	717	3,6	4,5	158	28,3
Q	Atividades de saúde humana e apoio social	457	508	965	438	527	965	6,3	6,0	0	0,0
Outras	Outras atividades (a)	7	12	19	14	7	21	0,1	0,1	2	10,5

Fonte: *DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 21-04-2023); série revista*

Notas: (a) indústrias transformadoras; atividades de consultoria, científicas e técnicas; atividades administrativas e dos serviços de apoio; e atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas.

IV. NOTAS TÉCNICAS

NOTAS SOBRE O UNIVERSO E FONTES

Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE): O Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE), instituído pela Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, alterada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (LOE 2013), tem por objetivo a caracterização de entidades públicas e dos respetivos recursos humanos com vista a habilitar os órgãos de governo próprios com a informação indispensável para definição das políticas de organização do Estado e da gestão dos recursos humanos. Constam do SIOE todos os serviços integrados, serviços e fundos autónomos, Regiões Autónomas, autarquias locais e outras entidades que integrem o universo das administrações públicas em contas nacionais, as empresas do sector empresarial do Estado e dos sectores empresariais regionais, intermunicipais e municipais, bem como as demais pessoas coletivas públicas e outras entidades públicas. O universo de entidades do SIOE é definido e tem como fonte os dados fornecidos pelo INE/DCN.

O presente BOEP n.º 24 (junho 2023), inclui a revisão de toda a série de dados e indicadores de acordo com as alterações no universo definidas pelo INE, I.P. na aplicação do referencial metodológico introduzido pelo *Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais 2010 (SEC 2010)*, de utilização obrigatória em todos os Estados Membros da União Europeia, por força do ***Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de maio de 2013***. Outras informações no INE, I.P. em http://www.ine.pt.

Na presente edição do BOEP, o universo de entidades é consistente com a lista de entidades que integram o sector das administrações públicas publicada pelo INE, I.P. em setembro de 2022, bem como com informação das contas nacionais sobre as entidades que integram os subsectores das sociedades não financeiras e financeiras públicas, da qual resultam os dados e indicadores para toda a série, desde o 4.º trimestre 2011, publicados na SIEP 1.º trimestre 2022 e respetivo ficheiro Excel.

A recolha *online* de dados trimestrais por recenseamento, dirigido às entidades que constituem o universo de entidades públicas no território nacional, possibilita a disponibilização de resultados trimestrais, semestrais e anuais relativos ao emprego público no âmbito das estatísticas do mercado de trabalho, sendo objeto da informação e dos indicadores estatísticos que integram os capítulos:

Capítulo I - Administrações públicas

Capítulo II - Entidades do sector público, exceto administrações públicas

Capítulo III - Outros indicadores

Capítulo I - Administrações públicas

Administrações públicas: o sector das administrações públicas inclui as unidades institucionais (entidades) que correspondem a produtores não mercantis cuja produção se destina ao consumo individual e coletivo e que são financiadas por pagamentos obrigatórios feitos por unidades pertencentes a outros sectores, bem como todas as unidades institucionais cuja função principal é a redistribuição do rendimento e da riqueza nacional *(SEC 2010, §2.111 e seguintes)*.

Aplicação no contexto das publicações do DIOEP: para efeitos das estatísticas do emprego público, o **sector das Administrações Públicas** compreende as entidades incluídas nos subsectores do Quadro 14.1, de acordo com o universo definido pelo INE/DCN:

Quadro 14.1 As Administrações Públicas e os seus subsectores

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (exceto fundos de segurança social)		Estado	Inclui os organismos cujas receitas e despesas se inscrevem unicamente na Conta Geral do Estado (correspondente aos Serviços Integrados do Estado)
		Serviços e Fundos Autónomos	Engloba os organismos com autonomia financeira e administrativa, financiados maioritariamente com transferências provenientes de outras unidades das administrações públicas e com impostos que lhes estejam consignados
		Instituições Sem Fim Lucrativo (ISFL)	Agrupa as ISFL que são produtores não mercantis e são controladas por unidades da administração central
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL (exceto fundos de segurança social)	Administrações regionais dos Açores e da Madeira	Órgãos do Governo Regional	Inclui os organismos cujas receitas e despesas se inscrevem unicamente na Conta dos Governos Regionais
		Serviços e Fundos Autónomos	Engloba os organismos com autonomia financeira e administrativa, financiados maioritariamente com transferências provenientes de outras unidades da Administração regional e com impostos que lhes estejam eventualmente consignados.
	Administração local	Distritos	Assembleias distritais
		Municípios	Câmaras municipais
		Freguesias	Juntas de freguesia
		Serviços Autónomos	Engloba os organismos com autonomia financeira e administrativa, financiados maioritariamente com transferências provenientes de outras unidades das Autarquias Locais e com impostos e taxas locais que lhes estejam eventualmente consignados.
		Instituições Sem Fim Lucrativo (ISFL)	Agrupa as ISFL que exercem essencialmente atividades não mercantis e são controladas e financiadas maioritariamente pela administração local
FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL		Fundos de Segurança Social da administração central	Inclui todas as unidades institucionais centrais e regionais cuja atividade principal consiste em conceder prestações sociais.
		Fundos de Segurança Social das administrações regionais dos Açores e Madeira	

Fontes: INE, IP; Regulamento (UE) N.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, Jornal Oficial L 174, de 26-06-2013

Capítulo II – Entidades do sector público, exceto administrações públicas

O sector público agrupa as administrações públicas (capítulo I da SIEP) e as sociedades públicas (capítulo II da SIEP); estas podem ser sociedades não financeiras públicas e sociedades financeiras públicas, incluindo o banco central. Todas as unidades institucionais incluídas no sector público são unidades residentes controladas pelas administrações públicas, quer direta, quer indiretamente, por unidades do sector público agregado.

O controlo de uma entidade é definido como a capacidade de determinar a política geral dessa entidade. A distinção entre uma unidade do sector público que faça parte das administrações públicas e uma sociedade pública é determinada pelo teste mercantil/não mercantil. As unidades não mercantis do sector público são classificadas em administrações públicas e as unidades mercantis do sector público são classificadas como sociedades públicas, com exceção de certas instituições financeiras que supervisionam ou servem o setor financeiro, que são classificadas como sociedades financeiras independentemente de serem mercantis ou não mercantis.

A forma jurídica de um organismo não é indicativa da sua respetiva classificação sectorial. Por exemplo, algum

as sociedades do sector público juridicamente constituídas podem ser unidades não mercantis, sendo, portanto, classificadas como administrações públicas e não como sociedades públicas *(SEC 2010, § 20.303 e seguintes)*.

Quadro 14.2 O sector público e os seus subsectores

(unidades sob o controlo das administrações públicas)

Administrações públicas	Administração central (exceto fundos de segurança social) Administração regional e local (exceto fundos de segurança social) Fundos de segurança social
Sociedades não financeiras públicas	Sociedades não financeiras públicas detidas pela administração central Sociedades não financeiras públicas detidas pela administ. regional dos Açores Sociedades não financeiras públicas detidas pela administ. regional da Madeira Sociedades não financeiras públicas detidas pela administração local
Sociedades financeiras públicas	Instituições financeiras monetárias públicas, incluindo o banco central Outras sociedades financeiras públicas (*)

(*) Outros intermediários financeiros, auxiliares financeiros, sociedades de seguros e fundos de pensões públicos

Fonte: *Regulamento (UE) N.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, Jornal Oficial L 174, de 26-06-2013; §20.304, pág. 483; DGAEP/DIOEP*

Para a evolução dos indicadores de emprego e remunerações no conjunto das **sociedades não financeiras públicas e sociedades financeiras públicas**, é de realçar em particular o impacto no indicador referente às empresas detidas pela administração central por efeito da conclusão de processos de privatização, com consequente saída do universo do sector público das empresas e respetivas participadas indicadas na caixa seguinte.

Quadro 14.3 Resumo de entradas e saídas das sociedades detidas pela administração central

Empresas e demais entidades públicas detidas pela administração central: resumo de entradas e saídas de entidades com maior impacto no emprego		
Ano / Trimestre	Data	Entidade
2013/T1	16/01/2013	Entrada do BANIF - Banco Internacional do Funchal, S.A.
2013/T3	17/09/2013	Saída da ANA Aeroportos Portugal, S.A. e participadas
2013/T4	05/12/2013	Saída dos CTT - Correios de Portugal, S.A. e participadas
2014/T2	15/05/2014	Saída da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. e participadas
2014/T2	03/06/2014	Saída do BANIF - Banco Internacional do Funchal, S.A.
2014/T3	03/08/2014	Entrada do Novo Banco, S.A. e participadas
2015/T3	28/07/2015	Saída EGF - Empresa Geral do Fomento, S.A e participadas
2016/T1	01/01/2016	Entrada de empresas do Grupo ESEGUR
2016/T1	21/01/2016	Saída CPCARGA - Logistica e Transp. Ferroviários Mercadorias, S.A.
2017/T2	29/06/2017	Saída da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, S.A. e participadas
2017/T4	18/10/2017	Saída do Novo Banco, S.A. e participadas
2020/T3	03/07/2020	Entrada da Efacec Power Solutions, SGPS, S.A. e participadas
2020/T4	02/10/2020	Entrada da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, S.A. e participadas
2022/T3	28/07/2022	Saída de empresas do Grupo ESEGUR

Dados sobre emprego nas administrações públicas: DGAEP – Síntese Estatística do Emprego Público – SIEP 1.º trimestre 2023

Dados sobre mercado de trabalho: INE – Inquérito ao emprego 1.º trimestre de 2023 (*http://www.ine.pt/*).

Dados sobre remunerações e PIB: EUROSTAT – Contas Trimestrais por Sector Institucional (Quarterly non-financial accounts for general government); Contas Nacionais – PIB e principais componentes (Annual national accounts - GDP and main components – current prices). (*https://ec.europa.eu/eurostat/data/database*).

População residente e População ativa 4.º trimestre de 2022: Estrutura etária e Idade média estimadas a partir de INE - Estimativas anuais da população residente (dados revistos em função dos resultados definitivos dos Censos 2021) e Inquérito ao emprego 1.º trimestre de 2023, respetivamente (*http://www.ine.pt/*).

NOTAS SOBRE REMUNERAÇÕES

Ao longo da série, associado ao impacto de medidas de reorganização administrativa em todos os subsectores das administrações públicas e à variação do número de trabalhadores, a remuneração base média mensal e o ganho médio mensal no sector, desde outubro 2011, têm apresentado variações por efeito da aplicação de diferentes medidas de política de reduções remuneratórias, em particular e considerando os meses de referência de recolha de dados no SIOE:

i) De **outubro de 2011 a outubro de 2013**, as remunerações ilíquidas mensais acima de 1 500,00€ sofreram uma redução entre 3,5% e 10,0%, dependendo do valor total da remuneração mensal do trabalhador;

ii) Em **janeiro e abril de 2014**, as remunerações respetivas incluíam a redução remuneratória prevista no art.º 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE 2014): uma redução entre 2,5% e 12,0% para as remunerações acima de 675,00€;

iii) Em **julho de 2014**, o valor das remunerações correspondia à remuneração ilíquida mensal sem quaisquer reduções pela aplicação do Acórdão n.º 413/2014, de 30 de maio, do Tribunal Constitucional (declaração de inconstitucionalidade das normas constantes no art.º 33.º da LOE 2014);

iv) Em **outubro de 2014** encontravam-se repostas as reduções salariais referidas entre 2011 e 2013, na aplicação da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro. Por outro lado, os trabalhadores abrangidos pela RMMG tiveram uma atualização de 20,00€ na remuneração base, que passou de 485,00€ para 505,00€ (DL 144/2014, de 30/09), valor que vigorou entre 1 de outubro de 2014 e 31 de dezembro de 2015.

v) Durante todo **o ano de 2015**, na aplicação da mesma Lei n.º 75/2014, o valor das remunerações acima de 1 500,00€ incluiu a reversão da redução remuneratória em 20,0%.

vi) Em **2016**, nos termos da Lei n.º 159-A/2015 de 30 de dezembro, a redução remuneratória prevista na Lei n.º 75/2014 foi progressivamente eliminada ao longo do ano, com reversões trimestrais. Por outro lado, o DL n.º 254-A/2015, de 31/12, atualizou o valor da RMMG, a qual passou de 505,00€ para 530,00€, a partir 1 de janeiro de 2016 e na RAA o valor fixou-se em 556,50€, ao abrigo do DLR n.º 8/2015/A de 30 de março.

vii) A partir de **1 de janeiro de 2017**, o valor da RMMG foi atualizado para 557,00€, ao abrigo do DL n.º 86-B/2016, de 30 de dezembro. Na RAM foi fixado em 568,14€, através da Resolução n.º 13/2017, de 16 de janeiro de 2017 e na RAA o valor fixou-se em 584,85€, de acordo com o DLR n.º 8/2015/A de 30 de março. O valor do subsídio de refeição foi atualizado para 4,52€ a partir de 1 de janeiro de 2017 até julho, inclusive, e para 4,77€ a partir de 1 de agosto, nos termos do artigo 20.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.

viii) A partir de **1 de janeiro de 2018**, o valor da RMMG foi atualizado para 580,00€, ao abrigo do DL n.º 156/2017, de 28 de dezembro. Na RAM foi fixado em 590,00€, através do DLR n.º 5/2018/M, de 28 de fevereiro e na RAA o valor fixou-se em 609,00€, de acordo com o DLR n.º 8/2015/A de 30 de março. Também a 1 de janeiro de 2018, foi iniciado o processo gradual de descongelamento de todas as carreiras da administração pública consagrado no artigo 18.º da LOE de 2018, o qual veio repor as alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão.

ix) Em **2019,** o pagamento dos acréscimos remuneratórios, devidos por via de situações ocorridas em 2018 ou que ocorreram em 2019, foi processado de acordo com o faseamento previsto para 2019 na LOE 2018. O DL n.º 117/2018, de 27 de dezembro, estabeleceu a atualização do valor da RMMG para 600,00€; na RAM foi fixado em 615,00€ através do DLR n.º 1/2019/M, de 15 de fevereiro e na RAA em 630,00€, de acordo com o DLR n.º 8/2015/A de 30 de março. O DL n.º 29/2019, de 20 de fevereiro, estabeleceu a atualização do valor da remuneração base praticada em toda a administração pública, igual ou superior a 635,07€ (correspondente ao montante pecuniário do 4.º nível remuneratório da TRU, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro), com efeitos a 1 de janeiro de 2019.

x) A partir de **1 de janeiro de 2020,** o valor da RMMG foi atualizado para 635,00€, ao abrigo do DL n.º 137/2019, de 21 de novembro. Na RAM foi fixado em 650,88€, através do DLR n.º 2/2020/M, de 3 de março e na RAA o valor fixou-se em 666,75€, de acordo com o DLR n.º 8/2015/A, de 30 de março. O DL n.º 10-B/2020, de 20 de março estabeleceu a atualização da BRAP e o valor das remunerações base mensais da AP. A remuneração base mensal dos trabalhadores que auferiam uma remuneração entre 635,07€ e 683,13€ foi atualizada em 10,00€. A remuneração base mensal dos trabalhadores que auferiam uma remuneração entre 683,14€ e 691,06€ foi atualizada para 693,13€. As remunerações base mensais superiores a 691,06€ existentes na AP foram atualizadas em 0,3%, com efeitos a 1 de janeiro de 2020.

xi) A partir de **1 de janeiro de 2021,** o valor da RMMG foi fixado em 665,00€, ao abrigo do DL n.º 109-A/2020, de 31 de dezembro. Na RAM o valor da RMMG foi atualizado para 682,00€, através do DLR n.º 6/2021/M, de 15 de março e na RAA o valor fixou-se em 698,25€, de acordo com o DLR n.º 8/2015/A, de 30 de março. O DL n.º 10/2021, de 1 de fevereiro estabeleceu a atualização da BRAP e o valor do montante pecuniário correspondente aos níveis 5, 6 e 7 da TRU. A BRAP foi atualizada para o valor da RMMG. Os trabalhadores cujo valor da remuneração base mensal se situava até ao valor do montante pecuniário dos níveis 5, 6 e 7 da TRU tiveram, em 2021, uma atualização salarial de 10,00€ face ao ano anterior, o mesmo sucedeu aos trabalhadores cuja remuneração se situava entre 645,07€ e 791,91€, desde que não resultasse dessa atualização um valor inferior à RMMG, bem como aos trabalhadores que auferiam uma remuneração entre 791,92€ e 801,90€, cuja remuneração foi atualizada para 801,91€.

xii) A partir de **1 de janeiro de 2022**, o valor da RMMG foi fixado em 705,00€, ao abrigo do DL n.º 109-B/2021, de 7 de dezembro. O valor da remuneração base praticada na AP foi atualizado para o valor da RMMG, nos termos do DL n.º 109-A/2021, de 7 de dezembro. Na RAM o valor da RMMG foi atualizado para 723,00€, através do DLR n.º 5/2022/M, de 17 de março, e na RAA o valor fixou-se em 740,25€, de acordo com o DLR n.º 8/2015/A, de 30 de março. O Decreto-Lei n.º 51/2022, de 26 de julho, aprovou medidas de valorização remuneratória (determinando a posição mínima para ingresso na carreira geral de técnico superior com o grau de doutor, reposicionando trabalhadores com doutoramento, e alterando os níveis remuneratórios da carreira geral de técnico superior e da categoria de assistente técnico da carreira geral de assistente técnico). A partir de **1 de outubro de 2022**, o montante do subsídio de refeição foi atualizado para 5,20€, pela Portaria n.º 280/2022, de 18 de novembro.

TRATAMENTO E VALIDAÇÃO DOS DADOS

1. A validação da informação reportada no SIOE é efetuada através dos seguintes procedimentos para todos os níveis das administrações públicas para as diferentes variáveis de recolha:

- Análise da evolução temporal dos resultados – estudo de tendência no trimestre/semestre/homólogo;
- Controlo de *outliers* – análise/validação dos valores anómalos registados; e,
- Contacto de entidades no sentido de obter os dados em falta ou correções necessárias.

2. A estimação da informação em falta ou incompleta no SIOE foi feita com os dados do trimestre/semestre seguinte mais próximo por substituição.

3. A política de revisões tem por objetivo definir as linhas orientadoras e os princípios que devem ser tidos em conta na revisão de resultados já divulgados. A necessidade de proceder a revisões reflete o compromisso que se pretende estabelecer entre, por um lado, a produção de informação estatística o mais atual possível e, por outro, garantir padrões elevados de precisão e rigor.
As revisões são um procedimento inerente ao processo de produção e divulgação de estatísticas. A necessidade de revisão dos dados pode ser originada por: i) uma atualização do universo de entidades e a correspondente atualização dos indicadores de emprego; ii) nova informação sobre os dados de emprego recolhidos relativamente a períodos passados que não foi possível integrar a tempo da sua divulgação anterior; iii) correções dos dados anteriormente reportados pelas entidades.

CONCEITOS

Atividade económica: Resultado da combinação dos fatores produtivos (mão de obra, matérias-primas, equipamento, etc.), com vista à produção de bens e serviços. Independentemente dos fatores produtivos que integram o bem ou serviço produzido, toda a atividade pressupõe, em termos genéricos, uma entrada de produtos (bens ou serviços), um processo de incorporação de valor acrescentado e uma saída (bens ou serviços).

Idade média estimada – Recolha de dados é feita em escalões de 5 anos. A idade média estimada resulta do ponto médio dos escalões etários ponderado pelo número de trabalhadores em cada um dos escalões.

Índice de juventude dos trabalhadores das administrações públicas, por aplicação de índice de juventude da população em idade ativa - Relação entre a metade mais jovem e a metade mais idosa dos trabalhadores das administrações públicas, definida como o quociente entre o número de trabalhadores com idades inferiores aos 39 anos e o número de trabalhadores com idades iguais ou superiores aos 40 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) trabalhadores com 40 ou mais anos).

Índice de renovação dos trabalhadores das administrações públicas, por aplicação de índice de renovação da população em idade ativa - Relação entre os trabalhadores que potencialmente estão a entrar e os que estão a sair das administrações públicas, definida como o quociente entre o número de trabalhadores com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de trabalhadores com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) trabalhadores com 55-64 anos).

Nível de tecnicidade = N.º de trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior / Total de trabalhadores X 100.

Período normal de trabalho: número de horas de trabalho semanal em vigor na entidade pública para a respetiva categoria profissional, fixado ou autorizado por lei ou fixado no Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho ou no Contrato de Trabalho, período para além do qual o trabalho é pago como extraordinário/suplementar. Na mesma entidade pode haver diferentes períodos normais de trabalho.

Prestação de serviços: Contrato de prestação de serviços conforme previsto no artigo 10º do Anexo à Lei 35/2014, de 20 de junho. Pode assumir uma das seguintes modalidades: a) Tarefa – quando tem por objeto a execução de trabalhos específicos, de natureza excecional, não podendo exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido; b) Avença – quando tem por objeto prestações sucessivas no exercício de profissão liberal e com retribuição certa mensal. Os contratos de tarefa e de avença não consubstanciam uma relação jurídica de emprego público.

Remuneração base: (mensal): montante ilíquido (antes da dedução de quaisquer descontos) em dinheiro e/ou géneros pago com carácter regular e garantido aos trabalhadores no período de referência e correspondente ao período normal de trabalho.

Ganho (mensal): montante ilíquido (antes da dedução de quaisquer descontos) em dinheiro e/ou géneros pago mensalmente com carácter regular pelas horas de trabalho efetuadas, assim como o pagamento das horas remuneradas não efetuadas. Inclui para além da remuneração de base todos os prémios e subsídios ou suplementos regulares, bem como o pagamento por horas suplementares ou extraordinárias.

Trabalhador a tempo completo: trabalhador cujo período normal de trabalho tem uma duração igual ou superior à duração normal de trabalho em vigor na entidade/empresa para a respetiva carreira ou na respetiva profissão.

Taxa de feminização = N.º de trabalhadores do sexo feminino / Total de trabalhadores X 100.

Ver também *Glossário de Termos Estatísticos* e *Documento Metodológico em:* **Metodologias, conceitos e nomenclaturas**

CLASSIFICAÇÕES

Classificação portuguesa das atividades económicas (CAE Rev. 3) - V00554 - Classificação portuguesa das atividades económicas, revisão 3 (deliberação n.º 327 do CSE, de 19 de março de 2007. Publicação final pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro). Atividade económica resultante da atribuição da CAE Rev. 3 à atividade principal da entidade pública principal e dependente do nível de agregação dos dados recolhidos e disponibilizados pelo SIOE.

Nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos – V03503, versão de 2013 (Regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014, publicado no JO L 241 de 13 de agosto. Regulamento (CE) n.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio de 2003, publicado no JO L 154, de 21 de junho de 2003. (Hiperligação: *http://www.ine.pt/*)

Índice de quadros e gráficos

Gráfico 1.1 Emprego nas administrações públicas por subsector, 31 de dezembro de 2011 a 31 de dezembro de 2022 5
Gráfico 1.2 Emprego nas administrações públicas por subsector – variação homóloga no final do semestre, 30 de junho de 2018 a 31 de dezembro de 2022 5
Gráfico 1.3 Emprego nas administrações públicas por CAE – variação homóloga no final do semestre, 30 de junho de 2018 a 31 de dezembro de 2022 6
Gráfico 1.4 Principais motivos de saída definitiva de trabalhadores das administrações públicas, fluxos trimestrais acumulados, 2019 a 2022 6
Gráfico 1.5 Saldo global dos fluxos trimestrais de entradas e saídas dos trabalhadores por subsector, 31 de março de 2012 a 31 de dezembro de 2022 7
Quadro 1.1 Peso do emprego nas administrações públicas no mercado de trabalho por sexo, 31 dezembro / 4.º trimestre 2022 7
Gráfico 1.6 Evolução do peso do emprego nas administrações públicas na população ativa e na população empregada, 31 dezembro/4º trimestre 2011 a 31 dezembro/4ºtrimestre 2022 7
Gráfico 1.7 Emprego nas administrações públicas em percentagem da população empregada em Portugal e países da OCDE, 2011 e 2020 (*) 8
Gráfico 1.8 Taxa de feminização nas administrações públicas e na população ativa, 31 dezembro / 4.º trimestre 2022 8
Gráfico 1.9 Peso dos trabalhadores com ensino superior nas administrações públicas e na população ativa, 31 dezembro / 4.ºtrimestre 2022 8
Gráfico 1.10 Remunerações das administrações públicas em percentagem do PIB, Portugal e UE, 4.º trimestre 2021 e 4º trimestre 2022 (ano terminado no trimestre) .. 9
Gráfico 1.11 Evolução das remunerações das administrações públicas em percentagem das remunerações totais e do PIB, em Portugal e na UE, 4º trimestre 2011 ao 4º trimestre 2022 (ano terminado no trimestre) 9
Quadro 2.1.1 Estrutura etária dos trabalhadores por subsector e área governativa, 31 dezembro 2022 10
Gráfico 2.1.1 Estrutura etária em 31 dezembro, 2011 e 2022 11
Gráfico 2.1.2 Estrutura etária por subsetor, 31 dezembro 2022 11
Gráfico 2.1.3 Pirâmide etária do emprego nas administrações públicas em 31 de dezembro, 2011 e 2022 11
Gráfico 2.1.4 Idade média dos trabalhadores nas administrações públicas (com e sem forças armadas e de segurança) por sexo a 31 de dezembro 2022, em comparação com a população ativa no 4.º trimestre 2022 12
Gráfico 2.1.5 Evolução da idade média estimada dos trabalhadores das administrações públicas, total e sem FAS, 31 dezembro 2011 a 31 dezembro 2022 12
Quadro 2.1.2 Principais indicadores etários dos trabalhadores por subsector, área governativa e sexo, 31 dezembro 2022 13
Gráfico 2.1.6 Índice de juventude dos trabalhadores das administrações públicas (com e sem forças armadas e de segurança) em 31 dezembro, 2011 e 2022 14
Gráfico 2.1.7 Índice de renovação dos trabalhadores das administrações públicas (com e sem forças armadas e de segurança) em 31 dezembro, 2011 e 2022 14
Quadro 2.2.1 Emprego por subsector e área governativa segundo o nível de escolaridade, 31 dezembro 2022 15
Gráfico 2.2.1 Nível de escolaridade do emprego na administração pública por sexo em 31 dezembro 2022 16
Gráfico 2.2.2 Peso dos trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior nas administrações públicas por sexo e na população ativa, 31 dezembro / 4.º trimestre 2022 16
Quadro 3.1.1 Dirigentes nas administrações públicas por cargo em 31 dezembro, 2021 e 2022 17
Gráfico 3.1.1 Dirigentes nas administrações públicas segundo o cargo e sexo em 31 dezembro, 2011 a 2022 17
Gráfico 3.1.2 Idade média dos dirigentes nas administrações públicas segundo o cargo, 31 dezembro 2022 17
Quadro 3.1.2 Remuneração base média mensal e ganho médio mensal dos dirigentes nas administrações públicas em outubro, 2021 e 2022 18
Gráfico 3.1.3 Remunerações dos dirigentes nas administrações públicas, outubro 2022 18
Gráfico 3.1.4 Remunerações dos dirigentes nas administrações públicas, por cargo, outubro 2022 18
Quadro 3.2.1 Distribuição e indicadores etários dos trabalhadores das administrações públicas por cargo, carreira e grupo, 31 dezembro 2022 19
Gráfico 3.2.1 Proporção de trabalhadores com 40 e mais anos em 31 dezembro, 2011 e 2022 20
Quadro 3.2.2 Estrutura etária dos trabalhadores nos subsectores das administrações públicas por cargo, carreira e grupo e por sexo, 31 dezembro 2022 20
Gráfico 3.2.2 Idade média estimada dos trabalhadores por cargo, carreira e grupo em 31 de dezembro, 2011 e 2022 21
Gráfico 3.2.3 Índice de renovação dos trabalhadores nas carreiras mais representativas das administrações públicas, 31 dezembro 2022 21
Quadro 3.3.1 Emprego por cargo, carreira e grupo segundo o nível de escolaridade, 31 dezembro 2022 22
Gráfico 3.3.1 Distribuição dos níveis de escolaridade nos cargos, carreiras e grupos, 31 dezembro 2022 22
Gráfico 3.4.1 Estrutura do ganho médio mensal por cargo, carreira e grupo, outubro 2022 23
Gráfico 3.4.2 Comparação entre a remuneração base média mensal e o peso dos trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior nas administrações públicas, outubro 2022 23
Quadro 4.1 Emprego nas administrações públicas por classificação de atividade económica (CAE) em 31 dezembro, 2018 a 2022 24
Gráfico 4.1 Emprego nas administrações públicas por sexo e classificação de atividade económica (CAE), 31 dezembro 2022 24
Quadro 4.2 Emprego nos subsectores das administrações públicas por classificação de atividade económica (CAE) em 31 dezembro, 2020 a 2022 25
Gráfico 4.2 Estrutura do emprego nas administrações públicas e por subsetor, segundo a CAE, 31 dezembro 2022 25
Quadro 4.3 Remuneração base e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas, segundo a CAE, em outubro, 2018 a 2022 26
Gráfico 4.3 Remuneração base e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas, segundo a CAE - outubro 2022 26
Quadro 4.4 Remuneração base e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo, nos subsectores das administrações públicas, segundo a CAE, em outubro, 2021 e 2022 27
Gráfico 4.4 Estrutura do ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas, segundo a CAE - outubro 2022 27
Quadro 5.1 Trabalhadores com deficiência por subsector, área governativa e sexo em 31 dezembro, 2011, 2021 e 2022 28
Gráfico 5.1 Evolução dos postos de trabalho ocupados por trabalhadores com deficiência por subsector em 31 dezembro, 2011 a 2022 28

Gráfico 5.2 Estrutura por sexo dos postos de trabalho ocupados por trabalhadores com deficiência, por subsector, 31 dezembro 2022 28
Quadro 6.1 Emprego nas empresas públicas e demais entidades do sector público em 31 dezembro, 2018 a 2022 29
Quadro 6.2 Remunerações nas empresas públicas e demais entidades do sector público em outubro, 2018 a 2022 29
Gráfico 6.1 Estrutura do emprego nas empresas públicas e demais entidades públicas por sexo, 31 dezembro 2022 29
Gráfico 6.2 Estrutura do ganho médio mensal, outubro 2022 29
Quadro 7.1 Estrutura etária dos trabalhadores nas empresas e demais entidades públicas por cargo, carreira e grupo, 31 dezembro 2022 30
Gráfico 7.1 Estrutura etária nas empresas e demais entidades públicas detidas pelas administrações central, regional da Madeira e local, 31 dezembro 2022 30
Quadro 7.2 Principais indicadores etários dos trabalhadores em empresas e demais entidades públicas, 31 dezembro 2022 31
Gráfico 7.2 Repartição por sexo e escalão etário dos trabalhadores em empresas e demais entidades públicas detidas pela administração central, de 31 dezembro 2018 a 31 dezembro 2022 31
Gráfico 7.3 Idade média dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas, por cargo, carreira e grupo, 31 dezembro 2022 31
Quadro 8.1 Nível de escolaridade dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas por sexo em 31 dezembro, 2021 e 2022 32
Gráfico 8.1 Nível de escolaridade dos trabalhadores nas sociedades financeiras e não financeiras detidas pela administração central, regional da Madeira e local, 31 dezembro 2022 32
Gráfico 8.2 Repartição por sexo e nível de escolaridade dos trabalhadores das entidades detidas pela administração central em 31 dezembro, 2018 a 2022 32
Quadro 8.2 Nível de escolaridade dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas por cargo, carreira e grupo, 31 dezembro 2022 33
Quadro 9.1 Emprego, remuneração base média mensal e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo em empresas e demais entidades públicas por classificação de atividade económica (CAE Rev.3), 4.º trimestre 2022 34
Gráfico 9.1 Remuneração base e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo em empresas e demais entidades públicas detidas pela administração central, segundo a CAE Rev.3, outubro 2022 34
Quadro 10.1 Distribuição geográfica do emprego nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo, por NUTS I em 31 dezembro, 2021 e 2022 35
Quadro 10.2 Distribuição geográfica das remunerações dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo, por NUTS I em outubro, 2021 e 2022 36
Quadro 11.1 Distribuição geográfica do emprego em estabelecimentos de educação e ensino públicos por NUTS, 31 dezembro 2022 37
Gráfico 11.1 Emprego e variação nos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário por NUTS II, 31 dezembro 2022 38
Gráfico 11.2 Dimensão média (número de trabalhadores) dos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário por NUTS II em 31 dezembro, 2021 e 2022 38
Gráfico 11.3 Docentes em estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário em comparação com o número de residentes em idade escolar por NUTS II em 31 dezembro, 2021 e 2022 38
Quadro 11.2 Distribuição geográfica das remunerações dos trabalhadores a tempo completo em estabelecimentos de educação e ensino públicos por NUTS em outubro, 2018 a 2022 39
Gráfico 11.4 Remunerações nos estabelecimentos de educação e ensino públicos por NUTS II, outubro 2022 39
Gráfico 11.5 Remunerações e emprego nos estabelecimentos de educação e ensino públicos por NUTS II, outubro 2022 39
Quadro 11.3 Distribuição geográfica do emprego na atividade de saúde humana nas administrações públicas por NUTS, 31 dezembro 2022 40
Gráfico 11.6 Emprego e variação na atividade de saúde humana por NUTS II, 31 dezembro 2022 41
Gráfico 11.7 Emprego e variação do pessoal de saúde na atividade de saúde humana, 31 dezembro 2022 41
Gráfico 11.8 Estrutura do emprego nos estabelecimentos de saúde por NUTS II, 31 dezembro 2022 41
Gráfico 11.9 Estrutura do emprego nos estabelecimentos de saúde por carreira e grupo, 31 dezembro 2022 41
Quadro 11.4 Distribuição geográfica das remunerações dos trabalhadores a tempo completo na atividade de saúde humana nas administrações públicas por NUTS em outubro, 2018 a 2022 42
Gráfico 11.10 Remunerações nos estabelecimentos de saúde por NUTS II, outubro 2022 42
Gráfico 11.11 Remunerações e emprego nos estabelecimentos de saúde por NUTS II, outubro 2022 42
Quadro 12.1 Distribuição geográfica do emprego em câmaras municipais por NUTS, 31 dezembro 2022 43
Gráfico 12.1 Emprego e variação nas câmaras municipais por NUTS II, 31 dezembro 2022 44
Gráfico 12.2 N.º de trabalhadores nas câmaras municipais por mil residentes, por NUTS II, 31 dezembro 2022 44
Gráfico 12.3 Estrutura do emprego nas câmaras municipais por carreira e grupo, 31 dezembro 2022 44
Quadro 12.2 Distribuição geográfica das remunerações dos trabalhadores a tempo completo nas câmaras municipais por NUTS em outubro, 2018 a 2022 45
Gráfico 12.4 Remunerações nas câmaras municipais por NUTS II, outubro 2022 45
Gráfico 12.5 Remunerações e emprego nas câmaras municipais por NUTS II, outubro 2022 45
Quadro 13.1 Prestações de serviços por nível de administração em 31 dezembro/2º semestre, 2021 e 2022 46
Gráfico 13.1 Estrutura das prestações de serviços por modalidade, 2.º semestre 2022 46
Quadro 13.2 Prestações de serviços por atividade económica em 31 dezembro, 2021 e 2022 46